

Junho 2019

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, O Crime, Expansão, e O Perfil.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	7
1.1 Em cada quatro crianças três sofrem sete privações	7
1.2 Acabar com a pobreza sem deixar ninguém para trás	7
1.3 INAC revela que grande parte dos «meninos de rua» abandonou centros de acolhimento	9
1.4 Cidadãos desconhecem os critérios de entrada nos centros de formação	9
1.5 Lunada e Huíla lideram índice de jovens sem escolaridade	10
1.6 Infractores passam a pagar multas na segurança social	11
1.7 “Ter um emprego não é solução definitiva para a saída da pobreza”	12
1.8 Executivo valida programa de transferência monetária	12
1.9 Cartoon,	13
2. MICROFINANÇAS	14
2.1 Uíge aposta na formação de Jovens empreendedores	14
2.2 Pequenos clientes bancários não pagarão o IVA	14
2.3 BUE faz registos de nascimento	15
3. MERCADO INFORMAL	16
3.1 Empresas de reciclagem trabalham com material recolhido por crianças	16
3.2 ENDE desactiva postos de transformação privados	17
3.3 Maioria dos residentes africanos exerce o comércio a retalho	17
3.4 CNC alimentou negócio das kinguilas	18
3.5 Famílias poderão ficar sem sustento	19
3.6 Mototaxistas no Zaire estão a ser cadastrados	20
3.7 O estatuto legal do vendedor ambulante e os seus deveres	20
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	22
4.1 OGE revisto é votado amanhã no Parlamento	22
4.2 Oposição vota contra o OGE 2019	23
4.3 PIP 2019 revisto com 827 novos projectos sociais em carteira	24
4.4 Redução de receita do OGE vai prejudicar desenvolvimento económico do país	24
4.5 UNITA acusa Governo de faltar à verdade sobre OGE 2019	25
4.6 Via livre para a aplicação dos programas do OGE revisto	26
4.7 OGE para 2020 começa a ser preparado na base	27
4.8 Lunada e Huíla lideram índice de jovens sem escolaridade	27
4.9 Novos impostos entram com a introdução do IVA	28
4.10 Continuam os desvios do OGE	29
4.11 Projectos municipais são executados com fundos recuperados pelo Estado	30
4.12 Um paradigma diferente para a administração local	31
4.13 Angola perde 508 milhões USD das Reservas Líquidas	32
4.14 Dívida Pública angolana é sustentável, mas com pouco espaço de manobra para grandes choques	33
4.15 IEC é o imposto mais associado ao IVA	33

4.16	Impacto do adiantamento do IVA para o OGE 2019	34
4.17	“ O fundamental é encontrar um consenso sobre o IVA”	35

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 38

5.1	Gradualismo “afugenta” cidadãos dos municípios do Huambo	38
5.2	Municípios vão intervir na manutenção das vias	38
5.3	Autarquias Gradualismo geográfico «embaraço» plano estratégico do PRS	39
5.4	“Se as autarquias não tiverem um plano não têm futuro”	39
5.5	Sobas reafirmam o compromisso de supervisionar as comunidades	41
5.6	Autoridades tradicionais deixam de usar farda como identificação	41
5.7	David Mendes reafirma candidatar-se ao cargo de autarca do Cazenga	42
5.8	Legitimidade e linhagem marca encontro das autoridades tradicionais	43
5.9	Angola tem cerca de 50 mil sobas	43
5.10	Atribuição financeira Às administrações municipais pode representar risco ao PND	44
5.11	Autoridades tradicionais gozarão de estatuto de utilidade pública	44
5.12	Os Sobas, Os Diamantes e MPLA	45
5.13	Sobas e reis? MPLA exige mais do que vassalagem	46
5.14	Chivukuvuku defende a oposição única para derrubar MPLA nas autárquicas	47
5.15	Projectos municipais conhecem nova etapa	48
5.16	Chivukuvuku manifesta cepticismo em relação ao PIIM	49
5.17	Projectos municipais são executados com fundos recuperados pelo Estado	49
5.18	Inicia-se uma “nova era na vida dos municípios”	51
5.19	Municípios beneficiam de 2 mil milhões USD do FSDEA	51
5.20	Orçamento Participativo	52
5.21	Reinventar a vida nos municípios com o PIIM	52
5.22	PIIM vai dar aos municípios dois mil milhões de dólares	53
5.23	PR exige mais dos municípios na arrecadação de receitas	54
5.24	Um paradigma diferente para a administração local	55
5.25	Desenvolver os municípios	55

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 57

6.1	Forjado por grandes empreendedores	57
6.2	Luanda: Uma estratégia de mobilidade urbana	59
6.3	Governo de Luanda engaveta requalificação do histórico B.O	61

7. TERRA 63

7.1	Governador apela à denúncia de infiltrados na zona do Zango I	63
7.2	Governo disponibiliza terra às margens do rio Cubango	63
7.3	Demolições em Viana preocupam deputados	64
7.4	Quatro fazendas são privatizadas em Julho	64
7.5	Privatização de fazendas vão render usd 111 milhões	65
7.6	Edifícios degradados estão a ser cadastrados	66
7.7	Denunciada burocracia na legalização de terras	66
7.8	Governo de Luanda engaveta requalificação do histórico B.O	67

8. SERVIÇOS BÁSICOS 68

8.1	Empreitada JLO «devolve» à Soares da Costa obras retiradas por JES	68
8.2	Escassez de Água gera especulação no Cunene	68
8.3	Instituto vai melhorar serviços de electricidade e água no país	69
8.4	Saúde e segurança «afundadas» nas águas do canal do Kikuxi	69

8.5	Seca provoca grande transumância do gado	70
8.6	Governo prevê recuperar centenas de furos de água	72
8.7	Água potável chega a mais bairros no Bié	73
8.8	EPAL, faz limpeza no canal de Kikuxi	74
8.9	Abastecimento de água volta à normalidade	74
8.10	Distribuição de água sem data para voltar ao normal	75
8.11	Novos equipamentos comunitários apoiam cerca de seis mil habitantes	75
8.12	Mais água potável para a sede municipal	76
8.13	Municípios vão pagar taxa de recolha de resíduos	77
8.14	Alerta centros da periferia não são eficientes na gestão do lixo hospitalar	77
8.15	Hospitais juntam lixo hospitalar ao lixo comum e deixam perigo à solta	78
8.16	Incineradoras queimam num turno até 500 quilogramas de lixo	79
8.17	Lojistas devem constituir comissão	79
8.18	Aterro sanitário de Luanda pode gerar energia eléctrica	80
8.19	“O problema da drenagem e dos mangais é mais complexo do que parece”	80
8.20	Cidade do Lubango ganha 40 quilómetros de estrada	81
8.21	ENDE desactiva postos de transformação privados	82

9. GÉNERO E VIOLENCIA 84

9.1	Se a Polícia está dotada de meios e técnicas para acudir a população, o que falta então?	84
9.2	Marginais continuam a «infernizar» bairro Malweka	84
9.3	Ministro defende urgência na criação de conselhos de vigilância comunitária	85
9.4	Vaga de assaltos alarma moradores	86
9.5	30 Minutos debaixo de fogo intenso	87

10. AMBIENTE 89

10.1	Governo Provincial revela investimento	89
10.2	Feira da madeira junta mais de 50 expositores	89
10.3	Guerra aos plásticos mobiliza o Mundo	90
10.4	Cabinda recupera indústria madeireira	91
10.5	Empresas garantem mobiliário	91
10.6	Escassez de Água gera especulação no Cunene	92
10.7	Madeira mobiliza feira de produtores	92
10.8	Técnicos defendem gestão florestal	93
10.9	Factores ambientais contribuem para escassez do pescado no país	94
10.10	Executivo garante apoio às vítimas da estiagem	95
10.11	Feira da Madeira recebe 14 mil em quatro dias	96
10.12	Seca e fome estão entre as principais preocupações	96
10.13	Seca provoca grande transumância do gado	97
10.14	Toneladas de milho à disposição de famílias afectadas pela seca	99
10.15	Seca está a impedir o retorno à vida normal	100

11. EXPLORAÇÃO MINEIRA 101

12. MIGRAÇÃO 101

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA 102

13.1	Estudo aponta à China rumos da cooperação	102
13.2	China aposta na mudança da imagem em países africanos	102
13.3	Defesa do património entre as prioridades	103

13.4	Angola doa mais que a china ao fundo africano	104
13.5	China reafirma o reforço da cooperação com Angola	104
13.6	“É importante que os projectos combinem bem com os fundos”	105
13.7	“O mercado chinês vai ficar mais aberto e vamos investir mais no estrangeiro”	106
13.8	Angola e China falam da indústria militar	108
13.9	Empresários procuram novos parceiros na China	108
13.10	Angola presente na feira da China	109
13.11	Ajuda financeira chinesa ascende a 57 mil milhões	110
13.12	China anuncia fundos adicionais para abertura de linhas de crédito	111

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Em cada quatro crianças três sofrem sete privações

Jornal de Angola

03 De Junho 2019

Texto: Mazarino da Cunha

Em cada grupo de 100 crianças em Angola, somente uma é que não sofre nenhuma privação enquanto que em quatro menores, três delas são vítimas de sete privações ao mesmo tempo, revelou, em Luanda, a representante adjunta do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Ao falar no sábado, no acto que marcou a celebração do Dia Internacional da Criança, Patrícia Portela disse que apesar da efectivação dos 11 Compromissos para a Criança e da melhoria das condições de vida das crianças mais carenciadas, "Angola deve trabalhar muito mais em vários sectores".

O mais recente relatório sobre a pobreza infantil no país, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), com o apoio do UNICEF, disse Patrícia Portela, revelou que as crianças em Angola ainda são privadas da boa nutrição, saúde, protecção infantil, educação, habitação, água e saneamento.

O relatório evidencia que a vulnerabilidade infantil em Angola é resultante da pobreza dos pais, que as priva do acesso a serviços como a saúde, educação, saneamento e outros serviços fundamentais para o desenvolvimento harmonioso da criança.

Estes números, referiu a representante adjunta do UNICEF em Angola, fazem concluir que a maior parte das crianças tem uma multiplicidade de necessidades e direitos que devem ser urgentemente satisfeitos de forma a garantir a sua sobrevivência, protecção e desenvolvimento.

No entender de Patrícia Portela, a criança entre os zero e cinco anos, para desenvolver o seu potencial necessita que sejam disponibilizados de forma integral serviços sociais essenciais, começando com a saúde materno-infantil, educação e protecção contra a violência doméstica e social.

Para a saída deste quadro, frisou Patrícia Portela, é preciso aumentar os investimentos públicos no sector

social, alinhando as políticas às reais necessidades das crianças a nível de todo o território nacional.

A ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Faustina Alves, disse que o Executivo vai continuar a criar condições, no sentido de cada vez mais melhorar a condição familiar, social, jurídica e económica da criança e combater as práticas culturais ou religiosas que atentam contra a estabilidade harmoniosa da criança.

A pobreza, o analfabetismo, a gravidez precoce e a desestabilização das famílias, disse a ministra, têm causado enormes transtornos ao desenvolvimento integral da criança.

Violência contra a criança

No primeiro trimestre de 2019 foram registados em todo o país mais de mil casos de violência contra a criança, muitas das quais ocorreram no seio familiar, revelou a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

Além destes e outros problemas que as crianças angolanas enfrentam, disse Faustina Alves, há ainda a situação do trabalho infantil em mercados informais que deve ser combatida em parceria com as outras instituições ligadas à defesa da criança.

I.2 Acabar com a pobreza sem deixar ninguém para trás

Novo Jornal

07 De Junho de 2019

Opinião: Camilo Ceita e Henrik

Fredoborg Larsen

Em 2015, Angola, juntamente com outras 192 nações, comprometeu-se no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas com a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, que tem como ponto central 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas. A Agenda 2030 e os ODS representam um desafio e uma oportunidade para cada um dos países signatários de alcançar um nível melhorado de desenvolvimento para seus povos. Alcançar os objectivos, metas e indicadores da Agenda 2030, exige uma acção colectiva e articulada de todos os parceiros de desenvolvimento, sob a liderança dos governos, para garantir que ninguém seja deixado para trás.

A nova agenda de desenvolvimento sustentável amplia o compromisso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e traz um novo

desafio, tanto em abrangência quanto em complexidade, bem como em interdependência e sinergias.

Acabar com a pobreza sem deixar ninguém para trás, esta expressão faz parte do léxico de desenvolvimento de todos os países signatários de Angola da agenda de 2030, incide, em particular, no ODS que visa a acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares. Durante o período em que o ODM estavam em curso até 2015, o primeiro objectivo visava reduzir a pobreza monetária nos países em desenvolvimento, alertando todos os países a erradicar a pobreza monetária tal como outras formas de pobreza até 2030.

Para a pobreza monetária, o valor de referência da medição da pobreza é 1,90 dólares por dia. O INE apresentará novos dados este ano, mas de acordo com o IBEP 2008-2009, 36,6% da população angolana vivia com menos de 1 dólar por dia em 2008/2009. O Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 visa reduzir a taxa de incidência da pobreza para 25% em 2022, com base em 1 dólar por dia, que deverá ser actualizada após publicação da nova taxa de pobreza em Angola, com base em 1,90 dólares por dia.

No entanto, a pobreza vai além do aspecto monetário para entender, por exemplo, como o acesso ao saneamento e água tratada, educação ou electricidade afectam o bem-estar das famílias. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com a Iniciativa de Pobreza e Desenvolvimento Humano da Universidade de Oxford (OPHI), lançou uma iniciativa global para uma abordagem mais abrangente através do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). O IPM define a pobreza com base nas privações que as pessoas sofrem na educação, saúde e condições de vida. O relatório global do IPM de 2018, publicado conjuntamente entre o PNUD e a OPHI, mostra que 51,2% dos angolanos viviam na pobreza multidimensional, com base nos dados do IIMS 2012-2016.

Faltam apenas 11 anos para "...acabar com a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável".

Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015 se atingir a Agenda 2030

Os desafios de acabar com a pobreza em todas as formas exigem acções urgentes e colectivas. É

fundamental identificar aceleradores estratégicos que possam desencadear mudanças. Alguns aceleradores para a redução da pobreza poderiam estar relacionados com a redução da desigualdade, geração de empregos para jovens e mulheres, mais e melhores serviços de educação e saúde, acesso à terra, habitação, água e electricidade entre outros.

Não há dúvida de que produzir dados actualizados e de qualidade se torna essencial para monitorar e avaliar o progresso em direcção ao alcance da Agenda de 2030, dos seus objectivos e metas. Neste contexto, o governo de Angola, através do Instituto Nacional de Estatística (INE) e com o apoio do Banco Mundial, realizou o Inquérito aos agregados familiares sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola (IDREA) 2018-2019. Este inquérito fornecerá dados actualizados sobre pobreza, desigualdade, emprego, etc., em Angola. Os resultados, que já começaram a serem apresentados pelo INE, serão extremamente úteis para o diálogo nacional na formulação de políticas e alocações de orçamentos.

No dia 29 de Março 2019, o INE organizou a primeira consulta pública sobre pobreza multidimensional em Angola para a criação dos indicadores de um IPM nacional com base na realidade do país, com apoio da OPHI e do PNUD. Uma consulta participativa sobre pobreza multidimensional é fundamental para promover o diálogo inclusivo para a formulação de políticas e realização de programas específicos como é o Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza. O IPM serve também de base para medir a saída das pessoas da condição de pobreza multidimensional e pode servir de guia da agenda de desenvolvimento económico, programas e políticas governamentais.

De igual modo, o IPM fornecerá informações para orientar o PDN 2018-2022, bem como o Orçamento Geral do Estado (OGE), como uma ferramenta fundamental para financiar a promoção do desenvolvimento humano e a realização dos ODS. A pobreza multidimensional é um conceito relevante para a criação de políticas de desenvolvimento económico que podem promover a geração de empregos especialmente para os jovens e tirar as pessoas da pobreza.

Outrossim, com a instalação das Autarquias em Angola, o Índice de Pobreza Multidimensional no âmbito local (municipal/autárquico) será, sem dúvidas, o instrumento de monitoria das acções de governação dos governantes aos governados. Primeiros passos estão a ser dados para que o INE e os Ministérios das Finanças e da Administração e

Reforma do Estado possam identificar os indicadores que irão compor este índice.

O PNUD, juntamente com outros parceiros, continuará a apoiar Angola na implementação do programa do PDN 2018-2022, orientado para a erradicação da pobreza e outras áreas de desenvolvimento. Com a sua rede conhecimento abrangente a nível mundial, o PNUD tem o prazer de fazer parceria com o país nesse âmbito, compartilhando as melhores práticas e abordagens inovadoras para os desafios do desenvolvimento.

1.3 INAC revela que grande parte dos «meninos de rua» abandonou centros de acolhimento

Novo Jornal

07 De Junho de 2019

Texto: Hélder Caculo

O director do INAC (Instituto Nacional da Criança), Paulo Kalesi, revelou ao NJ que um número considerável das crianças e adolescentes, que se encontram em condição de "menino de rua", já estava acolhido e «fugiu» dos centros de acolhimento.

"Estamos a fazer um trabalho árduo para rever as condições dos centros de acolhimento porque percebemos que muitas crianças fogem dos mesmos. Temos de perceber agora as razões que levam uma criança a abandonar um centro. Muitas dessas crianças vão novamente às ruas à procura de ofertas", explicou Paulo Kalesi, tendo sublinhado, por isso, que "devemos deixar de dar dinheiro às crianças nas ruas. As organizações governamentais devem deixar, por exemplo, de levar sopa para as crianças de rua, devem fazer acção solidária nos centros de acolhimento".

Segundo Paulo Kalesi, num futuro breve o INAC vai apresentar uma proposta de trabalho para um melhor regulamento e funcionamento dos centros de acolhimento.

"Achamos que não podem ser as crianças a adaptarem-se às regras dos centros, mas estes é que devem adaptar-se à realidade de cada criança. Os centros recebem crianças com diferentes problemas psicossociais, por isso devem ter vários tipos de soluções", sublinhou.

Funcionam em todo o país aproximadamente 100 centros de acolhimento. Em Luanda existem cerca de 20 centros, na sua maioria precisando de vários apoios.

Para aquele responsável, o fenómeno «menino de rua» não é causado apenas pelas más condições económicas, deve-se sobretudo à desestruturação das famílias e a violência doméstica.

"Muitas dessas crianças fogem de casa porque os pais as maltratam, batem nelas... Acusam-nas de feitiçaria, roubo, etc. Existem locais para elas ficarem. Temos centros de acolhimento capazes e suficientes para protegerem essas crianças", frisou.

Um estudo realizado em 2018 pela organização italiana Voluntariado Internacional pelo Desenvolvimento, no âmbito do Projecto Vamos Juntos, apoiado pela União Europeia, revelava que mais de 775 crianças, adolescentes e jovens com idades compreendidas entre os dez e os 25 anos de idade vivem nas ruas de Luanda e, em consequência, metade destas já é mãe, pai ou pelo menos já praticou aborto clandestino, expondo-se ao risco de perder a vida e contrair diversas doenças.

Segundo o estudo, entre as principais causas do problema estão a violência doméstica, a vulnerabilidade social e a desestruturação de muitas famílias.

O estudo aponta a Vila de Cacucaco como a localidade com maior concentração de crianças e casais adolescentes na rua na cidade capital. Seguem-se as zonas do 1.º de Maio, Aeroporto 4 de Fevereiro, Golfe 2 e Baía de Luanda.

Cerca de 30% das crianças em condição de «menino de rua» tem entre 10 e 14 anos de idade, 33% entre 15 e 17 e 28% entre 18 e 25, revela o estudo daquela organização não-governamental.

1.4 Cidadãos desconhecem os critérios de entrada nos centros de formação

Jornal de Angola

13 De Junho de 2019

Texto: Edivaldo Cristóvão

Grande parte dos jovens desconhece os critérios de acesso aos centros de formação profissional, constatou o Jornal de Angola numa ronda efectuada por várias regiões do país. Muitos jovens disseram que nem sequer se davam ao trabalho de saber o que essas instituições têm disponíveis na grelha formativa, porque acham caro ou "impossível" o ingresso.

António Marcelo, 33 anos, residente em Viana, é um desses muitos jovens. Contactado pela nossa reportagem, disse que está desempregado e sempre

ocorreu-lhe que os cursos feitos nos centros de formação eram pagos e caros.

Marcelo reside a poucos metros do Centro de Formação Profissional de Construção Civil (CENFOC), uma instituição afecta ao Instituto Nacional de Formação Profissional (Inefop), localizado nas imediações da vila satélite de Viana.

Segundo as políticas de emprego, o centro foi concebido como um estabelecimento público de referência, cujo objecto social é a formação, capacitação, aprimoramento de competências e prestação de serviços na área de construção civil.

António Marcelo referiu que a falta de informação os centros de formação profissional faz com que muitos jovens continuem no desemprego, como é o seu caso.

"Perdi o emprego há cerca de dois anos numa empresa petrolífera, se antes soubesse que com estes cursos seria possível entrar no mercado de trabalho de forma mais directa, já teria procurado, ainda com a vantagem de não pagar nada", disse.

Por ora Marcelo não será possível a inscrição para formação no centro de Viana, porque o ciclo formativo está em curso. Terá de esperar por outras oportunidades.

A equipa de reportagem do Jornal de Angola visitou o centro e foi inaugurado em 2008 e desde essa data já formou cerca de sete mil profissionais. Para este ano, estão inscritos 816 formandos.

Para o ingresso no Cenfoc é exigido como habilitações literárias mínimas a 9ª classe ou experiência profissional nos cursos de artes e ofícios e idade mínima de 16 anos, mas antes os candidatos têm de passar por um teste de selecção.

Petra Boavida Brás, 24 anos, também vive próximo do Cenfoc, em Viana. Disse que ficou a saber da existência do centro por curiosidade, mas hoje frequenta o curso de Construção Civil, porque pretende aprimorar a prática daquilo que tem aprendido na universidade.

Estudante do segundo ano do curso de Engenharia Civil, no Instituto Superior Internacional Politécnico de Angola (ISIA), a jovem está optimista quanto ao futuro. "Tendo em conta que este curso engloba várias áreas técnicas, como electricidade e hidráulica, é preciso ter noção daquilo que passarei a fazer no futuro. A formação tem a duração de um ano e seis meses e para sair de casa para o centro, apenas faço dez minutos de carro", disse.

Petra Brás apela aos jovens que estão fora do sistema de ensino a aproveitarem as oportunidades e poderem fazer cursos que os pode colocar no mercado de trabalho ou mesmo desenvolver o próprio negócio, porque o país é grande e ainda tem muitos desafios pela frente.

Assegurou que nunca pagou nada no centro, considerando isso como uma mais valia para aqueles que não têm condições de pagar cursos em escolas técnicas privadas. "Tenho incentivado os meus colegas para também entrarem no Cenfoc", disse a jovem com um sorriso nos lábios.

Contou que a sua paixão pelo curso de Construção Civil surgiu há muitos anos, porque sempre que viajava e olhava para as grandes obras de engenharia ficava encantada e imaginava fazer parte desses projectos.

"Depois de terminar o curso, a meta é abrir a minha própria empresa, embora pense que por ser mulher as portas nem sempre estarão abertas, mas, ainda assim, tenho de começar já a pensar em como darei continuidade à minha carreira", perspectivou.

Marta de Almeida é outra jovem que terminou o ensino médio em 2014 e só este ano conseguiu entrar para o centro. Ainda não está na universidade por questões financeiras. Entrou para o Cenfoc através de uma amiga e optou também por fazer Construção Civil, porque ganhou paixão pela profissão de tanto ver grandes e modernas obras de engenharia.

Marta de Almeida disse que depois de concluir o curso pretende ter um emprego o mais rápido possível, para poder dar continuidade aos estudos na universidade. "Apesar de ser um curso discriminado para as mulheres, hoje tenho uma ideia diferente, porque todos somos capazes quando queremos atingir um objectivo", salientou.

1.5 Lunada e Huíla lideram índice de jovens sem escolaridade

Nova JORNAL

14 De Junho de 2019

Texto: Hélder Caculo

Luanda e Huíla apresentam maiores proporções de jovens que não possuem nenhum nível de escolaridade, com uma taxa de 19% e 11%, respectivamente, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) relativamente à repartição da população juvenil que frequenta a escola. Seguem-se as províncias de Benguela, Huambo, Cuanza-Sul e Uíge, onde a maioria dos

jovens com idades entre 15 e 34 anos não possui nenhum nível de escolaridade.

De acordo com o documento consultado pelo Novo Jornal, a proporção daqueles que nunca frequentaram a escola é mais acentuada nas províncias da Huíla, com uma taxa de 15%, e Cuanza-Sul, com 9%.

As estatísticas do INE, elaboradas no âmbito do Recenseamento Geral da População e da Habitação e divulgadas recentemente, indicam ainda que a proporção dos jovens que têm pelo menos o ensino primário concluído é relativamente mais elevada nas províncias de Luanda (32%) e Benguela (9%).

Os dados foram colhidos tendo em conta a proporção da população residente com idades entre os 15 e 34 anos de idade, por província e sexo, segundo o nível de ensino concluído.

SINPROF diz que ainda «falta a verdadeira vontade política»

Para o presidente do Sindicato Nacional dos professores (SINPROF), Guilherme Silva, o elevado número de crianças e jovens fora do sistema de ensino deve-se às "fracas políticas" traçadas pelo governo para o sector da educação.

"Quando gizam tais políticas não consultam universidades, sociedade civil e sindicatos", frisou Guilherme Silva, que também aponta o reduzido investimento no sector como uma das causas do elevado índice de analfabetismo no país.

"Enquanto a educação não for a prioridade das prioridades, o quadro vai agudizar-se cada vez mais, porque falta a verdadeira vontade política", frisou Guilherme Silva.

O sindicalista sublinhou que uma melhor aposta na educação vai reduzir igualmente o número de jovens desempregados no país e aumentar o poder de compra das famílias angolanas.

"A população angolana é maioritariamente jovem. Portanto, sem educação, como estes jovens vão ter acesso ao emprego que também é escasso, dado o índice de desemprego agonizante?", questionou.

1.6 Infraactores passam a pagar multas na segurança social

Jornal de Angola

17 De Junho de 2019

Texto: Edivaldo Cristóvão

Desde o lançamento do Regime Jurídico do Trabalhador de Serviço Doméstico, em 2017, apenas 12 empregadas estão registadas no sistema de protecção social obrigatório, na província do Uíge, revelou a chefe dos serviços provinciais, Sofia Sebastião.

Em declarações ao Jornal de Angola, Sofia Sebastião disse que a partir do próximo mês, o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) passará a cobrar de forma coerciva multas aos empregadores que não inscreverem os trabalhadores domésticos no sistema.

"Infelizmente há poucos registos de trabalhadores domésticos inscritos no sistema de protecção social obrigatório. Este será o último mês de sensibilização e divulgação do diploma. A partir de Julho, quem não cumprir com a lei estará sujeito ao pagamento de multas com cobranças coercivas", enfatizou.

O trabalho doméstico em Angola passou a ser mais valorizado desde a publicação do Decreto Presidencial n.21SS/16, a 9 de Agosto, no Diário da República, que aprova o Regime Jurídico e de Protecção Social.

O decreto define que os trabalhadores domésticos têm direito a férias, reforma, oito horas de trabalho diário, subsídio de Natal e de maternidade. Os que vivem em casa dos empregadores passam a trabalhar apenas até dez horas por dia.

O diploma define que a taxa contributiva para o Sistema de Protecção Social Obrigatório para o trabalhador doméstico é paga em seis por cento pelo empregador e dois pelo beneficiário.

Desde 2017, após a publicação da lei no Diário da República, o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social lançou um plano de implementação e divulgação do diploma, com a realização de seminários, e reforçou os cursos de empregados domésticos nos centros de formação em todo o país.

O diploma define que a inscrição do empregado doméstico no INSS é da responsabilidade conjunta do empregador e do trabalhador, devendo ser feita no prazo máximo de 30 dias úteis após o início da actividade. De acordo com o diploma, no acto de inscrição, o empregador deve apresentar as cópias do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte Fiscal, já o trabalhador deve também se fazer acompanhar da cópia do BI.

Compete ao empregador proceder ao pagamento das contribuições ao INSS, incluindo a parcela a cargo do trabalhador deduzida do respectivo salário, até ao dia 15 de cada mês. O sistema obrigatório assegura a protecção nas eventualidades de invalidez, reforma por velhice e morte. O incumprimento destas disposições é punido com multa.

Ficam ainda excluídos do âmbito do diploma O empregados domésticos que possuam relações de parentesco com o empregador, tais como cônjuge, companheiro em união de facto, descendente, ascendente, irmão, genro ou nora, padrasto ou madrasta, sogro ou sogra. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) refere que o serviço doméstico continua a ser uma profissão socialmente desvalorizada, muitas vezes "invisível" aos olhos da lei e das estatísticas. Ser empregada doméstica em muitos países é quase como não ter profissão.

Segundo a OIT, em muitos países, o trabalho doméstico não é considerado propriamente um emprego, mas sim uma actividade desempenhada maioritariamente por mulheres. Outra das características do trabalho doméstico é a elevada segmentação de género, concretamente, com serviços de motorista, jardineiro, segurança ou empregado doméstico, sendo profissões geralmente mais executadas pelos homens.

Em África, o maior problema é o trabalho infantil. Em alguns países, as crianças de origem rural são enviadas pelos pais para a casa e familiares na cidade, com a esperança de que possam ir à escola, mas acabam por trabalhar longos períodos em troca de comida.

1.7 “Ter um emprego não é solução definitiva para a saída da pobreza”

Jornal de Angola
20 De Junho de 2019

Ricardo Kaniama define a pobreza com base na quantidade, no hábito e na forma de produzir. Se o que a pessoa ganha não é suficiente para viver

condignamente, alcançar os seus sonhos e dar a vida que sempre sonhou para a sua família, então está com um problema de pobreza.

O hábito tem a ver com a forma como se vive com aquilo que se ganha. No livro "A cabra da minha mãe", lembra, existe uma escada para a riqueza. "Se a pessoa fizer uma autoavaliação em relação à escada da riqueza e ver como usou os seus rendimentos nos últimos dez anos; se concluir que gastou tudo que ganhou e que não constituiu um capital de investimento, esta pessoa é pobre, mesmo quando ganha um bom salário".

Sobre a forma de produzir, adianta, se a pessoa é obrigada a trabalhar para ter renda, então ainda está no estágio da pobreza. Infelizmente, acrescenta, é esta a forma de produzir que o emprego traz. A pessoa é obrigada a trabalhar diariamente. A sua renda está ligada à sua energia, tempo, contribuição. Se parar de trabalhar, a renda também para. Mas nós somos homens. de uma forma ou outra pararemos de trabalhar algum dia.

Vimos, com a crise, muitas pessoas perderam o emprego, mesmo sendo profissionalmente competentes. Encontravam-se na pobreza, porque ainda não tinham independência financeira".

Com uma orientação, garante, é possível sair do estágio da dependência para o da independência financeira. "É esta a solução que trouxemos", sublinha. "Ter um bom emprego é uma vantagem, mas ainda não é uma solução definitiva para a saída da pobreza. Teremos solução definitiva quando tivermos mais pessoas a sair da dependência e alcançar a independência financeira", refere.

1.8 Executivo valida programa de transferência monetária

Jornal De Angola
27 De Junho de 2019

A Comissão Económica do Conselho de Ministros apreciou esta quarta-feira, 26, em Luanda, um projecto integrado de transferências sociais monetárias, para mitigar o impacto da alteração das tarifas da água, electricidade, transportes público combustíveis

A alteração destes tarifários, processo em curso desde Agosto de 2018, terá implicações no custo de vida de modo geral, com maior impacto sobre as famílias mais pobres, daí o Executivo estar a trabalhar para reforçar o sistema de protecção social,

particularmente no patamar da protecção social de base, não obrigatório e não contributiva.

De acordo com o comunicado final da reunião da Comissão Económica do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, o projecto integrado de transferências sociais monetárias conta com um financiamento do Banco Mundial na ordem dos 320 milhões de dólares.

Deste projecto, com um período de implementação de quatro anos, poderão beneficiar até um milhão de famílias nas 18 províncias e em 40 municípios, sendo 50 dos beneficiários em áreas urbanas e 50 nas áreas rurais.

Cada família receberá 5.000 kwanzas/mês (cinco mil kwanzas), durante 12 meses, com uma segunda componente de inclusão produtiva e reforço do Sistema de Protecção Social.

O projecto deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração do Banco Mundial, a 2 de Julho próximo, dia dedicado à República de Angola no Banco Mundial.

Na mesma ocasião, deverá ser também aprovado um pacote financeiro de 1,5 mil milhões de dólares, no qual se incluem programas de reforço orçamental e um programa para o sector das águas.

Ajustamento dos preços

A Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou, também, o Plano Integrado de Comunicação sobre o Ajustamento dos Preços Fixados, com o objectivo de esclarecer os cidadãos sobre o ajustamento efectuado no preço da água e que se pretende fazer no preço da electricidade e dos combustíveis.

Os ajustamentos previstos enquadram-se nos esforços empreendidos pelo Governo angolano com vista a garantir a sustentabilidade dos respectivos sectores, bem como das medidas em curso que visam repôr o poder de compra das famílias mais desfavorecidas.

Caderno de Inflação

No domínio da política monetária, a Comissão Económica aprovou o Caderno de Inflação referente ao primeiro Trimestre de 2019, documento que reporta os factores que estiveram na base do comportamento da inflação observada no período em referência e no acumulado do ano, identificando as fontes de pressão.

O documento refere que no período em referência a variação do Índice de Preço ao Consumidor Nacional

registou uma redução de 3,31 por cento, abaixo do registado no trimestre anterior (4,16 por cento), confirmando-se a tendência de redução gradual que se tem verificado com a implementação do Programa de Estabilização Macroeconómica iniciado em Janeiro de 2018.

No domínio da política cambial, a Comissão Económica apreciou uma proposta de Aviso sobre Operações Cambiais de Linhas Aéreas e Operadoras de Voos Charter Estrangeiros e Agências de Viagem, documento que contém normas regulamentares sobre as transferências para o estrangeiro referentes ao pagamento dos serviços prestados por não residentes cambiais e o pagamento dos serviços prestados por residentes cambiais aos não residentes cambiais.

1.9 Cartoon,

Novo Jornal

21 De Junho de 2019



2. MICROFINANÇAS

2.1 Uíge aposta na formação de Jovens empreendedores

Jornal EXPANSÃO
14 De Junho de 2019

O Centro Local de empreendedorismo e Serviço de Emprego (CLESE) na província do Uíge já formou, desde a sua criação, 990 jovens inseridos em vários cursos entre os quais empreendedorismo, informática, gestão básica e criação de negócios, revelou a instituição esta semana.

Dos 990 jovens formados, 235 já beneficiaram de micro-crédito do Governo para o fomento empresarial e realização de pequenos negócios.

O Centro de empreendedorismo e Serviço de Emprego (CLESE), entre 2013 e 2019, registou 4.277 solicitações para emprego, em que 421 foram dirigidas para várias empresas locais que avaliam os processos e oferecem oportunidades quando há vagas no mercado.

Para o actual ano lectivo que iniciou em Maio, foram inscritos 65 jovens para a formação nas áreas de empreendedorismo, informática, gestão básica, criação de negócios, entre outros cursos.

De acordo com o director geral do centro, Joaquim Paulo Rodrigues, a formação de mais jovens, sobretudo no curso de empreendedorismo dá instrumentos para facilitar a criação de mais de empresas em todo o território da província que poderão empregar mais jovens aos invés de esperarem apenas pelas iniciativas do Governo.

O responsável reforçou ainda a ideia de criação de empresas pela juventude e sublinhou que podem contar com o apoio da instituição que continuará a formar jovens em empreendedorismo no sentido de apoiar a diversificação da economia do País

No ano passado, o Centro de empreendedorismo e Serviço de Emprego colocou 206 jovens formados em várias empresas privadas e instituições da província.

A rede Centro de empreendedorismo e Serviço de Emprego (CLESE) é uma iniciativa do Ministério da Administração Pública e Segurança Social (MAPESS) lançada no quadro da promoção da cultura de empreendedor nas 18 províncias de Angola.

2.2 Pequenos clientes bancários não pagarão o IVA

Jornal O PAÍS
28 De Junho de 2019
Texto: Brenda Sambo

O Banco Nacional de Angola (BNA) criou uma norma que visa a isenção dos pequenos depositantes do sistema bancário ao pagamento do Imposto Sobre Valor Acrescentado (IVA) nas suas transacções.

A informação foi adiantada ontem, à imprensa, pela administradora do Banco Nacional de Angola (BNA) Beatriz Santos, durante uma "Conferência sobre a implementação do IVA no sector bancário".

Segundo a responsável, o BNA, enquanto regulador, está a trabalhar com a banca e com a Administração Geral Tributária (AGT) para criar condições contabilísticas para a implementação do IVA no sistema bancário.

Para tal, reforçou que, numa primeira fase, haverá a isenção dos pequenos clientes, principalmente aos clientes da conta Bankita (clientes que abriram contas no âmbito do programa de educação financeira).

"O BNA já definiu normas de isenção de custos para os serviços mínimos, ou seja, aqueles pequenos depositantes, em princípio, estarão isentos do IVA", esclareceu.

Referiu que foi criado um grupo de trabalho para tal e o adiamento do IVA vai servir para os ajustes ao nível do sistema informático para permitir que os bancos comerciais tenham as devidas condições.

Sublinhou ainda que na fase em que o país se encontra é necessário também normalizar a economia.

O Imposto sobre o Valor Acrescentado, com taxa única de 14% e que incide sobre a transacção de bens e serviços entrará definitivamente em vigor a 01 de Outubro próximo, ao contrário de 01 de Julho como estava inicialmente previsto.

Dados indicam que na lista actualizada de forma oficiosa da Administração Geral Tributária (AGT) estão cadastrados 421 Grandes Contribuintes que devem cobrar o Imposto Sobre Valor Acrescentado nas suas transacções e mais de 40 mil contribuintes existentes.

Por outro lado, o representante da Associação Angolana de Bancos (ABANC), Eduardo Clemente,

avança que a implementação do Imposto sobre valor Acrescentado (IVA) poderá causar a redução da população da banca nacional.

2.3 BUE faz registos de nascimento

Jornal de Angola

30 de Junho, 2019

Texto: Adolfo Mundombe

O Balcão Único do Empreendedor (BUE) na província do Huambo vai passar a efectuar registos de nascimento e outros documentos, visando descongestionar os postos de registo civil e comercial, disse o delegado provincial da Justiça e dos Direitos Humanos.

Ernesto Estêvão Pedro avançou que a estratégia, plasmada numa circular conjunta assinada pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, Serviços de Notariado e Balcão Único do Empreendedor, visa transformar, em todo o país, os balcões do BUE em postos de registos, para que a população tenha mais facilidade em adquirir documentos.

A aquisição do Assento de Nascimento e Certidão de Nascimento, destacou, constituem uma das grandes dificuldades da população, por serem os primeiros documentos que permitem adquirir o Bilhete de Identidade.

Os técnicos do BUE estão, desde o passado dia 24, a ser capacitados. O projecto vai estender-se em todos os municípios, com o apoio das administrações municipais, comunais e entidades tradicionais. “Pretendemos lançar o livro de cadastro de nascimento nas ombalas, numa responsabilidade das autoridades tradicionais. No livro, que estará sob tutela dos regedores ou sobas, far-se-á pré-registo de todas as crianças que nascem, num determinado período, para facilitar o processo nas comunidades”, sublinhou Ernesto Estêvão Pedro.

O lançamento do Programa de Registo nos BUE da província do Huambo, acrescentou, ocorreu na comuna do Cuima, município da Caála, e no município da Chicala Cholohanga.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Empresas de reciclagem trabalham com material recolhido por crianças

Jornal de Angola

12 De Junho de 2019

Texto: César Esteves

O suor escorre como água no rosto de António Manuel, de 14 anos. Não consegue limpá-lo. As duas mãos estão ocupadas; seguram o saco de ráfia, completamente carregado de 11 latas de alumínio vazias, que 11 leva à cabeça. O pequeno não toma opção. Resta-lhe para por um instante, para limpar o rosto, o pois a transpiração já cobre os olhos. Socorre-se da camisola que usa para o limpar.

Como o rosto já seco o menino decide-se por uma pausa na caminhada que faz para descansar ao lado de uma viatura a que se encontra parada na zona 11 da Mulembeira, no bairro II Catambor, distrito da Maianga, em Luanda. Os seus pés completamente cobertos de poeira denunciam que vem de muito longe. "Estou a vir do Golfe I a pé", disse, António Manuel. Ele dedica-se à recolha de latas de refrigerante vazias em contentores de lixo espalhados pela capital, para vender aos fornecedores das empresas de 'reciclagem'. Por cada quilo de lata de alumínio recebe 100 kwanzas. A quantidade de objectos desses que leva não chega para arrecadar sequer, 1000 kwanzas, "Preciso de apanhar mais", acentuou.

O petiz contou que, com o dinheiro arrecadado da venda, consegue comprar algumas peças de roupa, chinelos e brinquedos. A outra parte do dinheiro entrega à mãe, que a usa para comprar alimentos para casa. Segundo filho de uma família de três irmãos, o menino deixou de ir à escola, alegadamente, por da falta de condições.

"Eu estudava, mas parei, porque não tinha material, nem roupa", realçou. Alegou que a mãe não trabalha e do pai sabe apenas dizer que saiu de casa há muito tempo, sem deixar rastros. "Quando perguntamos à mãe onde está o pai, ela só diz que vive com outra mulher, aqui mesmo, em Luanda", contou.

Como António Manuel, muitas outras crianças dedicam-se à mesma prática, estando considerável parte delas concentrada no bairro Balumuka, no Golfe I. É aqui que também se encontra o rei maior

número de compradores do material por elas recolhido.

Os compradores, que são ao mesmo tempo fornecedores das empresas de reciclagem, não se importam em adquirir o material recolhido por crianças, nem fazem ideia de que a prática constitui exploração de trabalho infantil.

"No princípio, até negávamos, mas, de tanto insistirem, passamos a receber, porque eles disseram que, com o dinheiro, conseguem ajudar em casa", justificou um dos compradores, que não que adquirem só latas de alumínio, como também carcaças de viaturas e outros metais.

Após reunirem uma quantidade considerável do material, os compradores revendem-no às empresas de reciclagem, cujos nomes não aceitaram revelar.

Fabrimetal é contra

Yuri Rainho, director de recursos humanos da empresa Fabrimetal, que trabalha em reciclagem, disse que a sua instituição não actua com material recolhido por crianças, por ser contra a exploração infantil.

O responsável asseverou que a instituição, sediada no Pólo Industrial de Viana, a 25 quilómetros de Luanda, apenas trabalha com material fornecido por empresas credenciadas, que o entregam já compactado.

Yuri Rainho defende sanções pesadas contra as instituições que compram material directamente das crianças.

"Deviam ser multadas e obrigadas a pagar a educação delas até à faculdade", realçou o responsável, para quem as empresas de reciclagem devem ter a preocupação de saber a proveniência do material que compram, para não correrem o risco de trabalhar com produtos recolhidos por crianças. "Não basta só pagar:

É fundamental saber de onde veio o material", aconselha.

Segundo Yuri Rainho, o combate ao trabalho infantil deve passar pela moralização das pessoas, melhoria das condições sociais das famílias e por um investimento directo nas comunidades, para erradicar a fome, um dos problemas, que, a seu ver, leva essas crianças a submeterem-se a essa realidade. "A nossa postura deve ser sempre a de ajudar a criança a manter-se na escola e não a de aproveitar-se da condição vulnerável delas, para as explorar", acentuou.

3.2 ENDE desactiva postos de transformação privados

Jornal de Angola

12 De Junho de 2019

Mais de 50 postos de transformação (PT) de energia eléctrica, geridos por privados, serão desactivados no município de Belas e substituídos por outros da ENDE, com a entrada em funcionamento de duas subestações, em Julho, no âmbito do projecto de electrificação domiciliar em Luanda.

O porta-voz da Empresa de Distribuição de Electricidade (ENDE), Pedro Bila, em declarações à Angop, disse que a gestão pública dos PT vai permitir que os novos clientes paguem o consumo a preços razoáveis, através do sistema pré ou pós-pago.

As duas subestações, cujas obras devem ser concluídas em breve, vão beneficiar mais de 25 mil famílias dos distritos da Vila Verde e Morro n dos Veados, com realce para os bairros Zona Verde, Salinas, Tendas e Mundial.

Cidadãos residentes nos bairros Zona Verde e Tendas afirmam que, pelo contrato com os PT privados, pagavam 150 a 200 mil kwanzas e por mês o valor de quatro a cinco mil, para além dos gastos com o combustível para os geradores, já que o fornecimento era irregular.

O projecto, financiado pela Linha de Crédito da China, repartido pelos municípios de Luanda, Viana, Belas, Kilamba Kiaxi, Talatona, Cazenga, Icolo e Bengo e Cacuaco, tem como objectivo elevar a taxa de electrificação, mediante o fornecimento e construção de novas infra-estruturas.

Orçado em mais de 600 milhões de dólares norte-americanos, o projecto foi consignado em 2016 e tem o seu término previsto para Agosto próximo. Durante este período, serão montadas nove subestações eléctricas de 60/15kv e 60/30 kV, mil postos de transformação, construção de linhas de alta tensão e montagem de contadores pré-pagos mono e trifásicos.

3.3 Maioria dos residentes africanos exerce o comércio a retalho

Jornal de Angola

13 De Junho de 2019

Texto: Ana Paulo

Noventa e cinco em cada cem africanos residentes em Luanda dedicam-se ao comércio a retalho em

armazéns' cantinas e padarias, apesar das vicissitudes por que passam para a manutenção dos negócios, como consequência da baixa taxa de legalização migratória, titularidade precária das empresas, assaltos, entre outras situações.

A informação foi avançada ao Jornal de Angola pelo presidente da Acção para o Desenvolvimento dos Jovens Angolanos e Estrangeiros (ADJAE), Toukara Saidou. A organização congrega representantes das comunidades africanas implantadas no país e tenta actuar como interlocutora junto das autoridades angolanas,

As comunidades mais representativas no país, de acordo com Toukara Saidou, provêm da Guine Conacri, Costa do Marfim, Mali, Eritreia e Etiópia, com comerciantes em maior número dedicado: ao negócio retalhista, enquanto uma parte menos significativa está ligada aos armazéns e padarias.

A ADJAE, fundada em 11 de Abril de 2007 e legalizada em 2010, tendo actualmente representações na Huíla, Lunda-Sul, Bengo e Huambo, procura tomar - se parceira de organismos institucionais angolanos, como o Serviço de Migração e Estrangeiro (SME), Governo Provincial de Luanda (GPL) e Delegação Provincial do Ministério do Interior, aos quais os comerciantes africanos oferecem o que chamam de "cooperação".

Toukara Saidou afirmou que a associação propõe-se solucionar, com as autoridades, as questões da concessão e actualização de residência migratória, na ausência da qual ficam inviabilizados todos os outros processos, incluindo a possibilidade de trabalhar.

De tão preocupante, a situação leva a que, com alguma frequência, a associação se reúna com as comunidades, para encontrar um consenso que leve à solução das questões da legalização migratória e da formalização dos negócios.

A oferta da ADJAE, já apresentada à Polícia Nacional, consiste no reforço da aproximação com os associados, obtendo maior capa cidade na prevenção dos crimes praticados contra os estrangeiros residentes, como assaltos a cantinas e residências, bem como práticas destes que violem as leis angolanas e firam a imagem das comunidades, no que se inclui o desencorajamento das entradas ilegais e o incentivo à legalização.

"Como mantemos contacto com os representantes das comunidades, será mais fácil interagirmos e reforçar a cooperação com o SME", frisou.

Uma primeira acção desse consenso é a constituição de um cadastro que a ADJAE pretende conduzir em

todo o país e que já conseguiu determinar. em Luanda, mil cantina geridas por africanos. A amostra levou a inferir a estatística mais geral de que 95 por cento dos residentes da África Ocidental e Oriental em Angola trabalha no comércio a retalho.

Trespasse de alvarás Tounkara Saidou declarou que a consequências da ausência de processos de legalização são prejudiciais para estes comerciantes. que "contornam" essa dificuldade utilizando alvarás comerciais de angolanos que se dispõem a negociá-los, trespassando os a estrangeiros.

Esta revelação do presidente da ADJAE explica, parcialmente, como estes comerciantes conseguem autorizações para abrir e a manter negócios. podendo levar à conclusão de que resulta mais do tráfico do alvará, do que da sua emissão indevida.

De acordo com Tounkara Saidou, a manutenção de negócios com alvarás trespassados gera uma exposição a custos adicionais, sobretudo quando, como é frequente, na altura da liquidação dos impostos, os titulares dos alvarás receberem os valores dos comerciantes africanos (receosos de frequentar serviços públicos para não denunciarem a permanência ilegal no país), mas não pagarem à Administração Geral Tributária.

Essa prática, lamentou, leva a que as cantinas geridas por comerciantes africanos sejam permanentemente "assediadas", de forma legítima ou não, por representantes da Policia Económica e outros órgãos encarregues da conformidade legal nos negócios. gerando multas, alterações e outras indisposições.

Sucedâneos são mais baratos A implantação bem sucedida das cantinas no mercado está ligada à proximidade das áreas residenciais, mas também aos preços mais acessíveis da oferta nesses estabelecimentos, segundo o presidente da ADJAE.

A estratégia, disse, reside em estabelecer uma oferta baseada em sucedâneos ou bens que produzem os mesmos níveis de satisfação entre os consumidores, mas de marcas menos reputadas que as disponíveis nos supermercados e superfícies comerciais de topo.

A oferta das cantinas, reconheceu Tounkara Saidou, envolve produtos de marcas em processo de afirmação e fidelização, para o que os fornecedores estabelecem preços inferiores aos dos mesmos bens de marcas que já conquistaram o mercado.

Ao invés da África do Sul, Brasil, Portugal, Espanha ou Reino Unido, onde a produção obedece a padrões mais rigorosas, os bens pelos quais optam os donos das cantinas podem ter origem na Guiné Conacri. Ghana, China ou Indonésia, sendo muitas vezes

produzidos com menos critérios, saindo também mais barato.

3.4 CNC alimentou negócio das kinguilas

Journal OPAIS

14 De Junho 2019

Texto: André Mussamo

Isabel Bragança foi ouvida ontem pelo tribunal no prosseguimento do julgamento do caso CNC e terá confirmado o que a IGAE constatou no seu inquérito. Os dólares arrecadados pela instituição em alguns momentos foram cambiados no mercado paralelo.

Pelo menos mais de 3 milhões de dólares terão sido cambiados para atender as necessidades de uma empresa. Efectivamente, o relatório da IGAE refere este facto como uma das muitas irregularidades praticadas por aquele instituto adstrito ao Ministério dos Transportes.

Uma das raras ocasiões em que Isabel Bragança deu uma informação exacta, terá sido hoje, tendo em conta que tem sido habitual o recurso ao factor "tempo que passou". Segundo a ré, os factos ocorreram há já algum tempo e neste momento não é capaz de lembrar-se de tudo.

Com tanto "titubear" nas respostas, o depoimento de Isabel Bragança, não foi concluído esta semana e será retomado na próxima (Terça - Feira) ainda sob interrogatório da instância dos juízes do julgamento.

É expectável que na próxima semana venhamos a conhecer os argumentos de outro réu, depois de concluído o de Isabel Bragança. Até agora já foi ouvido Augusto Tomás da Silva, antigo ministro dos Transportes. Por ouvir estão outros 3 réus.

Além de Isabel Bragança e Augusto Tomás, são réus no caso CNC Manuel António Paulo, ex-director-geral, Rui Manuel Moita e Eurico Alexandre Pereira da Silva, ex -directores adjuntos para a área Técnica e Administração e Finanças, respectivamente, ambos funcionários do Conselho Nacional de Carregadores.

Augusto da Silva Tomás, que se encontra detido desde 21 de Setembro de 2018, responde com os restantes funcionários do Conselho Nacional de carregadores por múltiplos crimes, nomeadamente: peculato na forma continuada, violação de normas de execução de orçamento, abuso de poder; participação económica em negócio e branqueamento de capitais.

3.5 Famílias poderão ficar sem sustento

Jornal OP AIS

14 DE Junho de 2019

Isso vai complicar os nossos lucros e as nossas famílias poderão ficar sem sustento diário, porque é com o dinheiro que ganhamos aqui que estamos a comprar comida para casa, pagar as propinas dos nossos filhos e fazer a poupança para outras despesas".

Gabriel Mutundo, de 23 anos de idade, tem vindo a pensar em mobilizar os colegas para se unirem e falar com o gestor, a fim de entender a sua situação e facilitar a inserção no quadro do pessoal de trabalho.

Para ele, a questão das valências requeridas para trabalhar com as máquinas é uma componente superável, pois, defendeu, ele e os seus colegas podem aprender a manejar os invocados instrumentos modernos.

A guarda dos utensílios de trabalho, no local, é encarada por Gabriel Mutundo como uma vantagem dos retalhadores, porque esses materiais colocam a pessoa muito confiante, conforme fez questão de referir, acrescentando que a reacção é sempre inesperada.

Preço determinará a clientela

Enquanto o gestor Firoz acha que a qualidade e a rapidez dos serviços de corte que pensa oferecer a partir de Julho próximo, aliada a garantias de higiene, vão evitar que os compradores dos seus produtos saiam para fora do quintal para a o corte dos mesmos, Domingos e Afonso, conhecido por "The Game" nessas paragens, estão confiantes de que os seus clientes não deixarão de procurar os seus serviços.

"Nós já temos os nossos clientes, que nos confiam e não vão abandonar-nos, por serem pessoas que vendem refeições, então, a factura está garantida", disseram os cortadores, asseverando que fazem tal trabalho há muito tempo e nunca ficarão pendurados.

Reconheceram que quando a secção do corte eléctrico começar, eles terão de se aplicar para garantir as condições de higiene em espaço aberto.

Em nenhum momento manifestaram interesse em integrar o corpo de trabalho do armazém, justificando que não nutriam tal pretensão por não estarem habituados a esperar um mês inteiro para receber dinheiro.

Finalmente, realçaram que, na busca dos serviços de corte da carne os preços que serão praticados no armazém é que vão obrigar os clientes a continuarem a usar os seus serviços.

500 Kwanzas da permanência diária

A autorização dos serviços dos retalhadores no interior da NEWACO S.A, que até antes dos depoimentos destes prestadores parecia ser uma benevolência da parte da direcção da referida instituição comercial, ficou teoricamente anulada com a revelação dos primeiros interlocutores dessa classe, afirmando categoricamente que "todos os dias, independentemente de trabalharmos ou não, temos de pagar SOO Kwanzas".

Confessaram, a seguir, ser difícil passar um dia inteiro sem atender um freguês, no entanto falaram daquelas circunstâncias em que, tão logo começam a jornada, se lhes apresenta um mal-estar, normalmente provocado por doença ou qualquer notícia de casa ou da família que os obriga a largar o turno.

"Às vezes, ganhamos coragem e vamos lá falar com eles para não pagarmos mais no dia seguinte", revelou Armando Muxi, realçando que nem sempre a solicitação dos prestadores de serviço encontra resposta favorável.

Conquanto não tenham divulgado a quem precisamente entregam a renda diária, o jovem assegurou que a prestação financeira não os desencoraja a continuar com o trabalho, porque do mesmo podem colher uma quantia que facilita o sustento de suas famílias.

"Por dia, podemos fazer entre cinco e dez mil Kwanzas, principalmente na Sexta-feira e no Sábado, os dias em que há mais compra de carne para festas, praias e "sentadas" (rodas de amigos com comes-e-bebes), detalhou.

Armando aplaudiu a medida tomada pelos dirigentes da NEWACO.A, sobre a exigência da guarda dos machados, porque, segundo ele, evita todas as situações de violência oportunas.

"Conforme está esse machado, a pessoa chega aí na paragem, já cansado, encontra-se com um gatuno que quer roubar o dinheiro facturado do dia, você perde a cabeça e podes lhe dar com isso", disse Armando Muxi, tendo, imediatamente, recordado de dois casos que envolveram colegas seus de ofício e uns lotadores de táxi, ocorridos em 2016, quando ele e os seus colegas prestavam serviços no armazém de frescos dos mesmos indianos, então localizado bem ao lado esquerdo da AngoMart do Benfica.

O residente das bandas do Projecto Zona Verde, município de Belas, informou que os preços variam em função do tipo da carne, adiantando, em seguida, que o peito alto era o mais caro, (mil e 500 Kwanzas), enquanto ao corte de uma caixa de pernil de porco cobravam mil Kwanzas, sendo que, para cortejar o entrecosto, também de suíno, ficava pela metade do primeiro.

3.6 Mototaxistas no Zaire estão a ser cadastrados

Jornal de Angola
26 De Junho de 2019
Texto: Joaquim Júnior

O processo de cadastramento dos mototaxistas de Mbanza Kongo, na província do Zaire, feito na semana passada pela Associação dos Mototaxistas e Transportadores de Angola (AMO- TRANG), culminou com a atribuição de cartas e/ou licenças de condução, pela direcção provincial de Viação e Trânsito.

O representante da AMO- TRANG no Zaire, Manuel Fernandes Júnior, disse ao Jornal de Angola que o cadastramento tem como objectivo organizar a actividade de moto-táxi na região, com a atribuição de cartões de identificação, capacetes e colectes reflectores que contém um NIP (numero de identificação

peçoal) a cada mototaxista. Manuel Fernandes Júnior avançou que já foram registados 316 mototaxistas em Mbanza Kongo, tendo considerado a adesão ainda fraca, pelo número demototaxistas vistos a circular a nível da cidade e bairros periféricos.

No acto de cadastramento, referiu, o moto-taxista deve apresentar uma cópia do Bilhete de Identidade, documentos comprovativos da compra do veiculo e pagar 3.700.00 kwanzas, que servem para a aquisição do colecte reflector, documentação da motorizada e cartão de membro.

"Depois do registo, os mototaxistas são encaminhados a direcção provincial de Viação e Trânsito, onde recebem aulas sobre o

Código de Estrada, num período de 15 dias, para habilitarem-se à carta de condução para os proprietários de motorizadas, cuja cilindrada é de 70 centímetros cúbicos, ao passo que abaixo disso são atribuídas licenças", disse Manuel Fernandes Júnior.

No dia 1 de Julho próximo, avançou Manuel Fernandes Júnior, os fiscais da AMO- TRANG, num

total de 36, começam a circular no casco urbano e suburbano de Mbanza Kongo, para fiscalizar a actividade de moto-táxi, devendo igualmente apreender as motorizadas cujos condutores são menores de idade, além de denunciar reguladores de trânsito que, habitualmente, extorquem dinheiro aos associados.

3.7 O estatuto legal do vendedor ambulante e os seus deveres

Jornal de Angola
29 De Junho de 2019
Texto: Sebastião Vinte e Cinco

O sector informal das economias gerou classes de agentes económicos que movidos pela necessidade de atraírem clientela e com isso assegurarem geração de receitas e concomitantemente a sua subsistência levou a que o tradicional mercado paralelo ganhasse novas formas, ou, se quisermos, novas ramificações, no caso o comércio ambulante.

O comércio ambulante, feito por vendedores ambulantes, isto é, do infindável número de cidadãos que pratica a economia de subsistência, popularmente chamados de “zungueiras” ou “zungueiros”, foi recentemente objecto de consideração pelo legislador que aprovou a Lei n.º 15/19, de 21 de Maio Lei Sobre a Organização e Funcionamento das Actividades de Comércio Ambulante, Feirante e de Bancada de Mercado.

A ora referida lei está dividida em três grandes áreas: (a) Comércio Ambulante, previsto e descrito nos artigos 13.º - 23.º; (b) Comércio Feirante, previsto e tratado nos artigos 25.º - 30.º, e, por fim, (c) Comércio de Bancada de Mercado, previsto e regulado pelos artigos 31.º - 41.º. Na área do Comércio Ambulante, onde surge, precisamente o Vendedor Ambulante, que é, de acordo com a lei, todo aquele que realiza vendas ao público consumidor, mas não dispõe de um local fixo, inclui também o negócio de restauração em unidades móveis ou amovíveis, previstos na alínea d), do artigo 13.º e regulados pelo artigo 24.º, ambos da citada lei. A Lei 15/19 elabora, ainda, uma distinção entre a venda tradicional e a venda em locais fixos, no artigo 14.º, alíneas a) e b), posto que, deste modo, a venda ambulante coincide, pelo menos em termos de designação, com a venda tradicional. Ao vendedor ambulante são conferidos determinados direitos, por exemplo, no artigo 16.º, onde se prevê o direito de ser tratado com dignidade; dispor de cartão de identificação; e utilizar o espaço que lhe esteja destinado. Correlativamente, está sujeito aos deveres de manter-se apresentável; comportar-se com civismo

nas suas relações com os outros vendedores e demais entidades; apresentar os produtos alimentares em perfeitas condições de higiene; acatar as ordens emanadas pelas autoridades competentes; abster-se de promover a venda exclusiva de bebidas alcoólicas; abster-se de adoptar comportamentos lesivos aos direitos e interesses dos consumidores.

A segunda grande área é a do Comércio Feirante, onde se prevê a criação de diversos tipos de feiras, ou seja, populares; livres; temáticas; equipamentos e serviços; decoração, entre outras descritas no artigo 26.º do diploma. A terceira área corresponde ao Comércio de Bancada de Mercado, definido como “recinto fechado e coberto, explorado pela Administração Local ou concessionado a privados por esta, nos termos gerais, especialmente destinado à venda a retalho de produtos alimentares, organizado por lugares de venda independentes, dotado de zonas e serviços comuns, possuindo uma unidade de gestão comum”, nos termos do artigo 32.º. Podem dispor de lojas; bancas e lugares de terrado, ou seja, espaços de venda sem estrutura própria, como descreve o artigo 35.º, devendo contar com estruturas necessárias ao seu funcionamento, como instalações sanitárias, água, rede eléctrica, entre outras. Face ao exposto, depreende-se da Lei 15/19, de 23 de Maio, e dentro de um plano totalmente teórico, que (i) a venda ambulante apenas subsistirá dentro de zonas permitidas pelas Administrações Municipais, ou quando forem levadas a cabo por roulottes ou outros estabelecimentos móveis; (ii) o Comércio Feirante e o Comércio de Bancada de Mercado serão, deste modo, as actividades reservadas ao comércio de produtos agrícolas, produzidos por pequenos agricultores e ao comércio tendencialmente não profissionalizado.

Por esclarecer fica a sorte dos vendedores ambulantes, os nossos zungueiros ou zungueiras que, nos casos em que não conseguirem se manter apresentáveis e de se portarem com civismo, poderão perder as competentes autorizações para continuarem a exercer a sua actividade.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 OGE revisto é votado amanhã no Parlamento

Jornal de Angola

05 De Junho de 2019

Texto: Adelina Inácio

O Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto vai, amanhã, à aprovação final global da Assembleia Nacional com recomendações dos deputados ao Executivo para a reformulação do Programa de Investimento Público (PIP) e a definição de novas prioridades nos sectores da Educação, Saúde, Construção e Obras Públicas, Energia e Águas, Segurança e Ordem Pública

Ontem, os deputados aprovaram o relatório parecer conjunto das Comissões de Economia e Finanças, dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos e da Comissão de Administração do Estado e Poder Local sobre a proposta do Orçamento Geral do Estado revisto, com receitas e igual montante de despesas estimadas em 10,4 biliões de kwanzas.

Os deputados aprovaram, na especialidade, a proposta do OGE revisto, com 30 votos a favor, 6 contra e nenhuma abstenção.

Os parlamentares defenderam também a reformulação de projectos a nível dos governos provinciais e administrações municipais para atender as necessidades urgentes dos municípios.

O deputado Kilamba Van-Dúnem, que apresentou o relatório parecer das comissões de especialidade da Assembleia Nacional, disse que o Programa de Investimento Público tem apostas fortes em projectos de sectores como Educação, Saúde, Construção e Obras Públicas, Energia e Águas, Segurança e Ordem Pública.

No sector da Saúde, os deputados defendem a necessidade urgente de admitir novos profissionais para a Educação, os parlamentares reconhecem que, na maioria dos municípios do país, regista-se a construção de escolas de diferentes tipologias, mas com custos iguais. No Ensino Superior, constataram um défice na formação gradual do quadro docente.

Os deputados recomendaram a tomada de medidas céleres para estancar e responsabilizar os autores da devastação das florestas, exploração ilegal de madeira e da caça furtiva. No relatório, os deputados recomendam a actualização dos salários dos efectivos dos órgãos de Defesa e Segurança.

Segundo o relatório parecer das comissões especializadas da Assembleia Nacional, as missões diplomáticas e consulados de Angola no exterior vivem dificuldades de vária ordem resultante da pouca verba atribuída ao sector. Os deputados recomendaram, por isso, a adopção de medidas para permitir a transferência de verbas às missões diplomáticas e consulados para atender às necessidades existentes e para a regularização de dívidas contraídas.

No sector da Acção Social, os deputados solicitaram a adopção de mecanismos céleres para a assistência e acolhimento de crianças de rua, bem como a reabilitação de pessoas com insanidade mental que vagueiam pelas ruas. Os deputados propuseram igualmente um acompanhamento rigoroso da execução dos programas na área da Acção Social. Os deputa dos, durante a discussão na especialidade do OGE revisto, identificaram 827 projectos, sendo 762 de âmbito local e 65 de âmbito central, que deverão integrar o Programa de Investimento Público de 2019 revisto, perfazendo cerca de 36,4 mil milhões de kwanzas.

Os parlamentares analisaram, também na especialidade, o relatório anual das actividades da Provedoria de Justiça e o relatório da Comissão Nacional Eleitoral (CNE).

Em Maio, os deputados aprovaram, na generalidade, a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto. Os 10,4 biliões de kwanzas fixados em receitas e despesas representam uma redução de 8,40 por cento em comparação com o Orçamento de 2019 inicialmente aprovado, avaliado em cerca de 11,3 biliões de kwanzas.

Segundo o relatório parecer das comissões especializadas da Assembleia Nacional, a proposta do OGE revisto para o exercício económico de 2019 pretende viabilizar a concretização dos objectivos macroeconómicos e de política de desenvolvimento do Executivo a alcançar no ano em curso, em linha com os objectivos definidos no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

No debate na generalidade, a 2ª vice-presidente do grupo parlamentar da UNITA, Navita Ngolo, considerou que, melhor do que a revisão do OGE, o mais importante era a sua execução.

A UNITA, salientou, sempre alertou que a conjuntura do preço do barril do petróleo dava indicações em baixa do preço, mas o OGE inicialmente aprovado fixava o preço de 68 dólares por barril.

A deputada considerou que as despesas para o sector social, como a Educação e a Saúde, são baixas.

4.2 Oposição vota contra o OGE 2019

Jornal de Angola

07 De Junho de 2019

Texto: Neusa Filipe

A proposta de lei do OGE Revisto para o Exercício Económico de 2019 teve aprovação final global durante a 5ª Reunião Plenária Extraordinária da Assembleia Nacional. O mesmo corresponde a 33,6 por cento do PIB e representa uma redução de 8,4 por cento quando comparado com o OGE inicialmente aprovado.

Durante as declarações de voto, o presidente do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, justificou o voto contra alegando que o modo como o OGE é elaborado é estruturado coloca-o muito distante dos objectivos citados.

Adalberto da Costa Júnior afirmou que o controlo e a fiscalização da governação, instrumentos conferidos pela Constituição da República de Angola, são-lhes continuamente negados na prática e avançou que tem havido uma tendência de desvio exacerbado entre os OGE debatidos e aprovados e os OGE implementados na realidade nas unidades orçamentais. "O Governo tem engajado o Parlamento num debate estéril deste instrumento tão importante para a vida de qualquer país", disse, acrescentando que os orçamentos das áreas da saúde e educação, bastante sensíveis e sempre a requererem acréscimos, têm sido implementados muito abaixo dos valores aprovados.

O deputado da CASA-CE Manuel Fernandes considerou que com o referido OGE, os angolanos ficarão mais endividados e mais pobres, e que a teoria de bem-estar social para os angolanos apregoado pelo Titular do Poder Executivo até aqui não se ajusta à realidade dos factos na vida socioeconómica da população.

Sublinhou que a CASA-CE votou contra pelo facto de o OGE revisto apresentar um pendor de curto prazo mas com excessos de gastos, num crescimento económico nulo que põe em risco a solvabilidade do

Estado e a coesão social e por não garantir políticas objectivas tendentes a verdadeira diversificação da economia nos sectores da agricultura e da indústria transformadora, pois o Executivo continua a apostar e a ancorar-se na exportação do petróleo.

"O grupo parlamentar da CA- SA-CE votou contra porque este OGE não confere oportunidade para competitividade das empresas a fim de oferecer postos de trabalho aos jovens e não melhora o poder aquisitivo das famílias com vista a fazer funcionar o ciclo económico interno", acrescentou.

O deputado Benedito Daniel, do Partido de renovação Social (PRS), justificou a abstenção do seu partido por considerar que o OGE não apresentou novas prioridades e as províncias e os órgãos com menos orçamento assim continuam.

"Repetimos o mesmo orçamento apenas com a revisão para adequar as receitas adquiridas às despesas a serem feitas. Assim sendo, se as coisas não mudam, o nosso voto também não muda", disse, Benedito Daniel.

O deputado Lucas Ngonda, da FNLA, que também optou pela abstenção, esperava que as rubricas sobre a diversificação da economia, tais como o melhoramento da vida das populações que nos últimos tempos enfrentam problemas de secas, fome e morte do gado, merecessem uma atenção especial no presente OGE, o que, na sua opinião, não se verifica, e acredita que o mesmo não vai resolver os problemas no sentido de satisfazer o bem-estar da população.

Para o deputado Manuel da Cruz Neto, do grupo parlamentar do MPLA, o OGE em causa é satisfatório visto que dará destaque às acções recomendadas que visam melhorar a prestação do serviço público nos domínios da educação, da saúde, do fornecimento de água potável, da energia eléctrica, do saneamento básico e da melhoria das vias secundárias e terciárias que permitam o rápido escoamento da produção camponesa.

O parlamentar, que reconheceu as dificuldades e os desafios que a exiguidade dos recursos disponíveis nesse orçamento acarretam, referiu que embora fosse possível obter mais recursos para o financiar, dada a credibilidade internacional que o país já granjeou, o desafio de alterar a trajectória da dívida pública, leva-os a aceitar as restrições impostas pelos objectivos de políticas macroeconómicas contidas neste OGE.

O ministro das Finanças, Archer Mangureira, disse que a alteração registada recentemente no preço do petróleo e a queda da produção petrolífera levaram à

rectificação do OGE inicialmente aprovado em Janeiro do ano em curso. O governante assegurou que as prioridades neste OGE incidirão no sector social, com destaque para a protecção social das camadas mais vulneráveis, para o sector da educação e da saúde, bem como nas recomendações dos deputados que recaíram para o desenvolvimento dos municípios no domínio das infra-estruturas e segurança pública.

4.3 PIP 2019 revisto com 827 novos projectos sociais em carteira

Jornal Economia e Finanças
07 De Junho de 2019

Pelo menos 827 projectos sociais dos quais 762 de âmbito local e 65 central deverão integrar o Programa de Investimentos Públicos (PIP) 2019 revisto, perfazendo 36 mil milhões, quatrocentos e quarenta e nove milhões, quarenta mil seiscentos e dezasseis kwanzas.

Os dados constam do Relatório Parecer conjunto final da Proposta de Lei de revisão do OGE 2019, aprovado esta semana pelas comissões de trabalho especializadas da Assembleia Nacional com 30 votos a favor, seis contra e nenhuma abstenção.

O documento recomenda que o programa de Investimentos Públicos seja reformulado com prioridades nos sectores da Educação, Saúde, Construção e Obras Públicas, Energia e Aguas, Segurança e Ordem Pública, bem como nos órgãos da administração local

(governos provinciais e administrações municipais) para atender às necessidades dos municípios.

Ressalta, igualmente, a necessidade da revisão dos critérios de alocação de verbas para construção e reabilitação de escolas tendo em conta as especificidades de cada região, bem como o ingresso de novos profissionais da saúde no país.

A propósito, o deputado David Mendes, da Unita, entende que - deve-se dar prioridade ao enquadramento de três mil médicos que se encontram sem trabalho.

No âmbito do projecto central, com incidência local no domínio da energia e águas, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, destacou o sistema de abastecimento de águas nas províncias das Lundas Norte e Sul.

Informou que a primeira fase, teve incidência na Lunda Norte, está praticamente concluída, mas precisa de recursos adicionais e a segunda fase incidirá sobre a província da Lunda Sul. Sem défice orçamental e a privilegiar o sector social com 33.5 por cento da despesa total, a proposta do OGE foi revista com urna referência do preço do petróleo em usd 55.

A revisão foi motivada pela baixa da produção petrolífera nacional, que passou de um milhão, 570 mil barris/dia para um milhão e 434 mil barris. A proposta de Orçamento Geral Revisto (OGE) 2019 foi à votação final global na quinta-feira (06), durante a 5a reunião plenária extraordinária .

A proposta substitui o OGE aprovado em Dezembro, avaliado em 11,2 biliões de kwanzas e elaborado com base no preço do barril de usd 68. Prevê receitas e despesas estimadas em dez biliões, trezentos e setenta e dois mil milhões, oitocentos e sessenta e quatro milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, cento e doze kwanzas e noventa e dois centímetros, menos nove por cento do fixado no orçamento em vigor.

4.4 Redução de receita do OGE vai prejudicar desenvolvimento económico do país

Jornal de Angola
07 De Junho de 2019
Texto: Miguel Kitari

Assembleia Nacional aprovou ontem, em sessão plenária, o Orçamento Geral do Estado revisto em baixa para o exercício económico 2019.

A revisão em baixa, segundo o economista Silvestre Francisco, vai afectar os sectores sociais e produtivos.

"Esta medida vai impactar naquilo que era o crescimento esperado para 2019, pois haverá menos investimentos por parte do Governo", disse, acrescentando que nunca foi a favor da revisão orçamental com o preço do barril de petróleo a 55 dólares, por considerar irrealista.

Silvestre Francisco diz que o Executivo devia apostar mais nas infra-estruturas, na educação, na saúde e noutros sectores com impacto directo no crescimento económico, tal como fizeram outros países que hoje possuem um tecido económico robusto.

"A consolidação fiscal é o que o Executivo busca neste momento, com a implementação do Imposto sobre o Valor Acrescentado, assumindo assim o ónus do crescimento económico. Entretanto, o crescimento não depende do Estado, mas sim das famílias", afirmou.

o economista afirma que "o processo de substituição das importações e da diversificação económica estão longe do esperado. E perante o cenário económico que se criou, as pessoas não vão acreditar em crescimento, sobretudo porque estamos no meio do ano", disse.

Quem alinha na mesma bitola é a economista Filomena Oliveira. Ela entende que "com a revisão em baixa do OGE teremos redução na implementação de infra-estruturas e, consequentemente, menos desenvolvimento económico, num momento em que temos localidades sem vias de comunicação", indicou. No meio de tudo isso, Filomena Oliveira realça que "o país está endividado. Atingimos mais de 60% do Produto Interno Bruto. E quem vai pagar são os cidadãos", lamenta.

Para a também empresária e líder associativa é importante que o Estado defina, de uma vez por todas, se estamos mesmo ou não numa economia de mercado, pois para ela, o Executivo ainda tem uma forte presença em sectores que deviam já ser liberalizados.

"Temos uma carga muito pesada no aparelho do Estado, e os ministérios ainda mandam em tudo", afirmou, para depois referir que, é precisa haver diálogo entre o Executivo central e todos operadores económicos, não apenas os grandes empresários. "Os micro empreendedores também contam".

Os números do OGE-2019

Assim, o OGE passa a comportar receitas e despesas no valor de 10

Assim, o OGE passa a comportar receitas e despesas no valor de 10 biliões, 372 mil milhões, 864 milhões, 674 mil, 112 Kwanzas e 92 cêntimos (10.372.864.674.112,92), contra os 11,3 biliões de Kwanzas inicialmente previstos. A revisão do OGE está em linha com o preço do barril de petróleo que passou de 68 para 55 dólares.

Numa das suas abordagens sobre o assunto, o ministro de Estado para o Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, afirmou que "a revisão orçamental não é nada estranho. Quando apresentamos o OGE na Assembleia

Nacional acautelamos a possibilidade de ele poder ser revisto", disse.

Petróleo, o principal sustentáculo

A Sonangol e as suas associadas exportaram, no primeiro trimestre de 2019, cerca de 119,79 milhões de barris, gerando uma receita bruta de USD 7.550 milhões.

Desse volume a Sonangol exportou 45 milhões de barris, um incremento de apenas 9.000 barris em relação ao último trimestre de 2018, tendo arrecadado USD 2.800 milhões, menos USD 221 milhões comparativamente ao quarto trimestre de 2018.

4.5 UNITA acusa Governo de faltar à verdade sobre OGE 2019

Novo Jornal

07 De Junho de 2019

Texto: António Gaspar

O grupo Parlamentar da UNITA (GPU) acusou o Governo angolano de faltar à verdade quando este afirmou que o Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto iria priorizar as áreas da Saúde, da Educação e do apoio ao desenvolvimento de uma rede de segurança social para situações de vulnerabilidade às quais a população estiver submetida.

Durante a plenária para a votação final do ÓGE de 2019 revisto pelos deputados à Assembleia Nacional (AN), o presidente do GPU, Adalberto da Costa Júnior, disse que os orçamentos aprovados para as áreas da saúde e Educação são bastantes sensíveis e sempre necessitam de acréscimos.

"Está mais do que claro que o Governo tem feito cativações colossais de despesas previstas, sem antes os submeter à discussão e aprovação dos deputados. O país tem-se exposto a situações de falência de serviços mínimos e, cada vez mais, é notável ver regressar emergências de subnutrição e fome, que atingem amplas faixas da população", referiu.

Adalberto da Costa Júnior apontou ainda que, "com esta revisão, a verba inicialmente prevista para o sector social reduz 18%, sendo que o inicial já sofria uma redução de 8% em relação ao ano passado".

Destacou também que os dados do OGE revisto mostram que o país perdeu a capacidade de amortizar o que deve e de pagar juros.

"Hoje em dia as receitas todas que o Estado arrecada só chegam praticamente para amortizar a dívida e pagar os juros da mesma. O rácio já anda nos 90%. A

esse ritmo, o país ficará sem dinheiro para manter o funcionamento dos órgãos públicos, [e] para manter o já de per si débil sector social e o gravemente doente sector económico", explicou.

O dirigente político acrescenta que o seu partido não concorda com "as opções que o Governo e a sua maioria têm abraçado, de vivermos de contínuos endividamentos que põem em causa a sustentabilidade do país".

Lembrou as iniciativas para melhorar a eficácia e transparência da governação que terão sido recusadas pelo Governo.

"As recusas das Comissões Parlamentares de Inquérito, os debates solicitados, as transmissões das sessões parlamentares vão levar o país para um desastre" disse.

"Os senhores estão a conduzir este país para um desastre, porque sem fiscalização eficaz não haverá a Angola com que todos sonhamos, com índices de desenvolvimento humano que todos preconizamos", aconselhou.

Por último, disse que o Governo está a usurpar uma competência exclusiva da AN, que é o de autorizar o plano de receitas e de despesas do Estado.

4.6 Via livre para a aplicação dos programas do OGE revisto

Jornal Economia e Finanças

07 De Junho de 2019

Texto: Isaque Lourenço

No dia-a-dia dos angolanos há um novo slogan e todos devemos o acompanhar: o país é urgente! Ao contrário do que é recomendável ter-se um orçamento a partir de 1 de Janeiro (que até se teve), mas a verdade objectiva dos factos fez com que se retornasse ao ponto inicial.

Uma revisão ao OGE fez o país, por dias, a andar em serviços mínimos, o que por si só impunha celeridade na apreciação ao OGE revisto remetido pelo Governo à Assembleia Nacional.

Já só não basta o facto de há poucos dias um "bate boca" entre a ministra da Juventude e Desportos, Ana Paula do Sacramento Neto e o presidente da Federação Angolana de Futebol, Artur Almeida e Silva, ter levado a discussão aos extremos e com a possibilidade levantada de a selecção de futebol não poder jogar ao CAN (campeonato Africano das Nações), que o Egipto acolhe este mês, por razões financeiras.

Todos concordámos que se fazia urgente aprovar o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019.

Ontem, após os argumentos e contra argumentos das partes, os deputados levantaram aos mãos. Uns contra e outros a favor, contou é a maioria e abre-se assim uma via livre para a materialização dos programas.

O OGE revisto para 2019

O parlamento deu ontem, quinta-feira, luz verde para o Governo executar o Orçamento Geral do Estado (OGE) Revisto para o exercício económico de 2019, que prevê receitas e despesas estimadas em 10,3 biliões de kwanzas.

A proposta de OGE foi revista com uma referência do preço do petróleo em 55 dólares o barril e substituiu o aprovado em Dezembro, avaliado em 11,2 biliões de kwanzas, elaborado com base no preço do barril em 68.

De acordo com o Relatório Parecer Conjunto, aprovado pelas comissões especializadas do Parlamento, o OGE Revisto pretende viabilizar a concretização dos objectivos macroeconómicos e de políticas de desenvolvimento do Executivo, a alcançar em 2019, no âmbito do definido no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2019.

Vencer a desinformação

O ministro das Finanças, Archer Mangureira, negou, numa das sessões na especialidade da Assembleia Nacional em que se discutia o OGE revisto, ter dito que parte da dívida pública do Estado seja falsa, admitindo que falsa é parte da dívida reclamada pelas empresas, como atrasados, que não corresponde a dívida certificada.

Archer Mangureira esclareceu estar a dívida pública do país avaliada em 22 biliões de kwanzas, correspondendo a 79,7 por cento do passivo do Governo. Desta, 40 por cento é dívida do Executivo e é interna, sendo a restante dívidas externas da Taag e Sonangol.

As reclamações da dívida por empresas, essencialmente, de prestação de serviço às distintas unidades orçamentais - diferente da dívida pública - são atrasados que o Estado acumulou devido a diminuição de receita.

O ministro respondia a questões colocadas pelo presidente do grupo parlamentar da Unita, Adalberto da Costa Júnior, sobre a real dívida pública, em sede da discussão, na especialidade, do Orçamento Geral do Estado (OGE) Revisto 2019.

"Não é a dívida pública que é falsa. Deixemos de deturpar. Que Estado teríamos, se a dívida pública fosse falsa?", questionou Archer Mangureira. * com Angop

4.7 OGE para 2020 começa a ser preparado na base

Jornal de Angola

12 De Junho de 2019

Texto: João Upale

Gestores públicos afectos aos governos provinciais do Namibe e Bié inteiraram-se, na segunda-feira, sobre as ferramentas necessárias para a elaboração da proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2020.

No Namibe, a sessão de formação promovida pela Delegação local das Finanças, abordou, entre outros temas, o "Processo de elaboração dos planos de acção do Programa de Desenvolvimento Nacional (PDN)", as "Instruções para elaboração do OGE 2020" e a "Elaboração do Plano Nacional de Contratação Pública".

Os trabalhos foram orientados pelo chefe de Departamento de Estudos e Planeamento (GEP) do Governo Provincial do Namibe, Neto Dias.

Ao proceder à abertura da sessão, o governador do Namibe, Carlos da Rocha Cruz, apelou aos gestores públicos, particularmente os que têm sob responsabilidade directa unidades orçamentadas, uma atenção redobrada na execução do OGE.

Plano Nacional de Desenvolvimento

No Bié, o governador provincial, Pereira Alfredo, defendeu a necessidade de se adequar a proposta do Orçamento Geral do Estado para 2020 aos objectivos e metas do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018/2022.

Pereira Alfredo considerou a elaboração das propostas do OGE "momentos ímpares" para traçar as estratégias de concretização dos objectivos definidos no Plano de Desenvolvimento e Crescimento da província, tendo em conta o contexto político financeiro, que o país atravessa.

O Orçamento Geral do Estado, lembrou, é um instrumento de execução das finanças públicas, aprovado por lei específica e que serve à administração central e local do Estado para gerir os recursos públicos; estimando receitas e fixando despesas referentes a um determinado penado de

tempo, de acordo com os princípios da unidade, universalidade, amenidade e publicidade.

Pereira Alfredo explicou que o seminário serviu para passar instruções metodológicas aos gestores e alertar para necessidade do cumprimento rigoroso dos prazos definidos por lei, para a conclusão da proposta do OGE.

O governante chamou a atenção dos gestores para a necessidade do cumprimento escrupuloso dos prazos definidos no calendário de elaboração do OGE para o próximo ano, que teve início no dia 27 de Maio do presente ano, com a formação dos especialistas de finanças públicas, nos seus mais variados níveis dos órgãos da administração Central e local do Estado.

A delegada provincial das Finanças em exercício no Bié, Arlete Chitembe, lembrou que a elaboração do Orçamento Geral do Estado é feito, com base nas instruções dimanadas pelo titular do Poder Executivo, conforme estabelecido na lei.

A elaboração do OGE, insistiu Arlete Chitembe, deve estar em linha com o Plano de Desenvolvimento Nacional, o que implica maior responsabilidade dos órgãos do Sistema Orçamental.

Na província do Bié, os órgãos responsáveis pela execução dos programas relacionados com o combate à pobreza, água e combate as ravinas, de acordo com Arlete Chitembe, estão entre as prioridades nas propostas do OGE para 2020 do Governo Provincial e das administrações municipais.

4.8 Lunada e Huíla lideram índice de jovens sem escolaridade

Nova JORNAL

14 De Junho de 2019

Texto: Hélder Caculo

Luanda e Huíla apresentam maiores proporções de jovens que não possuem nenhum nível de escolaridade, com uma taxa de 19% e 11%, respectivamente, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) relativamente à repartição da população juvenil que frequenta a escola. Seguem-se as províncias de Benguela, Huambo, Cuanza-Sul e Uíge, onde a maioria dos jovens com idades entre 15 e 34 anos não possui nenhum nível de escolaridade.

De acordo com o documento consultado pelo Novo Jornal, a proporção daqueles que nunca frequentaram a escola é mais acentuada nas províncias da Huíla, com uma taxa de 15%, e Cuanza-Sul, com 9%.

As estatísticas do INE, elaboradas no âmbito do Recenseamento Geral da População e da Habitação e divulgadas recentemente, indicam ainda que a proporção dos jovens que têm pelo menos o ensino primário concluído é relativamente mais elevada nas províncias de Luanda (32%) e Benguela (9%).

Os dados foram colhidos tendo em conta a proporção da população residente com idades entre os 15 e 34 anos de idade, por província e sexo, segundo o nível de ensino concluído.

SINPROF diz que ainda «falta a verdadeira vontade política»

Para o presidente do Sindicato Nacional dos professores (SINPROF), Guilherme Silva, o elevado número de crianças e jovens fora do sistema de ensino deve-se às "fracas políticas" traçadas pelo governo para o sector da educação.

"Quando gizam tais políticas não consultam universidades, sociedade civil e sindicatos", frisou Guilherme Silva, que também aponta o reduzido investimento no sector como uma das causas do elevado índice de analfabetismo no país.

"Enquanto a educação não for a prioridade das prioridades, o quadro vai agudizar-se cada vez mais, porque falta a verdadeira vontade política", frisou Guilherme Silva.

O sindicalista sublinhou que uma melhor aposta na educação vai reduzir igualmente o número de jovens desempregados no país e aumentar o poder de compra das famílias angolanas.

"A população angolana é maioritariamente jovem. Portanto, sem educação, como estes jovens vão ter acesso ao emprego que também é escasso, dado o índice de desemprego agonizante?", questionou.

4.9 Novos impostos entram com a introdução do IVA

Jornal de Angola
14 De Junho de 2019

Novos impostos começam a ser aplicados a 1 de Julho, com a entrada em vigor, também, pela primeira vez, do IVA Imposto sobre o Valor Acrescentado, que prevê uma taxa inicial e única de 14 por cento.

Entre os impostos a considerar a partir de Julho, estão o Imposto Especial de Consumo (IEC), o novo Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho (IRT) e o IVA. O Código do Imposto Especial de Consumo (IEC) é obrigatório para todas as pessoas singulares

ou pessoas colectiva ou outras entidade que pratiquem operações de produção, quaisquer que sejam os processos ou meios utilizados e procedam à importação de bens.

As taxas do IEC serão de 2,00% para bebidas não alcoólicas, tabaco não manufacturado, fogo-de-artifício, joalharia e ourivesaria, entre outros, de 16% para bebidas alcoólicas e tabaco e de 19 % para aeronaves e embarcações de recreio. A taxa do IEC dos produtos petrolíferos sobre a importação e a produção nacional é também de 2,00%, sendo de 5,00% no caso de gasolinas que não sejam para aviões e gasóleo.

Já em vigor está o novo Código do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho, que prevê que passem a ser considerados também como rendimentos sujeitos a imposto a distribuição de lucros a favor dos sócios das sociedades puramente civis, com ou sem forma comercial, e rendimentos auferidos por titulares dos órgãos sociais das pessoas colectivas.

O IVA entra já em vigor dentro de 17 dias, no quadro da ampla Reforma Tributária em curso. O Código do IVA de bens e para todos os grandes contribuintes com proveitos superiores a 15 milhões de kwanzas e ainda as empresas públicas de grande dimensão e as instituições financeiras bancárias.

Já a 1 de Janeiro de 2021 será obrigatório que todos os restantes sujeitos passivos que não sejam grandes contribuintes estejam inseridos no IVA. Os que agora não escolhem cumprir o Código do IVA, apenas sujeitam-se ao regime transitório, que prevê para até 31 de Dezembro de 2020 uma tributação simplificada, desde que tenham uma receita ou operações de importação de valor superior ao equivalente a 250 mil dólares.

IVA nas escolas

A Administração Geral Tributária (AGT) tomou conhecimento da pretensão de algumas instituições escolares subirem a propina em 14 por cento, por força da implementação, a 1 de Julho, do código de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), e esclarece, em comunicado ontem divulgado, que este imposto vai ser aplicado de forma gradual e só pode ser incluído na factura se os contribuintes são parte do cadastro da Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes (RFGC).

De acordo com o comunicado, "estes contribuintes estarão enquadrados no Regime Geral de Tributação do IVA, devidamente identificados em lista publicada no site da AGT e no Jornal da Angola." Por isso, a AGT dá conta que "na Repartição fiscal dos Grandes

Contribuintes não está cadastrada qualquer instituição de ensino, o que pressupõe dizer que estas entidades não estão autorizadas a cobrar o IVA, salvo se aderirem ao Regime Geral de Tributação, mediante preenchimento dos requisitos previstos no Código do IVA.”

Assim sendo, com a entrada em vigor do IVA, os contribuintes não cadastrados na Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes ficam enquadrados no Regime Transitório ou no Regime de Não Sujeição, em função do volume anual de facturação ou de importações, sem prejuízo destes, por vontade própria, aderirem ao Regime Geral de Tributação do IVA, que é, a partir de 1 de Julho, apenas uma obrigação dos Grandes Contribuintes.

Nesse quadro, a AGT recomenda a todos encarregados de educação que virem as propinas a serem aumentadas, com fundamento na aplicação do IVA, a denunciarem esta prática na Repartição Fiscal mais próxima e junto dos órgãos de inspecção do Ministério da Educação e do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação.

'Informações postas a circular dão conta de que algumas instituições de ensino privado já anunciaram a subida das propinas em 14 por cento.

4.10 Continuam os desvios do OGE

Manchete, Jornal de Angola

Democrática

20 De Junho de 2019

As empresas Befraxa & Filhos, Lda. e Fraxa Service Lda. beneficiaram ilicitamente de milhões de kwanzas do Orçamento Geral do Geral, destinado a construção das infra-estruturas à população da província do Cuando Cubango. De acordo com o portal Club-K as empresas pertencem a Bento Francisco Xavier, vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas.

"Durante o período em que durou o 'banquete' o Estado angolano perdeu cerca de quatro biliões de kwanzas" refere o Portal.

Cerca de 166 milhões de Kwanzas é de acordo com o portal que o valor que a empresa Befraxa & Filhos, Lda. terá se beneficiado para a execução de várias infra-estruturas naquela província, que no entanto nunca foram executadas. E desconhecemos quantos milhões foram canalizadas a Fraxa Service Lda.

Há quem garante que a rede de mafiosos que operava no edifício sede do Governo do Cuando Cubango, cujo "modus operandi" consistia na emissão de

ordens de saque, para o pagamento de obras inacabadas, desmantelada, em Menongue, pelo Serviço de Investigação Criminal operava sob o comando de Bento Xavier.

Dentre as várias individualidades detidas pelo SIC, em Menongue, consta o motorista de Bento Xavier, que também é membro do Comité Provincial do MPLA. Há informações que as autoridades encontraram cerca de 200 milhões de kwanzas na conta bancária do mesmo. Os valores provêm das transferências feitas, semanas antes, pelas duas empresas (Befraxa & Filhos, Lda. e Fraxa Service Lda.) do então director provincial da Indústria, Geologia e Minas. Sabe-se que este [o vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas] terá sido denunciado - durante o interrogatório no SIC - pelo director do gabinete do governador do Cuando Cubango, Jossi Hermenegildo Pedro. Suponha-se que todas movimentações bancárias da conta do Governo do Cuando Cubango para o efeito de pagamentos dos serviços não prestados e não só, foram facilitadas/monitoradas pelos dois.

De realçar que a rede de mafiosos do Governo do Cuando Cubango, cujo "modus operandi" consistia na emissão de ordens de saque, para o pagamento de obras inacabadas e que eram usadas como lavras, desviou dos cofres do Estado, no período de 2012 até agora, um valor estimado em quatro biliões de kwanzas.

Por esta prática, encontram-se já detidos o director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística

(GEPE) do Governo da Província do Cuando Cubango e os seus respectivos chefes de departamento de Programação Financeira e de Estudos e Projectos, acusados de crimes de peculato, lavagem de dinheiro, associação de malfetores e tráfico de influências, previstos e puníveis nos termos da legislação angolana.

Também estão já detidos o actual secretário-geral do Governo da Lunda-Sul, que à data dos factos exercia a função de chefe do Departamento de Administração, Gestão do Orçamento, Planificação e Informática (DAGOPIT) no Cuando Cubango, os directores dos gabinetes do governador e o da vice-governadora para o Sector Político, Social e Económico. Encontram-se ainda detidos, o actual chefe do DAGOPIT do Governo do Cuando Cubango, o motorista do vice-governador para a Área Técnica e Infra-estruturas e está foragido o director de gabinete.

Encontram-se ainda detidos, o actual chefe do DAGOPIT do Governo do Cuando Cubango, o motorista do vice-governador para a Área Técnica e Infra-estruturas e está foragido o director de gabinete.

Anderson Domingos Luhami disse que o actual secretário do Governo Provincial da Lunda-Sul, além dos crimes de que é acusado, também vai responder por participação em negócios ilícitos, violação de normas de contratação pública e de abuso de poder, praticados enquanto chefe do DAGOPIT.

Entre as muitas práticas detectadas pelo SIC, por exemplo, ao director do gabinete do governador do Cuando Cubango, em 2017, enquanto funcionário público, lhe foi adjudicada uma obra no valor de 130 milhões de kwanzas para a construção de uma escola de seis salas de aula, no Cuito Cuanavale, que nunca teve início.

4.11 Projectos municipais são executados com fundos recuperados pelo Estado

Jornal de Angola

28 de Junho, 2019

Texto: Adelina Inácio

O Executivo vai aplicar nas acções do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) em kwanzas o equivalente a dois mil milhões de dólares recuperados de investimentos ocultados do Fundo Soberano, garantiu ontem, em Luanda, o Presidente da República, João Lourenço.

O Chefe de Estado, que falava na cerimónia de lançamento do PIIM, disse que, “paradoxalmente, embora fosse propriedade do Estado angolano, o Executivo não tinha controlo” dos valores recuperados que vão agora ser aplicados no programa integrado, que abrange a totalidade dos 164 municípios do país e comporta um vasto e diversificado conjunto de projectos.

João Lourenço garantiu que o PIIM será executado sem recurso ao endividamento público, para investir em sectores importantes da vida dos cidadãos, com destaque para a Educação, Saúde, infra-estruturas administrativas, vias de comunicação secundárias e terciárias, segurança pública, saneamento básico, energia e águas, entre outros domínios importantes para as comunidades. O Presidente da República, que assegurou uma gestão correcta para que as verbas sirvam o fim para os quais estão destinados, reconheceu que os recursos não são suficientes para resolver todos os problemas. Mas se forem bem aplicados, para fazer o que é certo e de modo

correcto, vamos ter de certeza bons resultados”, realçou.

João Lourenço anunciou que, com a implementação do PIIM, está prevista a construção de raiz, ou a conclusão de obras, de cerca de quatro mil salas de aula para vários níveis de ensino. No domínio da Saúde, o Presidente da República disse que estão previstos a construção, reabilitação e apetrechamento, com cerca de 200 equipamentos, hospitais de diferentes categorias em vários municípios.

As vias de comunicação, segundo João Lourenço, são igualmente um domínio contemplado pelo PIIM e está prevista a asfaltagem ou terraplanagem de vias secundárias e terciárias e a reabilitação de estradas. “É importante que sejam privilegiadas as vias que facilitem o escoamento da produção agrícola no campo, incentivando assim o aumento da produção, do emprego e desenvolvimento local”, sublinhou.

João Lourenço garantiu que outras acções serão desenvolvidas no domínio da Segurança Pública.

Mobilidade de quadros

Com vista a facilitar a mobilidade de quadros em certos municípios, o Presidente João Lourenço indicou que o PIIM prevê a construção de 36 complexos residenciais administrativos que estarão disponíveis para os quadros com vínculos com a administração local e não residentes num determinado município.

Está igualmente prevista a construção de oito estruturas para acomodar o funcionamento dos órgãos das autarquias locais, tendo em conta o processo preparatório em curso. O sucesso do PIIM, segundo João Lourenço, dependerá da capacidade de coordenação institucional entre administração central e administração local.

Descentralização

João Lourenço espera que o PIIM represente “um passo significativo” no processo de desconcentração e descentralização administrativas, assumido pelo Governo como um desafio incontornável da reforma do Estado.

“Aos poucos, vamos fazendo que os municípios ocupem mais espaços na vida política, económica e social, tenham mais intervenção e sejam mais fortes”, disse João Lourenço, salientando as várias medidas que têm sido implementadas para a alteração do paradigma de governação, estimulando uma maior participação da administração local e uma redução, na medida do recomendável, da intervenção da

administração central do Estado. João Lourenço acredita que determinadas tarefas são melhor desenvolvidas quando realizadas por quem está mais próximo das populações e vive directamente os seus problemas.

“Devemos, portanto, continuar o caminho iniciado e garantir a execução correcta das medidas que aprovamos. Algumas dessas medidas começam a ganhar forma, sendo disso exemplo, entre outros, o processo do reforço da desconcentração administrativa em curso e o início do processo de transferência de competências para os municípios”, disse.

O Presidente da República reconheceu que “os municípios ganharam mais importância com o processo de desconcentração financeira que está a estimular uma maior intervenção municipal no processo de arrecadação de receitas locais cuja dinâmica de retorno começa já a ganhar contornos apreciáveis”. João Lourenço pediu mais trabalho no processo de arrecadação de receitas municipais, explorando o potencial que existe em todos os municípios.

O aumento das receitas, acrescentou, é cada vez mais necessário para fazer face à crescente necessidade de realizar despesas públicas e prestar melhor serviço às populações, que passa necessariamente por uma atitude mais criativa.

O Presidente da República entende que os municípios devem fazer mais e “não ficar só à espera da receita proveniente da administração central”. Para tal, acrescentou, devem promover o desenvolvimento local, prestar melhores serviços e criar condições para a atracção do investimento privado.

João Lourenço entende que só assim se pode alcançar o grande objectivo de fazer dos municípios, o centro do desenvolvimento nacional.

João Lourenço reconheceu que o Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza precisa ser avaliado permanentemente, ajustado e melhorado. “O Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, através do qual todos os municípios recebem mensalmente recursos financeiros que, embora escasso, começa dar outra vida às comunidades, precisa de ser permanentemente avaliado, ajustado e melhorado”, indicou.

Orçamento participativo

O Presidente da República anunciou que o Executivo vai apreciar a proposta para institucionalização do orçamento participativo para envolver mais os cidadãos na vida das comunidades. João Lourenço

esclareceu que a dinâmica do orçamento participativo vai permitir um maior envolvimento dos munícipes na gestão do município, participando mais na preparação, aprovação, execução e monitorização das políticas públicas locais.

Comissões de moradores

O Chefe de Estado defende a revitalização das comissões de moradores para a criação de outros mecanismos de participação dos cidadãos, a fim de “garantir uma gestão pública local mais participada, mais aberta e mais próxima do cidadão, para a efectiva descentralização administrativa através da criação das autarquias locais”.

O Presidente da República esclareceu que, com o PIIM, o Executivo pretende dar mais voz aos municípios e captar melhor as necessidades e anseios locais.

O PIIM, disse, é um plano ambicioso focado na resolução dos problemas concretos, e pensado da base para o topo.

“Trata-se de um plano dos municípios, com prioridades definidas pelos municípios e que procura responder às necessidades específicas dos munícipes, privilegia mais a administração local do que administração central, representando uma mudança de paradigma não negligenciável. Se tivermos em conta o total dos projectos previstos, cerca de 68 por cento serão executados pelos órgãos da administração local, porque assenta no princípio de acreditar mais, confiar mais nos municípios, dar mais vida aos municípios”, disse.

O Presidente da República entende também ser a oportunidade para o empresariado nacional concorrer para as diferentes empreitadas de obras a nível local. João Lourenço prometeu rigor nas acções, pagamento do preço justo, prevenindo a sobre facturação e assegurar a exigente fiscalização da qualidade das obras.

João Lourenço pediu mais investimento na formação de quadros ao serviço das administrações municipais, para que haja cada vez capacidade técnica local.

4.12 Um paradigma diferente para a administração local

Jornal de Angola
28 de Junho, 2019

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, esclareceu que o PIIM, que abre uma nova era na vida dos

municípios, foi elaborado com a participação de todos os administradores municipais.

Os administradores indicaram no plano as principais necessidades dos municípios e os anseios das populações. Para tal, disse, foi feito o levantamento de um conjunto de projectos necessários, para dinamizar a vida dos municípios.

Adão de Almeida garantiu que o processo de elaboração do PIIM privilegiou a vontade dos munícipes e os anseios dos municípios, promove maior coordenação institucional entre administração central e local e valoriza ainda mais o papel e lugar dos municípios.

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado afirmou que o PIIM exige mais dos municípios e reforça a confiança das capacidades locais.

Alcida Camateli, administradora municipal de Camacupa (Bié), que falou em representação dos 164 administradores municipais, sublinhou o facto de, actualmente, os municípios serem mais ouvidos para ganharem mais vida.

A responsável disse que o slogan “A vida faz-se nos municípios” carecia de mais intervenção da parte dos conhecedores da realidade local na elaboração dos planos e na busca de soluções para os seus próprios problemas.

“As soluções vinham empacotadas a partir do centro, sem sermos ouvidos, o que explica o facto delas não terem atingido os objectivos preconizados”, afirmou a administradora municipal.

4.13 Angola perde 508 milhões USD das Reservas Líquidas

Novo Jornal

28 De Junho de 2019

Texto: Maurício Vieira Dias

De Abril a Maio de 2019, as Reservas Internacionais Líquidas (RIL) diminuíram 508 milhões de dólares, saindo de 10,8 mil milhões USD para os actuais 10,3 mil milhões USD, anulando o crescimento que se verificou de Março a Abril, a informação consta de dados preliminares da Estatística Monetária e Financeira do Banco Nacional de Angola (BNA) compilados pelo Novo Jornal.

O volume actual das RIL, controladas pelo BNA, continua a ser o mais baixo dos últimos 13 anos, sendo necessário recuar até Dezembro de 2006 para constatar o nível das reservas internacionais inferior

aos 10,3 mil milhões USD, uma vez que naquele período as

RIL estavam estimadas em pouco mais de 8,1 mil milhões USD.

Entre Abril a Maio do ano em curso as RIL recuaram 5%, ou seja, consumiu-se em um mês 508 milhões USD das RIL, servindo actualmente para quase cinco meses de importação de bens e serviços, indicam os dados do banco central.

Estas reservas, de moeda estrangeira e que também servem para pagar as importações, equivalem às necessidades de cerca de cinco meses de importações de bens e serviços para o país, e tinham atingido em Janeiro o valor mais alto do ano, situando-se nos 11,1 mil milhões USD. Em suma, desde as eleições gerais de 23 de Agosto, que levaram à chegada ao poder de João Lourenço em Setembro daquele ano, estas reservas, já caíram cerca de 4,8 mil milhões USD, uma quebra de 32%.

Nesta década, o valor mais alto das RIL remonta a Setembro de 2013, quando estavam avaliadas em 34 mil milhões USD, sendo, igualmente, o valor mais alto desde que há registos.

O BNA tem utilizado estas reservas para vender divisas aos bancos comerciais e garantir a importação de alimentos, máquinas e matéria-prima para a indústria, que por sua vez estão a menos de metade do valor contabilizado antes da crise da cotação do petróleo.

No início de 2014, antes dos efeitos da crise provocada pela quebra da cotação do petróleo no mercado internacional, as reservas angolanas ascendiam a 31.154 milhões de dólares.

O banco central admitiu, em Maio, durante a 5ª edição do Ciclo Anual de Conferências subordinada ao tema Sustentabilidade das Reservas Internacionais, que o país tem uma forte dependência externa, no que diz respeito à oferta de bens e serviços (importações), sobretudo de produtos industriais e alimentares, colocando pressão sobre os níveis das reservas internacionais.

Para que servem as RIL?

De uma forma geral, as reservas internacionais têm por finalidade proteger a economia de situações adversas sobre as contas externas e contribuir para a estabilidade da moeda nacional.

Assim, as reservas internacionais são uma boa ferramenta analítica para observar diversos fenómenos económicos. Um nível de reservas

internacionais baixo pode causar incertezas aos agentes económicos residentes e não-residentes em relação à convertibilidade dos seus investimentos no país em divisas e gerar dúvidas quanto à possibilidade do cumprimento de compromissos externos. Estas incertezas podem conduzir ao aumento da procura por moeda forte, reduzindo o valor da moeda nacional.

O BNA, na qualidade de autoridade cambial, tem o dever de assegurar a manutenção de um nível adequado das RIL para a garantia da solvabilidade externa do país e a protecção da economia nacional, indica um documento do banco central.

4.14 Dívida Pública angolana é sustentável, mas com pouco espaço de manobra para grandes choques

Novo Jornal

28 De Junho 2019

O Fundo Monetário Internacional (FMI) considerou que a dívida pública de Angola ficou nos 91% face ao Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado, considerando que este valor é sustentável, desde que não existam grandes choques na economia.

"Apesar de um aumento projectado para 2019, a dívida de Angola é considerada sustentável, mas com pouco espaço de manobra para grandes choques", lê-se na análise detalhada do FMI à primeira revisão do programa de assistência que Angola acordou no final do ano passado.

"O rácio de dívida face ao PIB para 2019, nos 91%, é cerca de 12% do PIB mais elevado que no programa inicial", acrescentam os técnicos do Fundo, num relatório que explica que "este aumento é principalmente explicado pelo PIB nominal mais baixo, endividamento adicional para fechar as lacunas de financiamento do orçamento e depreciação da moeda".

O FMI assume, de resto, que os rácios que medem a dívida pública face ao PIB e os que medem o custo de servir a dívida face às receitas "vão continuar altos durante o programa", avisando que isto "deixa pouco espaço para acomodar grandes choques ou endividamento que vá para além das projecções do programa".

Ainda assim, concluem os técnicos do FMI nesta análise detalhada da primeira parte de implementação do programa de ajustamento, "as autoridades ainda teriam algumas opções para ajudar a mitigar o

impacto de curto prazo num cenário mais negativo, incluindo usar as reservas em dinheiro, pedir um adiantamento ao Banco Nacional de Angola (dentro do limite do programa), e reduzir as despesas".

O relatório sobre a primeira avaliação do FMI sobre o acordo com Angola é elogioso para o Governo, considerando que a maior parte das metas está a ser cumprida e as que não o foram estão devidamente justificadas.

4.15 IEC é o imposto mais associado ao IVA

Economia & Finanças

28 De Junho de 2019

Texto: Armando Estrela

Entre os impostos associados ao IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado), a ser operacionalizado já a 1 de Outubro, está o Imposto Especial de Consumo (IEC), cujas taxas variam 2,00% (para bebidas não alcoólicas, tabaco não manufacturado, fogo-de-artifício, joalharia e ourivesaria) e podem chegar, em alguns casos, a 70%.

O IEC elimina o regime de tributação autónoma previsto no artigo 19.0 do Código do Imposto Industrial (II), mas que aceita metade do custo indicado, sob condição de uma tributação autónoma de 2,00%, desde que seja apenas aplicável à empresas do sector da hotelaria e similares que tenham contabilidade organizada, de aplicação transitória de 3 anos, contados de 2019 e exclusivamente aplicável para despesas com produtos agrícolas, pecuário e piscatórios.

Além de outros benefícios, como a tributação pelo rendimento real e o desagrevamento do montante da multas devidas pela não submissão da "Declaração Modelo", do Imposto Industrial, o IEC elimina o regime de tributação autónoma, se os custos não correspondem a mais de 10% do total do eu to de uma empresa e se e tabelecer-se um regime de majoração de custo, uma espécie de "up lift" em 10% sobre a despe a com aquisição de software de contabilidade, contratação de contabilista contratação de contabilistas ou outras despesas associadas.

Código do IEC Surge da necessidade de se tributar, de forma autónoma do IVA e com taxa agravadas, determinado bens ou produtos que são tidos como supérfluo e nocivo à saúde o meio ambiente. O Governo justifica tributação agravada destes bens com o facto de o seu consumo exacerbado provocar maiores despesas para o Estado, dentre outra, com

saúde, protecção do meio ambiente a manutenção de bens públicos.

Aspectos positivos do IC

O novo código do IEC aproveita os mecanismos de sujeição, isenção, liquidação e cobrança já previstos no Regulamento do Imposto de Consumo e na Pauta Aduaneira, uma vez estarem amplamente implementados, testado e familiarizado no domínio dos sujeitos passivos e da Administração Geral Tributaria (AGT).

Uma vez que o IEC é, em grande medida, similar ao actual Imposto de Consumo, já que apenas é eliminado o efeito cascata, o Executivo entende preferível a utilização da sua estrutura actual de tributação e procura incorporar no seu Código, por remissão, o universo de conceitos aduaneiros constantes da pauta aduaneira, porquanto também eles se encontram já amplamente densificados e testados.

Resumidamente, a aplicação do IEC opera independentemente da incidência do IVA sobre o mesmo universo de bens. De facto, tendo em conta que o IVA substituirá o actual Imposto de Consumo, poderia pensar-se que o IEC, por ter natureza idêntica, não seria aplicável, quando sobre àqueles bens incidisse o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Tendo isto em atenção, o Executivo também achou por bem a revisão do Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, visando e estabelecer, quanto ao regime das deduções e acréscimo ao lucro tributável, um mecanismo de actualização contabilística do activo e do passivo, com vista a assegurar uma forma de mitigação do "lucro falso", potencialmente decorrente da depreciação da moeda.

Quanto às despesas a indevidamente documentada, o Executivo procurou considerar um regime de aferição de inconformidade por referência às disposições do "Regime Jurídico das Facturas e Documento Equivalente" e não apenas a mera falta de indicação do nome do contribuinte o respectivo Número de Identificação Fiscal (NIF).

4.16 Impacto do adiamento do IVA para o OGE 2019

Economia & Finanças

28 De Junho de 2019

Texto: António Eugénio

O IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) está previsto no Plano Intercalar do Executivo, no Plano de Estabilização Macroeconómica e prevalece como um compromisso com os parceiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), que inseriu esta meta no Programa de Financiamento Ampliado.

A proposta de OGE 2019 revisto contempla a introdução do IVA a 1 de Julho e indica que um adiamento no calendário da sua operacionalização implica menor arrecadação de receitas do que as previstas no orçamento, o que implica um agravamento nas necessidades de financiamento, comprometendo a execução normal do Orçamento Geral do Estado.

Com o desfecho das negociações em curso a algum tempo entre a Equipa Económica do Governo e o Grupo Técnico Empresarial (GTE), a dilatação da aplicação do IVA deve provocar uma forte pressão ao OGE 2019, já que vários gastos nele inscritos têm como suporte as receitas provenientes do sector não petrolífero. Este novo elemento, vai exigir do Governo um plano de contingência (endividamento público ou redução de despesas), para relaxar potenciais riscos na implementação dos novos impostos, nos termos do que já foi programado.

Os Grandes Contribuintes são hoje responsáveis por 80 por cento da receita nacional projectada para o OGE de 2019 e, para o presente ano, a projecção anual mostra uma contribuição de 779,586 mil milhões de kwanzas. O Código do IVA prevê uma taxa única de 14 por cento para todas as importações de bens e para todos os Grandes Contribuintes com proveitos superiores a 15 milhões de kwanzas, incluindo empresas públicas de grande dimensão e instituições financeiras bancárias e de seguros.

O IVA destaca-se por ser um imposto indirecto, plurifásico e de incidência ampla, que abrange, de forma generalizada, as transacções onerosas de bens, as prestações onerosas de serviços e as importações, abarcando pontos de produção, distribuição e comercialização. Além destas vantagens, é um imposto neutro, porquanto é baseado no método substractivo de liquidação e dedução e que utiliza o princípio da tributação no destino.

Africa

Dos 54 países do continente africano, apenas oito, incluindo Angola, ainda não aplicam o IVA e o nosso é o único da SADC que não tributa esse imposto, ainda que este ano apareceu a Zâmbia querer abandonar esse tributo mais popular do universo, por não suportar a concorrência e regras que impõem a união aduaneira formada pela África do Sul, Namíbia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia, denominada SACU (Southern Africa Customs Union).

A comunidade internacional e especialistas em tributação reconhecem que Angola tem enorme vantagem de beneficiar das experiências que os outros países tiveram durante o processo de implementação do IVA, podendo, assim, adoptar os melhores procedimentos e acautelar possíveis erros ou falhas, de modo a elaborar um IVA de angolanos para angolanos e que permita alavancar a economia nacional.

4.17 “ O fundamental é encontrar um consenso dobre o IVA”

Economia & Negócios

28 De Junho de 2019

Texto: Armando e estrela

Em que país estamos, para que estas medidas possam ser aceites sem discussão, sem contra-argumentação? Assim reagiu o docente Alves da Rocha, quando perguntado se o adiamento da implementação do IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) não vai colocar em risco os compromissos internacionais que Angola assumiu.

A implementação do IVA a 1 de Julho passou a ser um problema na relação entre o Governo, representado pela AGT (Administração Geral Tributária), e os empresários. O que se lhe oferece falar do seu retardamento?

Nos últimos tempos tem sido notícia do dia, porque confrontam-se aqui duas posições: a posição da AGT, que por vezes se expressa de forma muito violenta, pois, estão convencidos que o país tem

condições de aplicar o IVA, e outras posições daquilo que se convencionou chamar "Economia Real", representada pelos empresários, pelas empresas, que são quem trabalham para a economia, quem passa dificuldades, quem tem de ultrapassar obstáculos, muitos deles incompreensíveis nessa altura em que o país se encontra.

Não tem sido possível a aproximação? Os empresários reivindicam que houvesse necessidade demais algum tempo, para que as empresas possam tentar captar, interiorizar mais este custo, em que o IVA passa a ser um imposto que se repercute para diante. Em última instância, quem irá pagar o IVA serão os consumidores e não propriamente os empresários. Mas, há aqui fases intermédias em que há uma afectação na estrutura de custo das empresas.

O que isto tem que ver com o posicionamento da AGT?

Por vezes, técnicos da AGT apresentam-se nos debates, às vezes, com bastante arrogância, o que não é aconselhável. Toda a gente sabe o que são sujeitos activos e sujeitos passivos dos impostos e não é possível que alguns dos representantes da AGT pretendam dar lições de Finanças Públicas.

O que é preciso fazer?

O fundamental aqui é encontrar um ponto de consenso e esse consenso não pode ser apenas o Governo dizer, ou o pessoal da AGT que entende que o país está preparado para aplicar o IVA. Porque o impacto do IVA é um impacto sobre a economia, não apenas tem a ver com as empresas estarem ou não preparadas ou com condições para o IVA. Os efeitos dos impostos se estendem por toda a economia, porque, sucessivamente, vão contagiando as actividades.

O Executivo e os empresários decidiram pelo retardamento da sua introdução, pelo menos por 90 dias... Ainda bem que essa decisão foi tomada. Não sei se será suficiente, mas ainda bem que há um adiamento. Pois, quando se diz que a primeira fase de aplicação do IVA é para os 400 Grandes Contribuintes, estão a se esquecer que dos 400, tratando-se de empresas médias ou de grande dimensão, estão inseridas na economia e ao adoptarem o IVA, a serem obrigados a pagar o IVA, os impostos se irão repercutir sobre as empresas que são seus clientes e sobre uma série de outras variáveis que têm efeitos macroeconómicos, justamente numa altura em que o país está em recessão económica.

Fica em causa o OGE deste ano?

Na revisão do OGE, o Governo estabeleceu uma taxa de crescimento do PIB de 0,3 por cento. O FMI já aponta para 0,4, em vez de 0,3 por cento. Mas, aquilo que as pessoas sentem, em particular nós que somos economistas e que estudamos a economia, é que 2019 pode vir a ser, novamente, um ano de recessão. Há projecções e previsões internacionais, justamente pela crise que a nossa economia está a viver no sector do Petróleo, porque ainda que o sector do Petróleo esteja a diminuir a sua importância em âmbito global, é sempre melhor ter o petróleo a funcionar, ter receitas do petróleo do que não ter e não apenas receitas fiscais.

Este adiamento põe em risco os compromissos internacionais que o país tem? Não sei se põe ou não. Quer dizer, nós somos soberanos. É preciso que toda a gente saiba isso e também as instituições internacionais. Ao alterar-se datas, ao alterar medidas de política económica, não tem que ser, necessariamente, encarado como um não cumprimento do compromisso. Se forem devidamente explicadas, fundamentadas, estes adiamentos podem ser encarados como avisados para quem tem a obrigação de conhecer a real situação do país. Não sei se estas instituições internacionais Banco Mundial, FMI -, têm o real retrato de como está o país. As pessoas estão debilitadas. A taxa de desemprego é de 28,8 por cento, a taxa da juventude é de 53,2. Em que país estamos, para que estas medidas possam ser aceites sem discussão, sem contra-argumentação?

Porque não se acautelou isto antes? Isso não pode ser entendido como uma falta de responsabilidade, como incumprimento. Tem de ser explicado e têm de ser compreendidas pelas instituições com quem Angola celebrou o acordo como uma posição não de recuo, mas uma posição realista, tendo em conta a nossa situação económica e financeira. Os desequilíbrios financeiros do país não podem condicionar a chamada Economia Real. A economia necessita de crescer. Um factor de sustentabilidade dos desequilíbrios financeiros do Estado, é o crescimento económico. Não tenhamos dúvidas. Porque não havendo crescimento económico, nem os trabalhadores pagam impostos, nem as empresas pagam impostos. As empresas continuam a fechar, os empregos continuam a faltar.

Como o Estado vai ter estabilidade financeira?

É criando mais impostos, se as empresas não podem pagar? Face a missão do FMI, isto tem de ser bem ponderado. Eu já devo confessar que já tive posições relativamente ao FMI muito mais positivas. A partir

de uma certa altura que o FMI tinha compreendido melhor os problemas sociais em África, das economias africanas - o FMI não tem nada a ver com os problemas sociais, tenho dito que o FMI tem de saber que medidas de natureza macroeconómica, de estabilização macroeconómica tem efeitos sociais e não pode dizer também que os problemas sociais têm que ser resolvidos ou os problemas de crescimento têm de ser resolvidos pelo Banco Mundial, pela sociedade financeira internacional. Não, não pode ser assim.

Têm sido solução para a estabilidade de alguns sistemas económicos?

Os problemas financeiros não são autónomos, não são estanques. Os problemas financeiros, as soluções para a estabilidade financeira têm implicações sobre os sistemas económicos e os sistemas produtivos. Portanto, isto não pode ser visto como um incumprimento, mas tem que ser explicado e tem que ser aceite como realismo de quem vive e que já tem compreensão da situação. As missões do FMI quando vêm aqui, ficam aqui em Luanda. Tem cá um representante residente, que é uma pessoa extremamente competente, que tem obrigações de informar sobre a situação em Angola. Mas, é necessário ir às aldeias, aos municípios, para ver como o país está. O país não se reflecte nas cidades, muito menos em Luanda. E mesmo em Luanda toda a gente sabe que na periferia há fome, há miséria. As pessoas não têm água ou continuam a não ter água. Não têm electricidade. E isto resolve-se com mais um imposto, com o IVA, porque queremos ser mais modernos?

Mas porque, tendo decidido entrar na SADC e creio que muitos países da SADC já têm IVA, é isso que nos está a mover? Sermos modernos? Não! Nós podemos ser modernos, temos condições de o ser, porque temos recursos para isso. Mas, como costumamos dizer, é "malembe, malembe" (devagar, devagar).

Por quanto tempo deve ser adiada a operacionalização do IVA?

No CEIC nunca fizemos um estudo desta natureza. As nossas observações e comentários são circunstanciais, são sobretudo baseadas nos efeitos que podem causar a curto prazo ou no imediato. Mas, isto tem de ser discutido e não pode ser o Ministério das Finanças sozinho a dizer e como tem vindo a dizer...

Muitos responsáveis das finanças têm dito publicamente que o país já tem condições para implementar o IVA. A AGT tem a sua opinião. Portanto, isto tem de ser junto dos empresários. É

evidente que, também, nós temos que ver os efeitos económicos e sociais do IVA. Isso tem de ser analisado. Não pode aplicar às cegas um imposto que tem consequências económicas sobre as empresas e tem consequências sociais sobre a população, Tem que se ver isso.

Sabemos que o Estado tem todos os sistemas informáticos prontos?

Podemos dizer que todos os sistemas informáticos já estão preparados e é só meter o cartão paga-se o IVA e devolve-se quando tem de se devolver. Não, não é assim! Volto a referir que aplicando o IVA nestes 400 Grandes Contribuintes, que são aqueles que já têm todos os sistemas criados, já têm contabilidade, já estão com tudo, isto vai ter repercussões e o IVA é de aplicação universal. Ainda que haja esse adiamento, todas as empresas, depois, dentro de 6-7 meses, ou um ano, vão pagar o IVA. Como é que empresas agrícolas familiares, que são credenciadas ou que estão registadas no INE ou que estão registadas nas Finanças, com as dificuldades que há, vão poder pagar mais impostos?

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Gradualismo “afugenta” cidadãos dos municípios do Huambo

Jornal de Angola

07 De Junho de 2019

Texto: Norberto Sateco

O secretário provincial do Partido de Renovação Social (PRS) no Huambo manifestou-se preocupado com êxodo rural que diz estar a aumentar, sobretudo nas comunas e municípios da província do Huambo, resultante da ideia das eleições autárquicas de forma gradual.

António Solia, em exclusivo a este jornal, disse que o facto resulta da aproximação das eleições autárquicas, apraza das para o próximo ano, em que alguns cidadãos dos municípios e aldeias temem em não serem abrangidos, podendo agudizar a sua condição social.

O político considera um cenário previsível, devido ao modelo autárquico baseado no gradualismo, que entende promover a exclusão social das populações de determinadas regiões do país.

"Chamamos a atenção ao Governo que modelo do gradualismo não havia de funcionar. Que viola o princípio da universalidade. O MPLA quer ouvir? As consequências estão já a vista", disse. Para ele, o partido que Governa faz tudo para que as mesmas não sejam realizadas, ou seja, a serem realizadas, que aconteçam de forma "atabalhoadas", como em anos anteriores nas eleições gerais.

"O MPLA não quer as autarquias porque sabe que vai perder o poder, é por isso que estão inventar muitas manobras para sabotar as coisas", disse Solia, para quem o gradualismo geográfico é a "pior aberração", tendo dado com exemplo as autarquias em Moçambique.

PRS quer quadros competentes nas autarquias

Apesar deste cenário, o PRS diz estar a apostar nos seus quadros mais competentes e responsáveis para disputar as eleições autárquicas que, pela primeira vez, acontecem em 2020 no país.

António Solia, Justificou que esta aposta visa responder aos desafios das autarquias, uma vez que a meta do PRS é vencer em algumas localidades do país para poder contribuir seu no desenvolvimento.

Disse que os "governos" locais, resultantes da implementação das autarquias, ajudarão a transformar Angola, contribuirão para a correcção das desigualdades e das as simetrias e darão aos cidadãos aquilo que se pode considerar de verdadeiro acesso à democracia e a oportunidade de melhorar a sua qualidade de vida.

O PRS realizou recentemente te, no Huambo, um seminário que congregou 85 secretários municipais e adjuntos, das províncias do Huambo, Benguela, Bié e Cuanza-Sul, em que se abordou a visão do PRS sobre as autarquias locais em Angola, organização, implementação e funcionamento das autarquias locais - dignidade constitucional e sua estratégia

5.2 Municípios vão intervir na manutenção das vias

Jornal de Angola

11 De Junho de 2019

Texto: Mazarino da Cunha

As administrações municipais vão poder intervir directamente na manutenção das vias já existentes e na abertura de novas estradas, de acordo com as necessidades locais, anunciou ontem, em Luanda, o ministro da Construção e Obras Públicas.

Em declarações à imprensa, no final do encontro com os vice-governadores para a área Técnica e Infra-estruturas dos Governos Provinciais, Manuel Tavares de Almeida afirmou que os equipamentos para a manutenção das estradas nacionais começam a chegar no final de Junho e serão distribuídos em todos os municípios.

Segundo o ministro, o objectivo é estabelecer a ligação entre a capital do país, capitais provinciais, sedes municipais, comunas e zonas rurais.

De acordo com o governante, foram disponibilizados cerca 178 milhões de dólares para recuperação de 380 quilómetros de estradas.

Apesar da revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) em baixa, referiu o ministro, estão criadas as condições para dar início ao Plano de Salvação de Estradas. "Há condições para se fazer intervenção nas estradas que se encontram em péssimas condições", assegurou o ministro.

O Plano de Salvação de Estradas, referiu, vai ser seguido do projecto de portagem e pesagem dos automóveis. Com estas duas medidas, pretende-se controlar a carga sobre estradas e pontes, na perspectiva de arrecadar receitas para a sua manutenção.

5.3 Autarquias Gradualismo geográfico «embaraça» plano estratégico do PRS

Novo Jornal

14 De Junho de 2019

O presidente do Partido de Renovação Social (PRS), Benedito Daniel, criticou esta quinta-feira, 13, o modelo para as autarquias locais baseado no gradualismo geográfico, avançando que a sua organização política está a "desperdiçar" tempo e "esforços" em trabalhar nos municípios que "eventualmente" não serão prioritários nas eleições autárquicas.

O político salientou ao NJ que, se o Governo não tivesse a ideia do gradualismo geográfico e optasse pelo funcional, os esforços despendidos pelo seu partido na preparação para as autarquias, até ao momento, poderiam ser poupados.

"Temos estado a desperdiçar tanto tempo que poderia ser bem aproveitado. Até esse momento ninguém sabe quem poderá ser abrangido pelas autarquias e quem não [poderá ser]. Essa expectativa cria dificuldades tanto para nós, partidos políticos, como para a própria população", explicou.

"Se decidíssemos já pelo gradualismo funcional, nós iríamos envidar os nossos esforços e deveríamos trabalhar em todos os municípios do país sem qualquer tipo de receio. Assim, sem saber por que caminho devemos ir, fica-nos complicado intensificar os nossos trabalhos em algumas zonas", explicou.

Benedito Daniel lembrou ainda que os deputados à Assembleia Nacional aguardam pela discussão do pacote legislativo autárquico. "Esperamos ansiosamente que o pacote legislativo seja discutido e aprovado com base nas expectativas da população", disse.

Para o líder da PRS, o gradualismo geográfico propicia a discriminação e a desigualdade de oportunidades que alguns municípios poderão sofrer com a chegada tardia das autarquias.

"Se preferirmos o gradualismo funcional, não teremos desproporções sociais entre os municípios,

devido ao desenvolvimento simultâneo das regiões", enfatizou.

Segundo o líder partidário, a possível implementação do modelo geográfico viola os princípios da universalidade e igualdade.

Saliente-se que a proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais prevê também a implementação de um programa de formação para os funcionários administrativos dos órgãos da administração local do Estado, de modo a dotá-los de capacidades e conhecimentos mínimos necessários para o normal funcionamento das principais áreas e serviços municipais.

O processo de institucionalização das autarquias locais em todos os municípios do país deve ser concluído num período não superior a dez anos após a realização das primeiras eleições autárquicas.

Recorde-se que às eleições autárquicas serão realizadas no próximo ano.

5.4 “Se as autarquias não tiverem um plano não têm futuro”

Jornal de Angola

06 De Junho de 2019

Uma das grandes falhas no sector agrícola também é a falta de concertação, de diálogo e de conhecimento em relação aos destinatários das políticas, neste caso, os pequenos camponeses. É um contexto que provoca até falta de confiança nas instituições e no Governo. Concorda?

Neste momento, estamos a dar um passo importante que é a desconcentração administrativa, porque isto é que aproxima a governação das pessoas. Só vamos caminhar para o desenvolvimento efectivo quando conseguirmos planificar na base da sociedade. O planeamento não deve ser algo que vem de cima para baixo mas de baixo para cima. Tenho de saber interagir com as comunidades para, ao conversar com elas, conseguir entender as suas necessidades e quais devem ser as prioridades. O somatório das prioridades de base equivale a um município. Isto vai permitir que o município tenha um plano de necessidades bem elaborado e que, no futuro, poderá ser o plano da autarquia ou da administração local. A partir daqui, cada província deverá integrar todos os planos municipais, para construir um plano geral das suas necessidades. Que deve ser inscrito e salvaguardado no Orçamento nacional.

Neste caso, as autarquias podem ter um papel decisivo.

Importantíssimo. Mas se não tiverem um plano bem estruturado também não têm futuro.

Os futuros autarcas podem também imprimir uma nova dinâmica ao desenvolvimento local, até porque vão precisar de recursos financeiros (através da arrecadação de receitas) para deixar a obra feita e mostrar que merecem continuar no cargo.

Os futuros autarcas vão começar a pensar que tipo de recursos poderão recolher através de impostos, taxas, disto ou daquilo. E a partir desta noção podem entender melhor quais são as necessidades, o que está em falta e quais serão as contribuições do Governo Central. Isto será feito à escala nacional de acordo com as necessidades objectivas. Que são diferenciadas. Cada região tem as suas próprias necessidades e, por isso, não posso direccionar as coisas de forma vertical.

Nesta estruturação diferente do país, com a desconcentração administrativa, como vê o papel do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) e da Estações de Desenvolvimento Agrícola (EDA), instituições com responsabilidades ao nível da extensão rural, mas que, na prática, enfrentam um contexto de enormes dificuldades técnicas e financeiras?

As dificuldades do IDA e da EDA resultam de várias situações. Uma delas será também pela concentração administrativa. O futuro do IDA está na própria desconcentração, quer dizer, o IDA não deve ter grandes projectos nacionais. Cada província (autoridades, governador, toda a sua administração) deve zelar pelo seu desenvolvimento. Se o IDA deve ser um recurso provincial, então é ali que devem discutir o plano de trabalho. O órgão central é apenas facilitador, orientador metodológico, aquele que permite articular recursos nacionais e desenvolver perspectivas globais. O IDA tem de ser capaz de implementar muitos projectos. Podemos ter pelo menos 18 projectos do IDA (um para cada província).

O orçamento do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural sofreu um grande incremento de 2018 para 2019. Acredita que este reforço, uma aparente inversão da tendência de desinvestimento público no sector, é capaz de suprir as necessidades e dar mais força ao IDA e EDA?

Acho que o Ministério conhece bem a situação e tem uma visão correcta. O resto é uma questão de gestão, de administração e de organização. A administração local tem de se assumir muito mais, em vez de ser um mero receptor de decisões superiores.

Alguns analistas consideram que a agricultura familiar tem um problema de produtividade, para além dos problemas clássicos de falta de meios de escoamento e vias de comunicação. Ao nível local, em que segmentos é preciso investir rapidamente?

Na pequena agricultura. Quando falamos em aumento da produtividade, devemos primeiro analisar o estágio de desenvolvimento das explorações agrícolas. Porque não são todas iguais. Temos situações de quase subsistência e situações onde a componente mercantil está bastante evoluída dentro da pequena agricultura. Por exemplo, a extensão rural partia do princípio que os problemas de base estavam resolvidos. Só assim partiam para o aumento da produtividade. Porque a assistência básica estava resolvida - as estradas funcionavam normalmente (havia 30 mil quilómetros de estradas de terra batida arranjados todos os anos, não podia haver ruptura). Para isso, foram criadas capacidades, a administração local tinha isto organizado. O comércio fluía normalmente e havia iniciativas de fomento agrícola que funcionavam. Com estes alicerces e as infra-estruturas criadas, partiu-se para o aumento da produtividade.

Que caminhos defende para aumentar os rendimentos das explorações familiares? Numa província podem co-existir várias realidades. Temos camponeses que já estão organizados em cooperativas e associações, que talvez sejam capazes de avançar. Só que os programas de apoio e fomento agrícola precisam de ser estruturados de forma sequencial e consistente. Não é uma e vez por acaso. O grande segredo é a sustentabilidade do processo. Se estou num processo de evolução, tenho de assegurar permanentemente estas questões; não posso dizer que este ano tenho sementes e no próximo ano desaparecer. As províncias devem conhecer a sua realidade - no município tal temos 6000 (seis mil) famílias camponesas, noutros, precisamos ainda de melhorar as estradas e fazer chegar o comércio. São estas coisas que eu digo, que, feitas localmente, ajustam-se mais à realidade do que quando vêm de cima para baixo.

Porquê?

Porque estão mais próximos das pessoas. Até as administrações municipais têm uma linguagem mais próxima dos cidadãos do que o governador, que é uma pessoa mais distante. Desde que haja bom senso, desde que valorizemos as nossas capacidades, podemos transformá-las positivamente. Para fazer agricultura, para além dos recursos internos (terras, água, camponeses) preciso de outras coisas. Por exemplo, é possível produzir internamente alguns

instrumentos de trabalho e pequenos equipamentos. A indústria pode agarrar as oportunidades, tendo em conta as nossas capacidades disponíveis. Não vou dizer que podemos ter uma grande indústria de pivots centrais de irrigação. Mas as cata nas já foram produzidas neste país.

Não produzir catanas, até pelo / simbolismo que o instrumento carrega, chega a ser ridículo.

E o carneiro hidráulico, um instrumento que provoca a subida da água para tanques elevatórios, para permitir a irrigação sem recurso a combustível. Havia uma série de equipamentos produzidos em Angola.

O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural tem vindo a anunciar algumas iniciativas para dinamizar a produção de pesticidas e material de trabalho.

Devemos aproveitar os nossos recursos e também valorizá-los. Temos condições para reduzir gradualmente a dependência externa. Quando deixarmos de importar enxadas, cata nas e tracção animal, vamos trazer estabilidade aos processos, que vão permitir desenvolver o país; porque o caminho será controlado pela nossa capacidade técnica e de gestão. Claro que esta realidade pode co-existir com outras coisas: se aparecer alguém que pretende investir na agricultura de alta tecnologia que o faça. Mas com o seu dinheiro. Isto é importante. No fundo, a pequena agricultura e o agro-negócio não são mutuamente exclusivos. Os camponeses podem dedicar-se às culturas alimentares como o milho, mandioca, arroz e feijão, enquanto a agricultura empresarial é incentivada a produzir culturas complementares - os ovos, o leite, as oleaginosas.

5.5 Sobas reafirmam o compromisso de supervisionar as comunidades

Jornal de Angola

17 De Junho de 2019

Texto: Marcelo Manuel

Autoridades tradicionais na província do Cuanza-Norte ! reafirmaram, ontem, em Ndalatando, o compromisso de desempenharem as funções de representantes do Governo nas comunidades, consciencializando os cidadãos a participarem, de forma activa, no processo de crescimento do país.

Esta posição foi manifestada durante o 1 Q encontro provincial sobre as autoridades tradicionais, evento que se afigura como antecâmara para o encontro

nacional da classe, que decorre entre os dias 18 e 19 deste mês em Luanda.

Durante o certame, os sobas apresentaram propostas para urna relação institucional entre o poder judicial e as autoridades tradicionais, de formas a evitar a violação dos preceitos culturais, durante a realização de julgamentos.

Os sobas pretendem que sejam criados tribunais tradicionais municipais e provinciais, para que as questões de âmbito culturais tenham tratamentos específicos e adequados.

O soba Zavula do sector de Cazengo, defendeu a atribuição às autoridades tradicionais de um salário digno, ao invés de subsídios irrisórios que recebem actualmente, com vista à melhoria das condições de vida da classe.

Florinda Vunge, uma das sobas de Cambambe, destacou a importância da fixação do número de habitantes que são controlados por cada entidade tradicional, "para que se saiba melhor dos problemas que afligem às comunidades, e permitir que de forma célere buscam-se as soluções".

5.6 Autoridades tradicionais deixam de usar farda como identificação

Jornal de Angola

20 de Junho, 2019

Texto: Matadi Makola

O Ministério da Cultura pretende a revogação da legislação que estabelece o uso de fardamento como identificação dos sobas, promovida ainda no II Encontro das Autoridades Tradicionais, realizado em 2008.

A pretensão foi avançada ontem, em Luanda, pela ministra da Cultura, Carolina Cerqueira, no encerramento do III Encontro Nacional sobre as Autoridades Tradicionais, que recomendou o uso de indumentária e adornos identitários da linhagem e das respectivas regiões pelas autoridades tradicionais como elemento de preservação da cultura nacional.

Relativamente à denúncia de existência de sobas falsos, Carolina Cerqueira traçou como medida "prossequir com o processo de auscultação das autoridades tradicionais visando determinar os casos de inexistência de poder tradicional em dada circunscrição territorial, bem como nos casos de inexistência de herdeiros, de acordo com o direito consuetudinário".

Sobre a Proposta de Lei das Autoridades Tradicionais que está na forja, Carolina Cerqueira disse que o seu Ministério vai promover um debate alargado, envolvendo os diferentes órgãos de soberania, académicos, a sociedade civil e membros das autoridades tradicionais. “Realizaremos, anualmente, encontros nacionais sobre as autoridades tradicionais, sendo que o próximo venha já a ter lugar em Junho de 2020”, prometeu.

O encontro contou com a participação de mais de oitenta pessoas. Alguns teceram as suas considerações do que colheram. A palestrante Djamilia Ferreira, membro da Associação Mosaico, que se debruçou sobre “A igualdade de género”, referiu que, em termos de representatividade, os homens ainda se sobrepõem às mulheres, em número relativamente expressivo e isso também se regista no caso das autoridades tradicionais. Para Djamilia Ferreira, isso não promove a harmonia social.

O historiador Gabriel Vinte e Cinco aplaudiu o facto de este encontro já ser doravante realizado sob tutela do Ministério da Cultura. O académico também mostrou-se preocupado com o excessivo número de sobas e pediu ao Ministério da Cultura que proponha uma solução nos próximos encontros.

“No II Encontro sobre as Autoridades Tradicionais, o número rondava os 30 mil, mas passados estes quase dez anos o número já avançou para quase 50 mil. É um número bastante exagerado, por isso deve-se ver quem é na verdade soba”, aconselhou. Armindo Francisco Kalupeteca, Rei Ekuikui V do Bailundo, disse ter saído satisfeito do encontro, pela forma como os trabalhos foram conduzidos. “Saímos daqui com a certeza de que as autoridades tradicionais foram reconhecidas, mas ainda lamentamos o facto de haver um certo distanciamento em relação ao que é aprovado na Assembleia Nacional. Gostaríamos também de ser consultados para dar o nosso contributo”, defendeu.

5.7 David Mendes reafirma candidatar-se ao cargo de autarca do Cazenga

Manchete, Jornal de Angola

Democrática

20 De Junho de 2019

Texto: Moreira Mário

O político e advogado falava à margem da inauguração do novo comité do partido do Galo Negro, no Cazenga, arredores do Marco Histórico,

perante centenas de jovens apoiantes à sua candidatura a autarca do referido município.

De acordo com o mesmo, é do seu interesse que a UNITA se projecta neste município, particularmente, na zona em que foi implantado o novo comité por si patrocinado, embora reconhece que a zona em causa é ainda fortemente dominada pelo MPLA, partido no poder. “Há muitos jovens a apoiarem o meu projecto para o Cazenga”, disse, declarando que com apoio da UNITA e de outros partidos da oposição nomeadamente a CASA-CE, FNLA, PRS e APN, provavelmente pode vir a concretizar o seu anseio.

David Mendes considera o município do Cazenga o mais pobre de Luanda, do ponto de vista de infra-estruturas. Segundo ele, com aproximadamente 1 milhão de habitantes, não tem infra-estruturas básicas, tendo apontado mais adiante, o cenário desolador que acontece em tempo chuvoso, as ruas ficam completamente intransitáveis.

O também “advogado dos pobres” acredita que as autarquias pode mudar o quadro caótico que se vive, naquele que já foi considerado o mais populoso da província de Luanda, o qual o viu nascer e crescer.

“Como autarca do Cazenga, quero que as pessoas cobrem a mim o que não faço no parlamento” disse, mostrando-se confiante em abraçar esse desafio.

Questionado sobre os orçamentos de 20 milhões de kwanzas cedido pelo Governo Provincial de Luanda destinado para o programa de combate à pobreza a cada município, sendo o Cazenga um dos beneficiários, David Mendes considerou tratar-se de verdadeira hipocrisia, a firmando que tal valor, em nada poderá servir para resolver os problemas que afligem a população local.

Tendo em conta a sua experiencia na vida política, a fonte realça que nenhuma administração é capaz de implementar seus projectos com 20 milhões de kwanzas, sem antes avaliar o Orçamento Geral do Estado.

“O Cazenga, por exemplo, tem a Escola Angola e Cuba que há anos se encontra paralisada e abandonada devido a degradação das suas infra-estruturas, há o problema das ruas intransitáveis, o não acesso a água potável aos bairros, bem como energia eléctrica e ainda a falta de medicamentos nos hospitais...”, apontou, considerando o valor em supracitado “uma pura aldrabice”

5.8 Legitimidade e linhagem marca encontro das autoridades tradicionais

*Manchete, Jornal de Angola Democrática
20 De Junho de 2019*

A abordagem sobre a legitimidade e linhagem numa perspectiva comparada, lugar e o papel das autoridades tradicionais nos processos de liderança comunitária e de autarquias locais marcam nesta quarta-feira, 19, o programa do segundo dia do III encontro nacional das autoridades tradicionais que decorre na Académica de Ciências Sórias e Tecnologia (ACITE), em Luanda.

Durante a jornada, os conferencistas vão ainda falar sobre sucessão, entronizações e o papel do Estado, as associações das autoridades tradicionais, sua actuação e relevância.

O primeiro dia do evento, uma promoção do Ministério da Cultura, ficou marcado pelas abordagens sobre as autoridades tradicionais hoje: papel e desafios nos processos de liderança comunitária e das autarquias.

Para o efeito, a organização contou com os préstimos de Cornélio Caley, Carlos Feijó, Américo Kwononoka, Esteves Hilário, Ana Maria de Oliveira, entre outros especialistas.

O evento, que decorre sob o lema "As Autoridades Tradicionais Face ao Estado Moderno no Fortalecimento da Democracia", emerge da necessidade da criação de um espaço amplo de intercâmbio e de discussão, de dois em dois anos, sobre as autoridades tradicionais, seu papel e função, bem como seu contributo na moralização das comunidades e na promoção, preservação e divulgação da cultura angolana.

O Executivo pretende promover uma reflexão sobre o lugar e o papel das Autoridades Tradicionais na promoção do empreendedorismo comunitário e nos processos de liderança comunitária e de autarquias locais, discutir e apresentar subsídios à Proposta de Lei das Autoridades Tradicionais e abordar os critérios/regras de sucessão e de legitimidade das autoridades tradicionais.

5.9 Angola tem cerca de 50 mil sobas

*Jornal Economia e Finanças
21 De Junho de 2019*

O papel das autoridades tradicionais na intermediação das relações entre o Estado e as comunidades foi realçado pelo vice-governador da província de Luanda para a Área Social, Dionísio da Fonseca. O governante que falava na abertura do terceiro encontro provincial sobre as autoridades tradicionais, realizado no Centro

Cultural Dr. Agostinho Neto, na localidade de Catete, informou existirem no país mais de 40 mil autoridades tradicionais. "O encontro realiza-se num momento em que se aproxima o processo de preparação e institucionalização das autarquias locais", acentuou Dionísio da Fonseca.

Na ocasião, a ministra da cultura, Carolina Cerqueira, em representação do Presidente da República. João Manuel Gonçalves Lourenço, salientou a necessidade de se promover uma ampla reflexão sobre o lugar e o papel das autoridades tradicionais nos processos de desenvolvimento comunitários e das autarquias locais, sendo que tal exercício exige um aturado estudo e de coabitação para a coexistência normativa entre o direito formal versus direito costumeiro, que apenas as autoridades tradicionais exercem por razões históricas.

Luanda reduz número de sobas Manuel Sebastião, director provincial de Acção Social, Cultura, Juventude e Desportos da província de Luanda, anunciou durante a realização do evento, que a província que representa vai reduzir o número de autoridades tradicionais existentes. A decisão surge da constatação de que nem todos os sobas são membros de linhagens. Assim, o universo de cerca de 300 sobas existentes e que representam um esforço financeiro na ordem dos cinco milhões e meio de kwanzas/mês, com pagamento de salários, verá o número reduzido, avançando que os sobas despojados dos títulos exercerão outras funções junto das administrações municipais, distritais e comunais.

5.10 Atribuição financeira Às administrações municipais pode representar risco ao PND

Novo Jornal

21 De Junho DE 2019

O director executivo do Instituto Angolano de Sistema Eleitoral e Democracia (IASSED), Luís Jimbo, afirmou esta semana que a decisão tomada pelo Presidente da República, João Lourenço, de dar capacidade financeira às administrações municipais pode vir a representar um perigo para o plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

O pronunciamento de Luís Jimbo foi feito durante o workshop sobre o «Sistema de Monitoria - PND/Eixo 4: Paz, Democracia, Boa Governação e Descentralização»,

Em declarações ao Novo Jornal, o director executivo da IASSED salientou que, "se as administrações municipais não possuírem instrumentos locais para interpretar o PND e não realizarem acções concretas, as verbas disponibilizadas pelo Executivo servirão para outros fins e, por conseguinte, haverá dispersão de recursos".

Para Luís Jimbo, deve-se de facto ponderar a questão da atribuição das verbas às administrações municipais para haver maior controlo de recursos, porque pode acontecer que o dinheiro destinado para colmatar um determinado sector seja aplicado a um outro que não tenha sido prioridade.

O também coordenador do Observatório Eleitoral Angolano apontou como solução a implementação do projecto de monitoria para ajudar os dirigentes das administrações municipais.

«A solução é contar com os monitores para ajudar os decisores da administração local no sentido de terem uma ferramenta que os ajude a averiguar como contribuir para atingir os indicadores do PND, mas em função disso conseguir alocar os recursos financeiros que têm ,dentro daquilo que é a necessidade", disse o responsável do IASSED, salientando que a monitorização irá permitir que se pense, de forma geral, nos problemas e nas necessidades locais para que estejam dentro das soluções nacionais.

O coordenador do Observatório Eleitoral Angolano referiu que, se o Governo aumentar a participação da sociedade civil para monitorizar os programas públicos, também deverá disponibilizar fundos para o efeito.

Por último, Luís Jimbo garantiu que o processo de supervisão vai abranger também as eleições autárquicas do próximo ano, uma vez que "pretendemos monitorizar também o período das eleições autárquicas de 2020".

Saliente-se que o Instituto Angolano de Sistemas Eleitorais e Democracia (IA- SED) é uma instituição não-governamental cujo objectivo social é de promover actividades de carácter técnico-científico e académico sobre eleições, boa democracia e direitos humanos.

5.11 Autoridades tradicionais gozarão de estatuto de utilidade pública

Novo Jornal

21 De Junho de 2019

Texto: Nok Nogueira

A proposta de Lei sobre as Instituições do Poder Tradicional, em fase de consulta pública, de iniciativa do Executivo através do Ministério da Cultura, prevê o reconhecimento do estatuto das autoridades tradicionais equiparado ao das entidades de utilidade pública.

O documento, que foi esta semana colocado à disposição do público para contribuições, estabelece que o Estado reconhece as autoridades tradicionais legitimadas única e exclusivamente pelo regime de sucessão e do direito consuetudinário da respectiva comunidade tradicional, conferindo-lhes estatuto equiparado a entidades de utilidade pública inerente às Instituições do Poder Tradicional, e gozando dos benefícios, dignidade, respeito e precedência protocolar estabelecidas por lei.

A referida proposta de lei deve-se à necessidade de se definir, no ordenamento jurídico, a natureza e o enquadramento das Instituições do Poder Tradicional na materialização das suas atribuições, as regras e limites da sua actuação no relacionamento com os órgãos e serviços da Administração do Estado, bem como o estatuto das autoridades tradicionais.

Neste sentido, as autoridades tradicionais, à luz do documento, continuarão a gozar do direito de participar nos actos nacionais ou locais e outros de igual dignidade protocolar.

O referido diploma estabelece ainda que o "reconhecimento pelo Estado de novas Autoridades Tradicionais ou de certificação do estatuto de autoridade tradicional é conferido mediante prévio parecer do órgão colegial representativo nacional de

Autoridades Tradicionais, a ser criado como associação pública."

O diploma define ainda autoridades tradicionais como as "entidades que personificam e exercem o poder no seio da respectiva organização político-comunitária tradicional, de acordo com os valores e normas consuetudinários e no respeito pela Constituição e pela lei".

Quanto aos princípios, as instituições do Poder Tradicional passam a estar vinculadas, no exercício da sua actividade, aos princípios da constitucionalidade; cooperação e proximidade com as comunidades.

O diploma em consulta reconhece a validade e a força jurídica do costume como fonte de direito, podendo as instituições do Poder Tradicional ou qualquer cidadão invocar perante os Órgãos de Soberania os usos, as tradições bem como quaisquer actos, decisões, rituais regras ou factos decorrentes do direito consuetudinário.

5.12 Os Sobas, Os Diamantes e MPLA

Jornal FOLHA8

22 De Junho de 2019

O poder tradicional dos sobas angolanos nas Lundas nada pode fazer contra o das diamantíferas, que expulsam as comunidades locais de terrenos seculares e põem em causa todo o desenvolvimento agrícola das duas regiões. E que diz o Governo? Nada. A razão da força (do dinheiro) continua a derrotar em toda a linha a força da razão (dos direitos).

Os lamentos foram feitos 11 agência Lusa, em Março deste ano, por duas das principais autoridades tradicionais que reinam em comunidades nas Lundas Norte e Sul, em que destacaram a falta de acesso à terra, o incumprimento das promessas das diferentes empresas mineiras no direito à água, luz, educação, saúde e emprego, sendo também frequentes as escaramuças com as "rigorosas" forças de segurança locais e das próprias diamantíferas e, a expulsão das suas terras com indemnizações de 300 kwanzas (0,83 euros), Moçambique Kafula, soba do Bairro Kafula Luele, na Lunda Norte, salientou o "muito sofrimento" das populações, criticando as diamantíferas que "gerem" urna das maiores áreas de explorações de diamantes do mundo maior, empresas que se "esquecem" que lá, lado a lado, "também vivem pessoas que estão a morrer 11 fome".

"As empresas mineiras violam muito o código mineiro. Nós, lá, estamos a sofrer muito, mas muito

mesmo. É muito mesmo. Quando o Governo lhes dá a licença, o alvará, para a exploração de diamantes, não respeitam o povo. O objectivo deles é tirar os diamantes. Enquanto tirarem os diamantes não querem saber do povo. E, se tem lá pessoas, querem bater-lhes", explicou o soba Moçambique Kafula

Quando alguém adoece, não há sequer em redor um posto médico que, 11 partida teria de ser garantido pelas diamantíferas, em redor, queixa-se, lamentando as sucessivas mortes de membros da comunidade local. E quando protesta, a "segurança" em redor do perímetro das explorações "resolve" o assunto, sublinhou o soba, lembrando que a sua comunidade vai estar, em breve, junto daquela que irá tomar-se a maior mina de diamantes do mundo, a do Luaxe.

Trata-se de um povo maioritariamente agricultor que, face 11 abundância de diamantes, também garimpa nos vários rios e solos da região, mas que nada pode fazer dado a constante vigilância.

"Já falei várias vezes [com as empresas diamantíferas]:o povo não pode ir acartar água, não pode fazer pesca porque é acusado de ir garimpar. Se sabem que o povo está lá a garimpar porque é que eles metem lá a empresa? Eu sei que aquele é um gatuno, não vou meter lá um pão, se não vai roubar. Mas porque é que eles põem lá as empresas? O povo é garimpeiro e não tem empresa", explicou. Segundo o soba Moçambique Kafula, quando os administradores das empresas mineiras se deslocam a Luanda, há a intenção de demonstrar que as promessas são todas cumpridas e que não existem problemas com as comunidades locais, quando o povo "continua a sofrer muito". "Na boca eles falam [que sim, que cumprem as promessas], mas não realizam. Vêm aqui [a Luanda] e falam que nós estamos a ajudar. Se você for ao local vê o povo a viver mal. Mas quando chegam aqui, os executivos dizem que nos vão ajudar com isto e aquilo, mas, lá, não ajudam. Se ajudam é 196. E vêm aqui e dizem que é 100%. Não estão a ajudar o povo. Estamos a sofrer muito. Precisamos da ajuda do Governo que, nas eleições (de agosto de 2017), disse que iria ajudar quando as ganhasse. Qual é o povo que está a ajudar? O povo está a morrer à fome", frisou.

Por seu lado, o rei da Lunda, José Estêvão Mwachissengue, soberano do poder tradicional do povo Lunda Tchoqwe, sublinhou que o panorama dos seus "súbditos" não é diferente daquele que se vive no Bairro Kafu]a Luele, em que o pouco é feito nas zonas urbanas e não nas rurais, 'onde o povo está à deriva".

"Prometeram a escola, luz, água e postos de saúde. A saúde nos bairros é precária. Construíram uma escola com quatro ou cinco salas e não há posto médico. A água, o sítio onde a colocaram, tiraram as pessoas das suas lavras e indemnizaram com 300 kwanzas, aquilo que eles acharam que tinham de dar deram. Tiraram-nos daquele lugar e foram colocá-los noutra sítio. No sítio onde os colocaram também estão a ser retirados de novo", contou. Segundo o rei Mwatchissengue, os sucessivos postos de controlo impedem a grande maioria das pessoas de circular entre as diferentes comunidades. • Até eu, para ir visitar o Malude, a mina está de um lado, mas eles colocam o controlo para quem vai à vila, onde estão as comunidades. E tem havido choques entre a população e a segurança. Isto não é salutar. Há falta de emprego nas comunidades, de incentivos para a agricultura, de energia, de água, de medicamentos.

Alguns bairros não têm postos médicos. Há falta de transportes. Há muitas crianças que estão sem estudar. Há muitas crianças e até alguns adultos sem registo civil", prosseguiu o soberano lunda. O cúmulo, explicou, foi atingido no Malude, embora haja outros bairros na mesma situação, quando as populações em redor da zona mineira foram "empurradas" para outra região para poderem prosseguir com as lavras.

"Mas já os estão a obrigar a sair outra vez. porque a empresa descobriu que também ali há diamantes. Não sei onde a população irá fazer agora as suas lavras, feitas com sacrifício, com enxada, para sustento familiar. Não existem máquinas lá para que possam haver algumas cooperativas ou associações agrícolas. Com o esforço que a população faz ainda complicam mais a sua vida dos cidadãos e é muito triste", disse.

A 11 de Março de 2019, um estudo de uma organização não governamental de Angola criticou o Estado angolano pela "ausência" de responsabilização pelas comunidades que residem nas zonas de exploração diamantíferas, permitindo abusos das empresas de exploração mineira, sobretudo nas Lundas.

O estudo, intitulado "Os Impactos da Exploração Diamantífera sobre as Comunidades Locais", foi elaborado entre Setembro de 2015 e idêntico mês de 2018, pela Associação Justiça, paz e Democracia (AJPD), coordenado por Serra Bango, e em que se critica o Estado por se ter 'exonerado das suas responsabilidades no cuidado das populações" que vivem à volta das zonas de exploração diamantífera.

"Não têm acesso a água, o sistema de ensino é precário e o de saúde quase nulo. Os jovens vivem

desempregados e há um elevado número de meninas com gravidezes precoces", explicou Serra Bango, salientando que o Estado também "não tem a mínima preocupação' em criar condições para a promoção e inclusão dos jovens.

Questionado então sobre se as principais zonas de exploração mineira nas Lundas são um "Estado dentro do Estado", Serra Bango reconheceu que "é quase isso", defendendo que as concessões mineiras são "cidades dentro de uma cidade", pondo em causa o porquê da existência zonas de exploração se estendem ao longo de 50 quilómetros.

5.13 Sobas e reis? MPLA exige mais do que vassalagem

*Manchete, Jornal de Angola Democrático
20 De Junho de 2019*

A ministra da Cultura de Angola, Carolina Cerqueira, defendeu no dia 18.06, em Luanda, uma "reflexão aturada" sobre o papel das autoridades tradicionais, estimadas actualmente em cerca de 50 mil. Tem razão. É que já não basta estarem todas ao serviço do MPLA. Estão a perder o poder de determinar em quem é que as suas comunidades devem votar, o que é uma clara chatice.

Carolina Cerqueira discursava na abertura do III Encontro sobre as Autoridades Tradicionais em Angola, que tem entre vários objectivos fazer uma reflexão sobre o lugar e papel desse poder local nos processos de liderança comunitária e de autarquias locais e abordar formas para melhorar a organização das actividades das autoridades tradicionais, num contexto de mudança social e política.

A governante angolana sublinhou que a realização de uma reflexão aturada sobre o papel das autoridades tradicionais no processo de desenvolvimento de Angola só é possível de modo multidisciplinar, com vista a procurar compreender o percurso das mesmas. Segundo Carolina Cerqueira, foram já realizados alguns trabalhos, sobretudo de quadros da área do direito, mas esses estudos encontram muito pouca conexão com as outras disciplinas do conhecimento científico, relativamente a um melhor entendimento sobre a sua organização social, sistemas de parentesco, bem como políticos e religiosos, entre outros.

Para a ministra, a discussão em Angola sobre as autoridades tradicionais deve exigir um estudo aturado e de coabitação para a coexistência normativa entre o direito formal e o direito costumeiro, este último exercido apenas pelos sobas, por razões

históricas. "Se por um lado ao Estado formal se exige uma Constituição para declarar e instituir os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, delimitar os poderes do Estado (legislativo, executivo e judicial), por outro lado, as autoridades tradicionais existem e exercem o seu poder por via de uma legitimidade ancestral, histórico carismática, das dinastias, gerações ou famílias, que descendem das ancestrais autoridades fundadoras da comunidade", referiu a ministra.

O exercício de poder das autoridades tradicionais "não é plural", sublinhou a ministra, é "restrito às elites de matriz cultural e de linhagem que, legitimadas pelos conselhos eleitorais tradicionais, assenta em práticas de exclusão para quem não pertença à linhagem ou à comunidade étnica". Contudo, é um facto que o processo colonial português veio a contribuir para que as autoridades tradicionais acabassem por ser "completamente deturpadas, desfeitas e rearranjadas", venceu Carolina Cerqueira, acrescentando que em consequência algumas acabaram por ultrapassar as fronteiras do território nacional.

A ministra referiu que com a implantação das autarquias locais, cujas primeiras eleições estão previstas para 2020, a regulação da função administrativa formal das autoridades tradicionais venha a garantir a coesão social e contribua para a coesão nacional.

A titular da pasta da Cultura chamou a atenção para a multiplicidade de poderes, numa sociedade multiétnica e pós-conflito como Angola, enaltecendo (ordens superiores a isso obrigam) a posição do Governo angolano sobre o gradualismo na implementação das autarquias, o principal ponto de divergência entre o executivo, partidos da oposição e algumas organizações da sociedade civil.

O funcionamento das autoridades tradicionais levanta ainda dúvidas, segundo Carolina Cerqueira, tendo em conta o conflito armado e mesmo depois do seu fim que deu origem à mobilidade demográfica trans-étnica, questionando como agiram nesse período, como exerciam o poder nos novos lugares e junto de que populações.

O Estado angolano reconhece a importância do poder local, apesar da lógica do seu funcionamento se reger por princípios próprios, que muitas vezes chocam com os princípios democráticos e com as regras do Estado de direito, admitiu a ministra.

Nesse sentido, Carolina Cerqueira propôs a revisão do Estatuto das Autoridades Tradicionais, aprovado em 2008, para a sua adaptação ao novo quadro constitucional e jurídico do país.

5.14 Chivukuvuku defende a oposição única para derrubar MPLA nas autárquicas

Manchete

27 De Junho de 2019

O político Abel Chivukuvuku defendeu recentemente a necessidade dos partidos da oposição fazer uma coligação de partidos nas eleições autárquicas para reduzir a hegemonia do MPLA.

Segundo o político, nas eleições autárquicas a oposição não devia competir entre si, porque o objectivo maior deveria ser reduzir a hegemonia do MPLA.

"Como as eleições só serão em 2020 ainda vamos a tempo no sentido de não ter competição entre os partidos da oposição e valorizarmos as vantagens comparativas em função da localidade", justificou.

Abel Chivukuvuku manifestou-se ainda preocupado com a morosidade da Assembleia Nacional em relação ao processo autárquico, considerando que as férias parlamentares podem comprometer autarquias, previstas para 2020.

Por outro lado, político destacou os esforços do Executivo angolano, sob liderança do Presidente João Lourenço, no sentido da descentralização do poder, com a implementação de um novo paradigma de governação que privilegie o cidadão.

Durante a conferência regional Centro Sul, que reuniu apoiantes das províncias do Bié, Cuando Cubango e Huambo, no quadro da constituição da nova formação político-partidária avançou que a formação política poderá ser conhecida dentro de seis meses no sentido de concorrer nas primeiras eleições autárquicas do país, em 2020, uma vez que nesta altura tem lugar a recolha de sugestões sobre a constituição do novo partido, seus símbolos, cor da bandeira, sigla, os princípios, valores e a ideologia. Disse estar a decorrer ainda a recolha de contribuições referentes à constituição dos órgãos de direcção, das normas de funcionamento e da disciplina partidária, bem como das tarefas imediatas a implementar e das fontes de receitas.

Chivukuvuku refere que o momento seguinte consistirá na legalização da organização, a partir de Agosto, um processo que poderá terminar em Dezembro deste ano e, deste modo, contribuir significativamente para a consolidação do Estado democrático e de direito.

O político argumentou que enquanto existir, em Angola, crianças fora do sistema de ensino/aprendizagem, jovens desempregados e pessoas a viverem na pobreza, vai continuar nesta luta, com vista a inverter a situação e, por conseguinte, melhorar a qualidade de vida dos angolanos.

A Proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais, que prevê a implementação gradual do processo, foi aprovada em Abril deste ano, na generalidade, com 152 votos a favor (incluindo da UNITA e FNLA). Houve seis votos contra (UNITA e CASA-CE), e seis abstenções de alguns deputados da UNITA, CASA-CE e do PRS.

5.15 Projectos municipais conhecem nova etapa

Jornal de Angola

27 De Junho de 2019

O Executivo faz hoje, em Luanda, a apresentação pública do Plano Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM), numa cerimónia presidida pelo Chefe de Estado, João Lourenço.

De acordo com o programa oficial do acto, a cerimónia começa às 10h00 no Centro de Convenções de Talatona, com a intervenção da administradora municipal de Camacupa (Bié), em representação dos municípios do país. Está prevista igualmente a intervenção do governador da Lunda - Norte, em representação dos governadores provinciais.

O Presidente da República, João Lourenço' fala no fim, depois da apresentação do PIIM e de um documentário sobre o referido plano.

O PIM é um programa de iniciativa do Presidente da República que resulta do trabalho integrado feito por uma equipa multisectorial.

A particularidade do plano está, sobretudo, na forma como foi elaborado, da base para o topo, ou seja, a partir dos municípios onde as estruturas locais identificaram as necessidades que consideram prioritárias.

O PIIM está alinhado com outros planos, já existentes, como os de Desenvolvimento nacional (PDN) 2018-2022 e Nacional Estratégico da Administração do Território (PLANEAT) 2015-2025.

Todos os 164 municípios estão abrangidos pelo PIIM, que contém as propostas das necessidades identificadas pelos municípios a nível local,

necessidades consideradas prioritárias pelas estruturas municipais.

O processo de execução do PIIM compreendeu três etapas, de níveis local e municipal (levantamento das necessidades nos 164 municípios do país; identificação dos projectos paralisados, mas que serão importantes como projectos sociais), municipal e provincial (das necessidades levantadas, os municípios e províncias identificaram aquilo que consideram prioridade) e municipal, provincial e nacional (projectos prioritários foram orçamentados e aprovou-se o PIIM).

a fase de elaboração do orçamento para o PIIM, foram tidos como prioritários para os cidadãos e para o desenvolvimento de todos os municípios os sectores da Saúde, Educação, Comunicação, Infra-estruturas Administrativas e Autárquicas, Energia e Águas, Segurança e Ordem Pública e Saneamento Básico.

Para o PIIM, estão identificadas acções específicas para serem desenvolvidas até 2020 e que tenham impacto nas condições de vida das populações e as necessidades urgentes a nível das infra-estruturas municipais (recursos técnicos, tecnológicos e humanos).

Impacto nos municípios

A secretária de Estado para a Administração do Território, Laurinda Cardoso, quando falava ao Jornal de Angola a propósito do anúncio feito pelo Presidente da República do PIIM, disse tratar-se de uma visão diferente na forma de preparação, materialização e execução das acções dos projectos que têm impacto a nível dos municípios.

Com o PIIM, disse, passam a ser os próprios administradores municipais e os municípios a elencarem as prioridades das suas acções e projectos para o período 2019-2020.

A estratégia que se pretende com o PIIM, sublinhou, é que o mesmo seja, doravante, um modelo a seguir no que à programação e planificação dos municípios diz respeito. Validado pelo Conselho de Ministros, o PIIM reflecte as acções e os projectos do Orçamento Geral do Estado (OGE).

Laurinda Cardoso esclareceu que os 25 milhões de kwanzas que os municípios recebem mensalmente são de consignações extraordinárias, no âmbito do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza. Além dessas verbas, sublinhou, os municípios têm as suas acções inscritas no OGE.

A secretária de Estado, Laurinda Cardoso, disse que as acções do PIIM reflectidas no OGE não impedem a alocação de verbas para o PIIM.

5.16 Chivukuvuku manifesta cepticismo em relação ao PIIM

O PAÍS

28 De Junho de 2019

Texto: Constantino Eduardo

Em declarações à imprensa, numa das unidades hoteleiras de Benguela, o antigo candidato a Presidente da República assevera que, à semelhança deste plano, lançado na presença dos administradores dos 164 municípios, já houve muitos outros programas e planos cujos fitos passavam pela resolução dos problemas dos cidadãos que, infelizmente, não surtiram os efeitos desejados.

Contrariamente ao que se esperava, os aludidos planos terão piorado cada vez a vida do cidadão, porquanto os governantes, segundo a fonte, conceberam que "serviço público é servir-se a si próprio", acusando-os de não se dedicarem para deixar um bom legado.

Chivukuvuku manifesta-se apreensivo por, alegadamente, o Governo ter recuperado coisa antiga e não se ter dado ao trabalho de inovar, mas esperançado em que o PIIM não seja apenas mais um, mas que cumpra rigorosamente o objectivo para o qual foi concebido pelo Executivo de João Lourenço.

"No passado, já houve alocação directa de verbas para os municípios e, pelo contrário, só contribuiu para mais roubalheira. O mais importante não é alocar verbas, é ter visão sobre que Angola quer construir e, em função disso, estruturarmos programas consentâneos", considera.

De acordo com Chivukuvuku, que está em Benguela à procura de assinaturas para a formação do seu novo projecto político, é imperioso que se reveja a Constituição, de modo a se evitar aquilo a que chama de excessiva centralização e, deste modo, mudar a natureza do actual sistema político.

"Tudo fica em Luanda. Eu costumo dizer que os nossos cidadãos que estão em municípios mais distantes são heróis", disse, para quem, além da excessiva centralização do Estado, há, evidentemente, a concentração de poderes, o que, do seu ponto de vista, não é positivo para a população.

Degradação da vida das populações

Sempre crítico, o político, destituído da CASA-CE, organização que ajudou a fundar em 2012, afirma que, nos últimos três anos, a vida da população piorou.

A classe média, sustenta, é uma "espécie em extinção" em Angola, devido a três factores combinados, designadamente a desvalorização da moeda, a subida do custo de vida, congelamento dos salários (que perderam o poder de compra) "e tudo isso fez com que as pessoas, de facto, tivessem uma vida mais degradada".

5.17 Projectos municipais são executados com fundos recuperados pelo Estado

Jornal de Angola

28 De Junho, 2019

Texto: Adelina Inácio

O Executivo vai aplicar nas acções do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) em kwanzas o equivalente a dois mil milhões de dólares recuperados de investimentos ocultados do Fundo Soberano, garantiu ontem, em Luanda, o Presidente da República, João Lourenço.

O Chefe de Estado, que falava na cerimónia de lançamento do PIIM, disse que, "paradoxalmente, embora fosse propriedade do Estado angolano, o Executivo não tinha controlo" dos valores recuperados que vão agora ser aplicados no programa integrado, que abrange a totalidade dos 164 municípios do país e comporta um vasto e diversificado conjunto de projectos.

João Lourenço garantiu que o PIIM será executado sem recurso ao endividamento público, para investir em sectores importantes da vida dos cidadãos, com destaque para a Educação, Saúde, infra-estruturas administrativas, vias de comunicação secundárias e terciárias, segurança pública, saneamento básico, energia e águas, entre outros domínios importantes para as comunidades. O Presidente da República, que assegurou uma gestão correcta para que as verbas sirvam o fim para os quais estão destinados, reconheceu que os recursos não são suficientes para resolver todos os problemas. Mas se forem bem aplicados, para fazer o que é certo e de modo correcto, vamos ter de certeza bons resultados", realçou.

João Lourenço anunciou que, com a implementação do PIIM, está prevista a construção de raiz, ou a conclusão de obras, de cerca de quatro mil salas de aula para vários níveis de ensino.

No domínio da Saúde, o Presidente da República disse que estão previstos a construção, reabilitação e apetrechamento, com cerca de 200 equipamentos, hospitais de diferentes categorias em vários municípios.

As vias de comunicação, segundo João Lourenço, são igualmente um domínio contemplado pelo PIIM e está prevista a asfaltagem ou terraplanagem de vias secundárias e terciárias e a reabilitação de estradas. “É importante que sejam privilegiadas as vias que facilitem o escoamento da produção agrícola no campo, incentivando assim o aumento da produção, do emprego e desenvolvimento local”, sublinhou.

João Lourenço garantiu que outras acções serão desenvolvidas no domínio da Segurança Pública.

Mobilidade de quadros

Com vista a facilitar a mobilidade de quadros em certos municípios, o Presidente João Lourenço indicou que o PIIM prevê a construção de 36 complexos residenciais administrativos que estarão disponíveis para os quadros com vínculos com a administração local e não residentes num determinado município.

Está igualmente prevista a construção de oito estruturas para acomodar o funcionamento dos órgãos das autarquias locais, tendo em conta o processo preparatório em curso. O sucesso do PIIM, segundo João Lourenço, dependerá da capacidade de coordenação institucional entre administração central e administração local.

Descentralização

João Lourenço espera que o PIIM represente “um passo significativo” no processo de desconcentração e descentralização administrativas, assumido pelo Governo como um desafio incontornável da reforma do Estado.

“Aos poucos, vamos fazendo que os municípios ocupem mais espaços na vida política, económica e social, tenham mais intervenção e sejam mais fortes”, disse João Lourenço, salientando as várias medidas que têm sido implementadas para a alteração do paradigma de governação, estimulando uma maior participação da administração local e uma redução, na medida do recomendável, da intervenção da administração central do Estado. João Lourenço acredita que determinadas tarefas são melhor

desenvolvidas quando realizadas por quem está mais próximo das populações e vive directamente os seus problemas.

“Devemos, portanto, continuar o caminho iniciado e garantir a execução correcta das medidas que aprovamos. Algumas dessas medidas começam a ganhar forma, sendo disso exemplo, entre outros, o processo do reforço da desconcentração administrativa em curso e o início do processo de transferência de competências para os municípios”, disse.

O Presidente da República reconheceu que “os municípios ganharam mais importância com o processo de desconcentração financeira que está a estimular uma maior intervenção municipal no processo de arrecadação de receitas locais cuja dinâmica de retorno começa já a ganhar contornos apreciáveis”. João Lourenço pediu mais trabalho no processo de arrecadação de receitas municipais, explorando o potencial que existe em todos os municípios.

O aumento das receitas, acrescentou, é cada vez mais necessário para fazer face à crescente necessidade de realizar despesas públicas e prestar melhor serviço às populações, que passa necessariamente por uma atitude mais criativa.

O Presidente da República entende que os municípios devem fazer mais e “não ficar só à espera da receita proveniente da administração central”. Para tal, acrescentou, devem promover o desenvolvimento local, prestar melhores serviços e criar condições para a atracção do investimento privado.

João Lourenço entende que só assim se pode alcançar o grande objectivo de fazer dos municípios, o centro do desenvolvimento nacional.

João Lourenço reconheceu que o Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza precisa ser avaliado permanentemente, ajustado e melhorado. “O Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, através do qual todos os municípios recebem mensalmente recursos financeiros que, embora escasso, começa dar outra vida às comunidades, precisa de ser permanentemente avaliado, ajustado e melhorado”, indicou.

Orçamento participativo

O Presidente da República anunciou que o Executivo vai apreciar a proposta para institucionalização do orçamento participativo para envolver mais os cidadãos na vida das comunidades. João Lourenço esclareceu que a dinâmica do orçamento participativo vai permitir um maior

envolvimento dos municípios na gestão do município, participando mais na preparação, aprovação, execução e monitorização das políticas públicas locais.

Comissões de moradores

O Chefe de Estado defende a revitalização das comissões de moradores para a criação de outros mecanismos de participação dos cidadãos, a fim de “garantir uma gestão pública local mais participada, mais aberta e mais próxima do cidadão, para a efectiva descentralização administrativa através da criação das autarquias locais”.

O Presidente da República esclareceu que, com o PIIM, o Executivo pretende dar mais voz aos municípios e captar melhor as necessidades e anseios locais.

O PIIM, disse, é um plano ambicioso focado na resolução dos problemas concretos, e pensado da base para o topo.

“Trata-se de um plano dos municípios, com prioridades definidas pelos municípios e que procura responder às necessidades específicas dos municípios, privilegia mais a administração local do que administração central, representando uma mudança de paradigma não negligenciável. Se tivermos em conta o total dos projectos previstos, cerca de 68 por cento serão executados pelos órgãos da administração local, porque assenta no princípio de acreditar mais, confiar mais nos municípios, dar mais vida aos municípios”, disse.

O Presidente da República entende também ser a oportunidade para o empresariado nacional concorrer para as diferentes empreitadas de obras a nível local. João Lourenço prometeu rigor nas acções, pagamento do preço justo, prevenindo a sobre facturação e assegurar a exigente fiscalização da qualidade das obras.

João Lourenço pediu mais investimento na formação de quadros ao serviço das administrações municipais, para que haja cada vez capacidade técnica local.

5.18 Inicia-se uma “nova era na vida dos municípios”

Economia & Finanças
28 De Junho de 2019

Há sensivelmente quatro meses, o Presidente da República chamou um conjunto de seus colaboradores e manifestou o desejo de ver mais vida

nos municípios e a orientação de torna-lo em realidade.

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão Correia Francisco de Almeida, lançou mãos ao arado e desde aquela ocasião buscou ouvir cada um dos administradores municipais, através de equipas interministeriais.

"Foi feito um levantamento exaustivo sobre o conjunto de projectos existentes ou necessários para dinamizar a vida nos municípios. Foram definidas as prioridades das prioridades. Fizeram-se várias reuniões com os governadores provinciais e os respectivos administradores municipais, além de muitas outras acções até chegarmos ao Plano Integrado de Intervenção no Município (PIIM) ", disse.

Adão de Almeida explicou ainda que o processo de elaboração do PIIM privilegiou as necessidades dos municípios e os anseios dos municípios. Ele assegura a execução local com mais coordenação institucional entre a administração central e a local, e valoriza ainda mais o papel e o lugar dos municípios.

Por outro lado, garantiu que o PIIM inspira-se na visão local, criando mais espaço para a integração directa e decisiva de quem vive e convive com os problemas das populações. Encerra também uma responsabilidade acrescida na actuação dos órgãos da administração local, exige mais dos municípios e reforça a confiança nas capacidades locais.

"Numa só palavra, o PIIM abre urna nova era na vida dos municípios. Para aqui chegamos foi necessário Visão, Ousadia e Coragem", contou.

5.19 Municípios beneficiam de 2 mil milhões USD do FSDEA

O PAÍS
28 De Junho de 2019

O plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) - orçado em 672 mil milhões de kwanzas, o equivalente a 2 mil milhões de dólares, com recurso aos meios financeiros devolvidos ao Fundo Soberano de Angola (FSDEA) - foi lançado oficialmente nesta quinta-feira em Luanda.

Entre os principais resultados a serem atingidos pelo plano que contemplará os 164 municípios de Angola, figuram 1.864 projectos, dos quais 68% estão a cargo das administrações locais e 32% a cargo dos órgãos centrais do Estado.

Nesse sentido, o PIIM tem como meta a disponibilização de 4 mil salas de aulas, cerca de 200 escolas primárias, a construção, reabilitação e o apetrechamento de unidades sanitárias, além da construção de oito edifícios para o funcionamento das autarquias locais.

Inclui ainda a construção de 36 complexos habitacionais administrativos para o alojamento de quadros a serem colocados nos municípios, a primeira fase do Campus Universitário de Cabinda, a reabilitação de 500 quilómetros de vias de comunicação, a terraplanagem de outros 1.500 quilómetros e a asfaltagem de 200 quilómetros de estradas.

Ao discursar na cerimónia de lançamento do plano Integrado de Intervenção nos Municípios, o Presidente da República, João Lourenço, realçou que o mesmo representa "um significativo passo em frente no processo de desconcentração e descentralização administrativa assumido pelo Governo como um desafio da reforma do Estado".

5.20 Orçamento Participativo

Economia & Finanças

28 De Junho de 2019

A estratégia de maior envolvimento dos cidadãos na vida das respectivas comunidades adoptada pelo Governo angolano vai ser expresso por via de um Orçamento Participativo (OP).

Tal iniciativa foi já apreciada ontem em reunião do Conselho de Ministros.

De acordo com o Presidente da República, a dinâmica do Orçamento Participativo (OP) vai permitir que os clientes estejam mais presentes na preparação, aprovação, execução e monitorização das políticas públicas locais.

Nesse quadro, as comissões de moradores também são equacionadas a fim de que a gestão local seja mais aberta e participada pelos cidadãos. Este é, certamente, o passo para a descentralização da administração e que vai culminar com a operacionalização das Autarquias Locais.

"No total, cerca de 68 por cento dos programas previstos vão ser executados pelas administrações locais e assenta-se no princípio de acreditar mais nos municípios", lembrou.

Todo esse quadro adoptado pelo Executivo insere-se no Programa de Desenvolvimento Local e Combate à

Pobreza, que precisa de ser, permanentemente, avaliado, ajustado e melhorado.

O PIIM é um plano ambicioso, voltado para a resolução de problemas concretos, com prioridades definidas pelos municípios.

5.21 Reinventar a vida nos municípios com o PIIM

Novo Jornal

28 De Junho de 2019

Texto: Ismael Mateus

O GOVERNO LANÇOU ESTA O Plano integrado de Intervenção nos Municípios(PIIM), acompanhado também de um novo slogan: "mais vida nos municípios.

Não há dúvidas de que temos um plano que pode revolucionar a vida nos municípios, nomeadamente ao nível da execução dos projectos, do emprego de mais mão-de-obra no municípios, retenção dos jovens e diversificação das ofertas de trabalho e da e da revitalização de algumas empresas nacionais.

De acordo com o anúncio, com o PIIM passam a ser os próprios administradores municipais e os municípios a alocarem as prioridades das suas acções e projectos do Orçamento Geral do Estado (OGE) E NÃO VAI INCLUIR OS 25 MILHÕES DE Kwanzas que os municípios recebem mensalmente, visto que tais verbas são consignações extraordinária, no âmbito do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à pobreza.

Com tão pouco tempo e ainda muitas detalhas por conhecer, será muito irresponsável da nossa parte vaticinar o insucesso do programa. Portanto, não é disso que trata aqui. Sejam moderadamente optimistas quanto à possibilidade deste programa vir a ter sucesso. O PIIM é bem-vindo e todas as pessoas de boa-fé, destas que são, como nós apologistas de "mais vida nos municípios", devem aplaudir a iniciativa e o esforço dos técnicos que em quatro meses montaram o programa.

Dada a importância de um programa desta natureza e tendo em conta o histórico de insucesso nacional de programas de intervenção municipal, ocorre-nos três chamadas de atenção, que certamente são tidas em conta pelos técnicos da equipa do PIIM, mais ainda assim deixamos estas notas:

Em primeiro lugar, o papel determinante da formação. Há uma necessidade urgente de criação de um programa formativo móvel, personalizado e

específico para permitir que, num período inicial de três meses, os administradores municipais possam ter os seus helpdesks e formação “on Job” em matéria de despesas, qualidade da despesa, arrecadação, cabimentação e outras do género.

Olhando para a composição dos administradores, encontramos de tudo: mais-velhos, já com alguns anos de ofício, que dominam estas matérias porque beneficiaram de muitos cursos e dos extintos inforfip e IFAL, outros que, apesar dos cursos e dos longos anos na administração local, nunca dominam as ferramentas de gestão nem as novas tecnologias com mestria, e inclusive muitos deles” emprestavam senhas de acesso” aos adjuntos ou aos técnicos, Por fim, um terceiro grupo de gente nova que está nos cargos sem ter tido a possibilidade de realizar qualquer formação prévia exigível aos gestores desse nível.

A resposta, acreditamos, talvez resida na criação de equipas moveis de formação que andem de município a município a fazer formação on Job e servindo de helpdesk neste primeiros meses de arranque. Intencionalmente, estamos a falar de formação e não de consultoria. Trata-se mesmo de formação para que as administrações ganhem novas competências e aprimorem a sua execução evitando perdas desnecessárias, e não de consultorias técnicas para produzir bonitos relatórios, gráficos e PowerPoint coloridos, e as administrações continuarem sem capacidade e sem massa cinzenta para dar sustentabilidade ao processo.

Em segundo lugar, o papel crucial da estrutura de governação do PIIM. Se em matéria e avaliação parece haver um trabalho muito bem estruturado, algo que, em si, representa já um avanço em relação ao nosso histórico, talvez seja prudente também definir uma estrutura autónoma de governação do PIIM, salvaguardas naturalmente todas as questões relacionadas com as dependências hierárquicas. Uma coordenação funcionalmente autónoma, responsável por prestar contar e aliar gestão operacional do dia-a-dia com a avaliação em tempo real, pode evitar os riscos de desvios e insucessos. Não estamos obviamente a falar de coordenação geral e técnica de ordem política que inclui os ministérios de Estado e os ministérios.

Trata-se de algo mais operacional, mais dinâmico, que sirva para desbloquear problemas, fazer advocacia junto das entidades sempre que um município solicitar, acompanhar e avaliar a qualidade das decisões e os procedimentos de tomada de decisão, incluindo a contratação. Tudo isso requer uma avaliação a posteriori mas também um acompanhamento em tempo real e a possibilidade de

coaching, envio de alertas e visitas in loco. Ou seja, os grupos de acompanhamento previstos no plano do PIIM como elementos de ligação terão na verdade de assumir a primeira linha e passar a ser, do ponto de vista operacional, muito mais importante do que os políticos e as entidades, a quem competirá ver os tais bonitos relatórios. Os tais elementos de ligação deverão transformar-se efectivamente na coordenação autónoma do PIIM e na sua verdadeira governação, com poderes reais para intervir tanto para cima na advocacia dos municípios como de para baixo, corrigindo em tempo real erros que possam estar a ocorrer.

Finalmente, a terceira nota relaciona-se com a comunicação.

Independentemente das estruturas de coordenação e avaliação, é importante que o diálogo com os cidadãos se faça de modo transparente a participativo. Os municípios terão de ser obrigados a criar mecanismo expeditos e transparentes de prestação. O portal munícipe é uma ferramenta de gestão, embora também possa ser informativo para o cidadão. Serve essencialmente para nele ser feita a arrecadação de receitas comunitárias e multas, para o seu posterior retorno às administrações municipais e também para a prestação dos mais de quatrocentos(400) serviços possíveis. A comunicação directa com o munícipe pode ser feita por outras vias, na Óptica do seu exercício fiscalizador e mais práticos como sites informativos, relatórios de contas e outros, onde objectivamente e administração local faça prestação de contas, divulgue, por exemplo, os valores e as empresas envolvidas numa dada contratação, os resultados dos concursos públicos, as fotos das obras e toda a comunicação indispensável para que o cidadão se sinta parte do processo.

Tal como foi afirmado pelo Presidente da República, as diversas forças da nação, incluindo a oposição, deveriam trabalhar para a criação de um ambiente positivo à volta do PIIM e do aumento da vida e do desenvolvimento dos municípios. Essa é uma meta essencial se quisermos chegar a um país melhor para todos.

5.22 PIIM vai dar aos municípios dois mil milhões de dólares

Jornal Economia & Finanças

28 De Junho de 2019

Texto: Isaque Lourenço

O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), lançado ontem pelo Presidente da República, vai gerir até 2020 um fundo em kwanzas equivalentes

a dois mil milhões de dólares alocados por via do Fundo Soberano de Desenvolvimento de Angola para os 164 municípios.

Embora não se tenha ideia exacta do valor a atribuir a cada município, a divisão equitativa dos valores para todos os municípios dá um valor médio em kwanzas equivalentes a 12,1 milhões de dólares, conforme cálculos.

O Presidente João Lourenço disse que o mesmo deve representar um significativo passo para frente no processo de desconcentração e descentralização administrativa assumidos pelo Governo.

Nesse manifesto desejo apresentado pelo Presidente da República, o desafio incontornável da Reforma do Estado é de fazer-se com que os municípios ocupem mais espaço na vida política, económica e social, tenham mais intervenção e sejam mais fortes.

O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) visa diminuir as intervenções do Poder Central, pelo reforço da maior participação da administração local.

É ainda pretensão do Governo e com a presente estratégia que determinadas tarefas sejam desenvolvidas por aqueles que estejam no terreno e mais próximos das populações, para que os problemas sejam resolvidos com maior celeridade.

"O processo de desconcentração financeira está a estimular uma maior intervenção municipal na arrecadação de receitas locais e cuja dinâmica de retorno começa já a ganhar contornos apreciáveis", disse.

João Lourenço reconheceu ser necessário maior trabalho no processo de arrecadação de receitas municipais e que se possa explorar os enormes potenciais que todos os municípios detêm.

No desafio lançado, lembrou que o aumento de receita é cada vez mais preciso para fazer-se face à crescente necessidade de despesa pública.

5.23 PR exige mais dos municípios na arrecadação de receitas

Jornal O País

28 De Junho de 2019

Texto: Norberto Sateco

O Presidente da República, João Lourenço, defendeu a necessidade de se trabalhar mais ao nível dos municípios na arrecadação de receitas, por via da exploração do potencial de cada região, permitindo a

não dependência da despesa do Governo Central. Na visão do Chefe de Estado, os municípios têm que fazer mais e não ficar só à espera da despesa da administração central, devendo, para o efeito, dirigir a promoção do desenvolvimento local, prestando serviços que atraiam o investimento privado,

Discursando na manhã de ontem, durante a apresentação pública do "Plano Integrado de Intervenção nos Municípios" (PIIM), referiu que no reforço da desconcentração administrativa, associado à transferência de competências, os municípios ganham mais importância, com o processo de desconcentração financeira a estimular a arrecadação de receitas, cuja dinâmica de retorno começa já a ganhar contornos apreciáveis.

Salientou também que o Programa de Desenvolvimento e Combate à Pobreza, através do qual todos os municípios recebem recursos financeiros, embora escassos, começa a dar outra vida às comunidades, mas que precisa de ser permanentemente avaliado.

PIIM e os seus objectivos

O plano apresentado publicamente ontem, pelo Executivo, pretende dar mais voz aos municípios e captar melhor as necessidades locais.

Focado na necessidade de resolução de problemas concretos, começando da base ao topo da governação, cujas prioridades são traçadas pelos próprios munícipes com vista a dar resposta às necessidades específicas das circunscrições, privilegiando mais administração local em detrimento da central, o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios abrange as 164 circunscrições do país, contemplando um conjunto de projectos avaliados em 2 mil milhões de dólares (recuperados do Fundo Soberano de Angola).

"Os recursos do Fundo soberano, paradoxalmente, embora sejam recursos do Estado, O Estado angolano não tinha o controlo dos mesmos, felizmente conseguimos recuperá-los, o que significa dizer que este Plano será executado sem recurso ao endividamento público", afirmou João Lourenço. Em relação às áreas que mereceram prioridade em termos de projectos, destacam-se com maior incidência os sectores da Saúde, Educação, Construção e Obras Públicas, Urbanismo, Energia e Águas, Segurança e Ordem Pública, Saneamento Básico e Infra-estruturas administrativas e autárquicas, bem como as vias de comunicação.

"Decisões eram empacotadas" Alcinda Camatela, administradora do município de Camacupa, Bié, em

nome dos administradores municipais, referiu que há muito que as administrações eram esquecidas na concepção de políticas para a resolução dos seus próprios problemas.

Sublinhou que as soluções vinham "empacotadas", sem que os administradores fossem ouvidos, o que condicionava a execução de vários projectos.

Referiu que, com esta iniciativa, está a ser introduzido um novo paradigma na gestão das administrações municipais.

"A desconcentração administrativa criou em todos nós, que lidamos com administração local, um conjunto de expectativas que saem reforçadas com o início do PIIM", disse.

5.24 Um paradigma diferente para a administração local

Jornal de Angola
28 de Junho, 2019

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, esclareceu que o PIIM, que abre uma nova era na vida dos municípios, foi elaborado com a participação de todos os administradores municipais.

Os administradores indicaram no plano as principais necessidades dos municípios e os anseios das populações. Para tal, disse, foi feito o levantamento de um conjunto de projectos necessários, para dinamizar a vida dos municípios.

Adão de Almeida garantiu que o processo de elaboração do PIIM privilegiou a vontade dos municípios e os anseios dos municípios, promove maior coordenação institucional entre administração central e local e valoriza ainda mais o papel e lugar dos municípios.

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado afirmou que o PIIM exige mais dos municípios e reforça a confiança das capacidades locais.

Alcida Camateli, administradora municipal de Camacupa (Bié), que falou em representação dos 164 administradores municipais, sublinhou o facto de, actualmente, os municípios serem mais ouvidos para ganharem mais vida.

A responsável disse que o slogan "A vida faz-se nos municípios" carecia de mais intervenção da parte dos conhecedores da realidade local na elaboração dos

planos e na busca de soluções para os seus próprios problemas.

"As soluções vinham empacotadas a partir do centro, sem sermos ouvidos, o que explica o facto delas não terem atingido os objectivos preconizados", afirmou a administradora municipal.

5.25 Desenvolver os municípios

Jornal de Angola
29 De Junho de 2019

Os esforços e iniciativas no sentido de levar as comunidades a tornarem-se participes activas na resolução dos seus problemas conheceu há dias o ponto mais alto com o lançamento de um programa ambicioso e com o potencial de transformar os municípios.

Lançado na quinta-feira, em Luanda, o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIMM), de iniciativa do Executivo, vai traduzir-se num desafio às comunidades para que estas sejam, em muitos aspectos, auto-suficientes.

O Presidente da República, no discurso feito na cerimónia de lançamento, esclareceu ao pormenor os contornos e objectivos que se pretende alcançar com o PIMM nos 164 municípios de Angola para "revolucionar" a vida das famílias.

"O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios vale pelos resultados positivos que vier a trazer para a vida dos cidadãos, dependendo não apenas dos recursos disponíveis, mas sobretudo, do nosso empenho, da nossa criatividade e da nossa vontade", disse o Presidente da República.

Mais do que esperar permanentemente por soluções do poder central, cuja intervenção vai conhecer reduções significativas a favor da contínua municipalização, as comunidades deverão dispor mais de si mesmas na busca de resultados para os seus problemas.

O PIMM constitui parte dos esforços do Estado no processo de desconcentração e descentralização administrativas, que têm levado gradualmente à ideia de que a bola deve ser passada aos municípios para que eles se envolvam na formulação das reflexões, projectos e realizações.

É preciso que se continue a promover a ideia de que se mais próximo forem encontradas as respostas e soluções para os problemas das comunidades, melhor para o desenvolvimento das mesmas. Todas as

iniciativas são bem-vindas desde que contribuam para a criação de postos de trabalho, para a ocupação útil da juventude e preferencialmente com ideias e concepções locais.

Numa altura em que as populações esperam, com naturalidade, por soluções rápidas e eficazes para os seus problemas, não há dúvidas de que faz todo o sentido que se privilegie o factor proximidade. Constitui igualmente um desafio para as comunidades no sentido que sejam elas mesmas a produzir soluções para os seus problemas, realidade que vai “forçar” as pessoas a empreenderem.

Vai ser desafiador para as entidades com poder de decisão na medida em que se vão confrontar com uma realidade nova, diríamos mesmo uma eventual pressão para responderem com urgência e sem burocracia às iniciativas das comunidades. Para estas, obviamente, vai ser gratificante ver as suas ideias e criatividade dos membros materializadas para o crescimento e desenvolvimento.

Agora que o repto está lançado, esperemos que as comunidades façam prova do seu engenho e “savoir-faire” para transformar as oportunidades individuais e colectivas em vias para a satisfação de todos.

E, se contarmos com a força da juventude, a maioria da população angolana, não há dúvidas de que vai ser também desta forma que contribuiremos para desenvolver os nossos municípios.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Forjado por grandes empreendedores

Jornal de Angola

09 De Maio de 2019

Texto: César André

As primeiras moradias do Cariango surgiram em 1962. Os ocupantes das modestas residências eram provenientes, a maioria, das áreas adjacentes à fábrica Cuca. As casas, construídas às pressas, com quarto, sala, cozinha e uma casa de banho, tinham más condições de habitabilidade.

Reza a história que durante a fase de recepção das moradias os autóctones beneficiários recusaram-se a recebê-las em virtude de não oferecerem condições. A situação foi invertida quando os colonos, mesmo nas condições precárias, começaram a instalar-se. A ocupação das casas por parte dos colonos fez "cair" a relutância dos autóctones.

As moradias foram feitas no âmbito do projecto "Um lar para cada família", sob auspícios da Comissão Administrativa do Fundo dos Bairros Populares.

"Vivíamos no São Paulo quando o meu pai entendeu vir morar aqui, a pensar que as casas fossem uma maravilha", disse ao Jornal de Angola Jaime Aguiar, morador há 64 anos. o senhor Chaves, um português, foi dos primeiros moradores da circunscrição. A sua casa situava-se na Rua H, junto a um colégio próximo ao antigo Banco Totta e Açores, ao lado da linha férrea.

Era o senhor Chaves que naquele tempo se responsabilizava pela administração local, cuja sede estava localizada junto a Escola 15. Era para lá que os moradores se dirigiam mensalmente para pagar a renda de casa e a conta da água e da luz.

A dona Conceição, uma senhora com vários atributos, foi durante muitos anos a fiscalizadora do bairro. Ela acompanhava de perto os movimentos dos moradores e quem ousasse deitar água ou lixo para a rua era multado.

Depois da fase do realojamento, a circunscrição começou a receber trabalhadores do Caminho de Ferro de Luanda e populações provenientes da Kibala, Calulu, Waco Kungo e Gabela, dentre outras localidades.

Bairro pacato

O Cariango era um bairro pacato. Os moradores, brancos e negros, viviam em comunidade amena e cordial, sendo que os primeiros moravam maioritariamente nas ruas H e F.

A anteceder a construção das habitações sociais, o Cariango era um lugar predilecto para a caça de animais de pequeno porte, como pássaros e herbívoros.

Segundo relatos de populares, o nome Cariango provém da palavra Cadiango, que em kimbundo significa "Come capim". "Como aqui havia muito capim, que servia para o pasto dos animais, então a zona passou a chamar-se 'lugar onde se come capim'", diz Gonçalo Neto, antigo morador, que entretanto acrescenta: "talvez existam outras versões, mas essa é a que nós conhecemos. Quem nos deveria dar uma explicação detalhada são os infelizmente falecidos mais velhos Caluaco e Zé da Rebita, este último pai do Salvador Rodrigues 'Dodó', actualmente oficial comissário da Policia Nacional. O pai do Dodó residiu na Rua G, numa casa da esquina por trás da minha".

Memórias do antigamente indicam que o bairro evoluiu para os lados do Cine liz (actual Cine Cazenga) a partir dos anos 1967/68, período em que foi edificado o colégio Santa Sãozinha.

No mesmo período a circunscrição viu nascer outras infra-estruturas, como a Escola 232, os Bombeiros da Cruz de Malta, a Igreja da Encarnação, bem como o mercado.

Geograficamente a circunscrição iniciava na zona habitacional, que se chamava Comissão ou Realojamento do Bairro, e ia até a zona do Cine Liz. Na zona adjacente à Comissão do Bairro existiam outras infra-estruturas de realce, como o bar do comerciante Areias, a peixaria da Dona Amália do Rangel, uma livraria, barbearia e a frutaria que pertencia à família do Mário Areias.

Mário Areias

É quase impossível falar do Cariango sem mencionar esta figura. O comerciante português Mário Areias, de estatura média, nasceu na região de Portimão. Foi ele quem revolucionou o comércio local, tomando-se ele próprio num comerciante muito bem sucedido. Areias era o lojista mais visível naquela época. O seu estabelecimento comercial era muito frequentado pelos moradores, e não só, muitos dos quais gostavam de jogar matraquilha.

Mário Areias tinha vários irmãos, com destaque para o Zé, o Marcos e o António. O seu nome passou a designar uma das travessas do bairro.

Além do Areias no Cariango destacavam -se outros comerciantes, como o Soares, dono da Loja ova, o Fernando Marcos, que era o proprietário da barbearia e da livraria, e o senhor Costa, da drogaria. a área do Capossoca localizavam-se outros comerciantes, menos famosos, como a Dona Maria, que comercializava bens de primeira necessidade.

Na área da Madeira (hoje Tunga Ngó) era muito conhecido o Currubas, uma casa comercial isolada numa quinta com porcos e cabritos.

Um dos poucos comerciantes que davam "fiado" era o senhor António Joaquim. "Ele tinha a sua mercearia por detrás da Garan, uma firma localizada entre as instalações da FTU e a antiga Guedal. Ele apoiava-nos sempre", diz Jaime Aguiar.

O nosso interlocutor conta ainda que naquele tempo as compras eram feitas através de uma caderneta e no final de cada mês, quando o chefe de família recebesse o ordenado, iam liquidar as contas .

Mas Jaime Aguiar narra um episódio muito particular. "Uma semana depois do meu pai falecer um comerciante apareceu em casa e a minha mãe, desesperada, disse-lhe que tinham de rever o contrato, porque não tinha disponibilidade para continuar. O comerciante levou em consideração a preocupação e disse que estava disponível a apoiar a família".

Pouco depois, quando rebentou a confusão que antecedeu a independência nacional, o comerciante foi-se embora para Portugal e a família ficou com a dívida por pagar.

"São grandes recordações que ainda guardo comigo. Antigamente não havia desconfiança", garante Jaime Aguiar.

Mais figuras

Das figuras históricas da circunscrição destacam - se os kotas Cambambe, Caluaco, André, Capololo, Barroso, Narciso, Man René, Crispim Antunes, Tio Paulo do Nzeto, Manecce Camatamba. Mendonamos ainda os kotas Garrido, Carlos Silva, elito Kuanza, Neio, Paulito, Pepé Antonio, Man Lubas, Jorge Adão (irmão mais velho do Carlos Calongo), Jorge Gomes, Silos, Paizinho Clemente, Cafuríhha e o Baltazar, que foi da JMPLA.

O músico Urbano de Castro também residiu no Cariango, junto a casa do Nelito Kuanza. Outra

referência foi o futebolista Batata, que jogou na Académica do Lobito nos anos 1980.

Outros grandes futebolistas que se notabilizaram no bairro foram Júlio de Carvalho "Luchazes", Job Malulu, Lindo, Tuga, Miguel Caoio, Miguel Bailundo, Filipe (irmão do Barroso), Caricungun e Doutor Gomes.

O Tio Maneco, que morava na Rua C, naquele tempo já tinha uma carrinha de marca Toyota etodos os moradores o respeitavam.

O pai do jornalista Salú Gonçalves foi também figura de destaque no bairro. A sua família morava na zona da Comissão, nas chamadas casas brancas, com os filhos Tininha, Pacavira, Quinito, Salú e outros.

Gonçalo Neto diz guardar na memória um episódio caricato que se passou com o

Pacavira, irmão do Salú: "estudávamos no IASA e um dia, quando íamos para casa, vinha um carro carregado de batatas com homens em cima da mercadoria. O Pacavira insultou, gritando 'monamgambé'. Um dos homens arremessou-lhe uma batata, que, quando o Pacavira se dispunha a gritar novamente 'mona .. .' entrou-lhe precisamente na boca".

Satisfeito, o homem em cima do carro, em jeito de gozo, com gestos hilariantes, ainda segundo Gonçalo Neto, disse: "Mãe! Lhe acerto da boca".

Jaime Aguiar, o incansável Figura emblemática do Cariango no que concerne ao dirigismo desportivo, Jaime Alfama de Aguiar é o indivíduo que desde o tempo colonial, até hoje, conseguiu manter intactas as instalações da agremiação desportiva fundada em Agosto de 1964 pelo comerciante Mário Areias.

Filho de cabo-verdianos, Kota Jaime, como é tratado carinhosamente pelos mais próximos, é um dos poucos sobreviventes do tempo colonial que vive no bairro e que ainda têm o Clube Desportivo e Recreativo do Cazenga no coração.

Foi graças à sua intervenção que as infra-estruturas do clube não foram ocupadas pela população, à semelhança do que aconteceu com outras. Mesmo com tentadores aliciamentos monetários, Jaime Aguiar não aceitou vender as instalações do clube.

Com a mão direita trémula e a voz embargada, Kota Jaime conta um pouco mais da história do clube. "Antes a sede era o Centro de Cultura e Recreio. Por exigência da coordenação do torneio popular Cuca, que obrigava os clubes a ter uma sede social, o senhor Areias arregou o clube ao centro cultural".

Com a dinâmica que lhe era peculiar, o comerciante Areias conseguiu contratar grandes futebolistas, como foram os casos do Amarantes, Sá Poeira, Zé Pereira, e outros que cumpriam o serviço militar na base dos comandos, que se situava no bairro", explica Jaime Aguiar.

Outros integrantes, recrutados internamente, eram, dentre outros, Batatinha e Pelota. O clube era constituído por portugueses e angolanos.

Figuras de realce do clube' segundo Jaime Aguiar, eram também os senhores René Costa, Crispinho Antunes e Marcolino Rocha. Foram esses sócios influentes que em 1974, depois da retirada do comerciante Areias, assumiram a direcção do grupo desportivo.

Ainda de acordo com Jaime Aguiar, o clube participou em 1977 em vários torneios, chegando a arrebatat troféus. No ano seguinte disputou o campeonato provincial da segunda divisão, onde se manteve durante muito tempo, até que em 1986, com o patrocínio da Edipesca, passou a designar-se Associação Desportiva da Edipesca e Cazenga.

Com a nova designação participou em campeonatos seniores e juniores sem sobressaltos, mas em 1993 a empresa patrocinadora se desmoronou e os responsáveis do clube entenderam fechá-lo.

"Não tínhamos capacidade de continuar, uma vez que os jogadores recebiam por cada vitória uma caixa de peixe", diz Jaime Aguiar, que faz questão de lembrar que se hoje as infra-estruturas do clube estão intactas foi graças ao seu empenho e dedicação. "Caso contrário as instalações seriam ocupadas por pessoas ambiciosas. As estruturas que transitaram do tempo colonial até hoje ainda existem".

Conta também Jaime Aguiar que na gestão de Tany Narciso como administrador municipal do Cazenga houve muita polémica em relação ao recinto desportivo, mas, graças" a intervenção dos moradores do bairro e de responsáveis do clube, foi possível resolver pacificamente a contenda".

Jaime Aguiar, que reside na Rua C, frisa ser sabido que "o campo do Areias é propriedade do Clube Desportivo do Cazenga Estamos satisfeitos com a nova administração, pelo facto de estar a colaborar com o clube para recuperação do campo de futebol".

Actualmente, a direcção do clube está empenhada em proceder a vedação do recinto. o Clube Desportivo do Cazenga, com mais de 54 anos, é dos que têm história mais longa na província de Luanda.

Triste memória

Jaime Aguiar diz guardar na memória a notícia do assassinato do seu pai em 1967, em Camabatela. "O meu pai era camionista e fazia viagem no percurso Kitexe-Luanda. Um dia desses foi assassinado em plena via".

A nossa fonte faz um esforço mental e avança para o tempo presente. Mostra-se preocupada com a requalificação a que o bairro foi submetido recentemente. "O Cariango hoje ficou um bairro pequeno. Da Rua A até a Rua H tornou - se num autêntico condomínio, só falta fazer o muro e nas entradas colocar o letreiro 'Condomínio do Cariango'", afirma, entristecido, não sem sustentar: "a zona do Capossoca é parte integrante desse bairro. Da 10ª esquadra até ao campo do Areias, na Rua M, é tudo Cariango. Não sei quem foi o chico esperto que entendeu fazer essa má divisão".

Ele diz mesmo que a requalificação "foi mal feita", mas que ainda se vai a tempo de rever "com urgência" a situação.

"Ainda vamos a tempo de corrigi-la", reitera.

6.2 Luanda: Uma estratégia de mobilidade urbana

Jornal de Angola

24 de Junho, 2019

Texto: Adriano Botelho de Vasconcelos

O executivo aumentara as verbas para o sector dos transportes em mais de 88,1%, face ao OGE de 2018. Era necessário que se avaliasse os níveis das razões sofríveis na prestação de serviços tão essenciais como sejam os transportes públicos que contribuem para a mobilidade urbana.

Não podemos deixar de apontar como mau exemplo de gestão o caso TCUL e igual falência nos serviços dos prestadores de serviços de transporte da população enquanto sorvedouros de recursos públicos. É urgente a mudança de paradigmas e uma grande estratégia que coloque na agenda para os próximos 10 anos a questão nuclear da "Mobilidade Urbana", evidentemente um processo que envolverá outros ministérios pela sua amplitude.

É uma temática que não pode ser adiada por mais tempo se quisermos melhor a economia, mais qualidade de vida e um turismo de nível elevado capaz de buscar turistas de cidades como Cape Town, só para citar uma cidade de turismo, pujante e com

soluções modernas de mobilidade (BTR, faixas exclusivas para ônibus, etc) e que pode ser inspiradora. Esse exemplo africano pode levar-nos à saída da nossa condição de conformismo face ao caos que essa falta de política tem causado e que nos faz desistir ou adiar as soluções.

É necessário que a estratégia de mobilidade urbana possa dar resposta ao crescimento populacional das centralidades, destruindo todos os bloqueios que aponte há 9 anos, como sejam os nós (cruzamentos planos) que por deficientes sinalizações e trânsito em grande crescimento, sem as plataformas aéreas com interconexões, naturalmente impedem uma circulação fluida e levam os trabalhadores desses novos habitats a saltarem da cama às 4h30 da manhã, um stress de quase uma década e que deve causar danos aos recursos da saúde;

A média cidade do Kilamba, pela sua qualidade urbanística e por ser plana, deveria ser o burgo que mais se beneficiaria com uma estratégia, com ofertas de serviços mais completos de mobilidade, ciclovias, trotinetas, corredores exclusivos para autocarros igualmente modernos. Graças ao seu bom traçado urbano já mencionado, é possível a essa cidade receber, com custos menores, obras que permitam os diversos meios de mobilidade urbana do Séc XXI;

A circular da cidade designada via “Expressa” deve ter um BRT, veículo de alta capacidade ou linhas de “Monorail” que apanhem, com conforto, as populações que vivem nessas zonas. São áreas territoriais muito densas de população, linhas que devem ser projectadas com ramificação ao aeroporto internacional, tudo como grandes circulares que sejam capazes de colocar os cidadãos em tempo útil na zona da marginal de Luanda;

O projecto megalómano de construção de uma nova avenida (pobre decisão) roubada ao mar na área litoral da Samba, se for projectada, defendo que só deverá dar mais espaços para o sistema de vias BTL ou em monocarril vindo de longas distâncias já cheio de utentes das zonas mais distantes da cidade e nunca para o uso dominante do automóvel pessoal que mais polui;

A identidade visual do centro de Luanda deve ter como marca o processo de pedestrianização. Urge retirar a componente de asfalto de duas ou 5 ruas que fazem a coroa da baixa e a sua dimensão ser ocupada por praças, jardins, zonas de jactos de água, esplanadas e arborizadas. É imperioso empurrar para bem distante as viaturas para os parques da marginal e devolver o centro aos cidadãos para as suas actividades lúdicas e de convívio.

As médias cidades de Talatona e Kilamba, e, pelo meio, o Patriota, Morro Bento e Benfica, noutra extremo Viana e Cacuaco precisam de um serviço integral de transporte colectivo de bom conforto, que seja obtido através da concessão de serviços com os entes privados interessados em fazerem transportes públicos eficientes, modernos e com interligações. É importante vermos e estudarmos o caso de sucesso da cidade de Cape Town;

O município de Viana já precisa de uma moderna e grande plataforma multimodal que receba as actuais centenas de autocarros que chegam das Lundas, Cuanza-Norte e Malanje e tantas outras províncias e cujos parques são precários e nem estão interligados com outros serviços de mobilidade, em concreto os serviços de táxis, vans de transporte de mercadorias, etc.

As populações de Viana devem poder chegar à cidade sem passar pelo caos se não potenciando como meio principal de desanuviamento o transporte do Caminho de Ferro de Luanda, com vagões mais rápidos/torpedos, com mais frequências de um quarto em quarto de hora e com melhor conforto e informação online sobre o cumprimento dos horários em cada paragem.

É preciso construir uma plataforma intermodal no final da linha férrea (Zona do Bungo) que tenha disponíveis os autocarros de bom conforto e com linhas exclusivas para levar os cidadãos da via férrea para as suas áreas de trabalho na Mutamba, Alvalade, Vila Alice, etc;

É importante potenciar ainda mais as soluções já em vigor no uso do litoral marítimo para através dos meios aquáticos (falo dos Catamarãs, infelizmente avariados) termos mais utentes e expansão dos parques de estacionamento já exíguos para acomodar os utentes do Cacuaco, Kilamba, Benfica, Patriota e Talatona e sentirem que as suas viaturas estão em segurança, algo que não acontece actualmente;

No domínio energético, até para combater a poluição provocada pelos actuais meios de transportes públicos, deverá ser definida uma estratégia de alteração da matriz energética para o gás natural de todos os grandes meios de transporte das populações e serem criadas políticas de incentivos;

Um quadro analítico especial deverá ser dado ao fenómeno do transporte informal, alterando o seu quadro de relação com o utente e as necessidades da cidade distribuindo melhor as rotas e igualmente

redesenhar os limites que confinem as rotas às entradas na cidade;

Deverão ser lançados desafios para que as startups possam criar programas de gestão desse potencial de negócios, modernizando as formas de pagamento das corridas, mas baseadas num taxímetro que fixe o valor pelo tempo de uso dos mesmos face ao imbróglgio da não existência de paragens fixas das corridas, desfazendo o livre arbítrio dos taxistas; Sectorizar esses serviços é muito importante, evitando que umas rotas estejam com mais ofertas que outras, pelo que a sua presença deve obedecer às cotas que cada município deve poder definir, assim como os seus limites geográficos de actuação e padronização da classe das vãs;

Melhorar a qualidade da frota de táxi, seus logos de marca, quadro da sua lotação máxima, exigência de um novo padrão de conforto e segurança para os seus clientes, uma alteração que deve ocorrer no prazo de dois anos;

Apoiar o surgimento da UBER e outros serviços com iguais aplicações, mas com regras sobre a tipificação de viaturas, ano de uso e obrigação de renovação de frota e condições higiénicas e profissionais dos seus motoristas, e, como caso de estudo, sermos o oposto ao mau exemplo de Cape Town: taxistas mal trajados, de chinelos e com nível baixo de higiene dental e corporal;

No domínio do investimento em novas vias nas grandes urbes, deverá ser estipulado um percentual do valor da obra para que se realizem calcetamentos de passeios, novas calçadas pedonais, parques de patins, de basquetebol e de leituras, espaços com o elemento essencial de arborização que melhore as condições das caminhadas e descanso;

Rasgar as zonas pobres das cidades baseadas em betão criando em seu lugar as novas grandes áreas de jardins públicos que consigam melhorar o seu nível de ar, leve os utentes a caminharem pelas suas calçadas e diversas soluções paisagísticas que incluam os lagos artificiais;

Podemos concluir que precisamos de uma lei da Mobilidade urbana que deve ser aplicada em municípios com mais de vinte mil habitantes e uma visão muito “revolucionária” que coloque na ordem da gestão local do Cazenga, Sambizanga e tantos outros bairros e musseques os imperativos da moderna mobilidade;

Eis alguns desafios para Luanda que merecem uma atenção de longo prazo e liderança que conte com os municípios.

6.3 Governo de Luanda engaveta requalificação do histórico B.O

Jornal O PAÍS

28 De Junho de 2019

Texto: Ernesto Gouveia

Grande parte das ruas do Bairro operário, no distrito urbano do Sambizanga, em Luanda, apresenta um cenário que contrasta com a imagem que a história regista daquele emblemático ponto da capital do país.

As ruas e travessas continuam com muitas residências não demolidas, que não chegaram a ser abrangidas na primeira fase da requalificação.

A descaracterização do famoso «B.O.» é agravada pelo facto de muitas casas demolidas darem espaço a terrenos que agora servem de lugar de concentração de delinquentes, que, segundo os moradores, praticam actos de vandalismo, consumo e tráfico de drogas. A lavagem de carros é outra da actividade ali desenvolvida, para além das pessoas fazerem daquilo um balneário público, atentando a saúde dos moradores que vivem nas casas circundantes.

Fruto desse processo, que ficou apenas pelo começo, algumas famílias chegaram a ser realojadas noutras residências no Zango, município de Viana, e numa nova estrutura constituída por três novos edifícios, cada uma com cinquenta apartamentos, localizada no mesmo Bairro operário.

Alguns moradores que falaram à nossa reportagem apontam que o referido prédio, de 150 apartamentos, não serviu apenas para alojar os antigos moradores do bairro, coisa que para eles denunciou alguma falta de transparência no processo de entrega dos imóveis, uma vez que o referido edifício já fazia parte do projecto de requalificação urbana.

Adriano Zanga Mbongo, um dos mais antigos moradores do bairro, explicou que as únicas coisas que puderam ver foram o cadastramento e a demolição.

"Estamos em crer que esse processo não passou da segunda fase", revelou o munícipe.

Aquele morador explicou ainda que alguns vizinhos que foram removidos estão a reaver os respectivos terrenos até que haja algum pronunciamento das autoridades, na intenção de prevenir a usurpação.

Menezes, outro morador que beneficiou de um apartamento no único edifício moderno do bairro, acredita que a solução pode ser mais complexa.

"Diante dessa situação, o normal seria dar um esclarecimento aos órgãos associativos do bairro, concretamente a AMABO (Associação dos Naturais e Amigos do Bairro Operário), embora seja um dossier que está a ser tratado a nas instâncias superiores", conclui.

CACL «engaveta» requalificação Falta de dinheiro é a resposta dada pelas pessoas ligadas à administração do distrito urbano do Sambizanga para justificar a paragem desse projecto, que, pelo que se sabe, "não tem dia para retomar", tendo em conta os custos que envolvem este investimento.

Apesar desta informação, outra fonte ligada àquela repartição administrativa revela que o dossier está sob gestão da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) e consta também do programa de requalificação do Sambizanga e Cazenga.

7. TERRA

7.1 Governador apela à denúncia de infiltrados na zona do Zango I

Jornal de Angola
09 De Junho de 2019

O governador da província de Luanda, Sérgio Luther Rescova, apelou aos moradores do Zango I, município de Viana, para denunciarem os infiltrados que tentam obter casas ilegalmente.

Em declarações à imprensa, durante um encontro de audição com os moradores do Zango I, Sérgio Luther Rescova referiu que a entrega das residências depende de um trabalho conjunto entre o Governo Provincial e as comissões de moradores, de forma a impedir as acções dos aproveitadores.

"É necessário que as comissões de moradores denunciem os indivíduos infiltrados, no sentido das autoridades tomarem as medidas necessárias", referiu.

No encontro que teve com os ex - moradores da Ilha de Luanda e do Benfica, que vivem há mais de dez anos em casas de chapas no Zango I, o governador reconheceu o crescimento das famílias e lamentou a atitude de alguns cidadãos que pretendem aproveitar-se da situação para serem beneficiados.

Na reunião, os presentes elogiaram o gesto do Governo Provincial, pelo facto de procurar ouvir junto dos cidadãos as suas necessidades, bem

como mostraram-se disponíveis a trabalhar com o Governo Provincial na denúncia dos infiltrados.

O administrador do município de Viana, André Soma assegurou que vai ser feito um trabalho rigoroso de triagem para a obtenção do número real das famílias que residem na zona.

A Administração Municipal de Viana anunciou, em Maio, que seria realizado um combate rigoroso aos invasores de terrenos e infiltrados nesta parcela da província de Luanda, em colaboração com a Procuradoria-Geral da República (PGR).

7.2 Governo disponibiliza terra às margens do rio Cubango

Jornal de Angola
09 De Junho de 2019T
Texto: Lourenço Bule

Trezentos hectares das margens dos rios Cubango e Cuatir foram disponibilizados pela Administração Municipal do Cuangar para serem empregues em projectos agrícolas com potencial para reverter a escassez de alimentos que cerca de 20 mil populares daquela região enfrentam em consequência da seca.

A informação foi dada sexta-feira pela administradora municipal, Carla Cativa, que anunciou, para a concretização do projecto, a constituição de três cooperativas agrícolas compostas por 100 camponeses cada na sede municipal do Cuangar, nem como nas comunas do Savate e Bondo-Caíla.

A produção deve basear-se em cereais, tubérculos, raízes, hortaliças e leguminosas, disse Carla Cativa, salientando que a implementação do projecto permite que os camponeses aumentem as áreas e diversifiquem as culturas, deixando de correr riscos de passar fome pela falta de chuva.

Disse que as famílias camponesas seleccionadas para integrarem as três cooperativas vão beneficiar de formação técnica, inputs agrícolas e meios técnicos para o desenvolvimento das culturas e preparação dos solos. A Administração Municipal do Cuangar está a promover sessões de esclarecimento para que a população deixe de cultivar em zonas altas e apostar nas zonas ribeirinhas, ao longo dos rios, para que não seja afectada pela seca caso a chuva voltar a rarear.

Transumantes da Namíbia

Carla Cativa anunciou que mais de oito mil bovinos da Namíbia e da província do Cunene foram levados, ao longo dos últimos meses, para transumância nas margens do rio Cubango, no Cuangar, devido à seca severa que assola as localidades de origem.

A administradora advertiu que a transumância acarreta vários riscos, visto que a população pode ser afectada por patologias em face do desconhecimento das condições de sanidade do gado ido do Cunene e da Namíbia.

Salientou que esta situação tem dificultado o controlo do gado a nível no Cuangar, visto que os bovinos do Cunene e Namíbia são levados a atravessar diariamente para as margens do rio Cubango.

Carla Cativa notou que mais de 17 cabeças morreram devido à seca e três por mordedura de serpente no município do Cuangar.

7.3 Demolições em Viana preocupam deputados

Jornal de Angola

13 De Junho de 2019

Texto: Adelina Inácio e Bernadino

Manje

Uma delegação de deputados do grupo parlamentar da UNITA visitou ontem o distrito da Vila Flor, município de Viana, onde, segundo moradores, várias casas estão a ser demolidas por efectivos da Polícia Nacional, num perímetro em que se diz haver litígio entre dois cidadãos.

Os parlamentares da UNITA constataram no local as reclamações dos moradores que viram as suas casas demolidas há cerca de duas semanas. Segundo denúncias dos moradores, até ontem, já tinham sido demolidas mais de 30 residências. Durante a acção, segundo ainda os moradores, a Polícia terá detido, ilegalmente, nove moradores, dos quais dois foram soltos por serem menores.

Contactado pelo Jornal de Angola, o comandante municipal interino da Polícia Nacional, que quis identificar-se apenas com o nome Makengo, negou que os actos de demolição tenham o apoio da corporação. o que pode ter acontecido, disse, é que, para acautelar uma eventual reacção da população, a Administração Municipal tenha solicitado à Polícia Nacional para que proteja a equipa que está a efectuar as demolições.

"A Polícia não trabalha com martelo demolidor", sublinhou o comandante, que evitou entrar em mais pormenores sobre o assunto, convidando o jornalista a marcar uma entrevista para mais esclarecimentos sobre o caso.

Entretanto, ainda ontem, um grupo de moradores foi ouvido pela Provedoria de Justiça, que prometeu notificar a outra parte, no caso os dois cidadãos litigantes

7.4 Quatro fazendas são privatizadas em Julho

Jornal de Angola

20 de Junho, 2019

Texto: Leonel Kassana

O Instituto de Gestão e Participações do Estado (IGAPE) anunciou ontem, em conferência de imprensa, um concurso público aberto aos investidores nacionais e estrangeiros de reconhecida capacidade técnica e financeira, para a privatização, em Julho, das Fazendas do Longa e agro-Industrial do Cuimba, bem como dos Projectos de Desenvolvimento Agrícola de Camaiangala e Sanza Pombo, localizados nas províncias do Cuando Cubango, Zaire, Moxico e Uíge, respectivamente.

A esses quatros empreendimentos devem juntar-se outros 17, envolvendo matadouros industriais e modulares, fábricas de concentrado de tomate e entrepostos de frio em diferentes regiões do país.

O IGAPE apontou, na conferência de imprensa, os matadouros industriais de Camabatela, Porto Amboim e modulares de Luanda e de Malanje, as fábricas de concentrado de tomate de Caxito, Dombe Grande (onde também é privatizado um entreposto frigorífico) e Namibe, bem como complexos de silos nas regiões agrícolas de Caconda, Caála, Catabola, Catete e Ganda.

As empresas a serem licitadas tiveram uma avaliação independente, segundo foi revelado na conferência de imprensa. A Fazenda Cuimba tem um preço de referência de 35 milhões de dólares, a do Longa 29 milhões, Ca-maiangala 24 milhões e Sanza Pombo 23 milhões. Preços de referência que estarão próximos da avaliação feita, como explicou a chefe de Departamento de Privatizações do IGAPE, Ana Paulo.

Juntas, essas unidades totalizam 43 284 hectares, 18 384,8 dos quais de área produtiva, 1 200 irrigados, e 52 infra-estruturas, ao que se somam 152 quilómetros de estradas.

O administrador do IGAPE Gilberto Luther destacou o interesse de vários investidores nacionais e estrangeiros nos projectos colocados à licitação e disse esperar que essas “manifestações de interesse” correspondam ou superem os preços de referência das unidades submetidas a concurso.

“O Estado foi recebendo manifestações de interesse de várias entidades, procurando conhecer estes activos, pelo que podemos assegurar que têm uma grande atractividade”, disse.

Estado das fazendas

O engenheiro Carlos Paim, do Ministério da Agricultura e Florestas, explicou que todas as unidades já estiveram em funcionamento, estando paralisadas, mas em condições de reiniciar a sua actividade enquanto decorre o processo de licitação. “Aqueles que já funcionavam, como as do Longa, Sanza Pombo e Camaiangala, já colocaram no mercado alguma produção”, referiu.

O indicador de que as unidades a privatizar são viáveis, Carlos Paim referiu que, na campanha agrícola 2014/2015, a Fazenda Agro-Industrial do Longa produziu cerca de quatro mil toneladas de arroz comercial, a de Camaiangala três mil toneladas de milho, Cuimba cerca de 2 500 toneladas de milho em fase experimental, acrescentando que no conjunto garantiam cerca de 800 postos de trabalho directos nos mais variados escalões.

Adiantou que todas as unidades estão preparadas do ponto de vista técnico e em infra-estruturas para que entrem “imediatamente” em produção, necessitando apenas da injeção de algum capital do investidor para a manutenção dos equipamentos.

Carlos Paim destacou, sobretudo, a Fazenda Cuimba, que absorveu um investimento entre 80 e 82 milhões de dólares e que está totalmente equipada com tractores de baixa e alta cavalagem e outros meios essenciais para produzir.

Ressalvou, contudo, que, provavelmente, essa unidade não terá, hoje, o mesmo valor devido à conjuntura em que foi feito o investimento.

7.5 Privatização de fazendas vão render usd 111 milhões

Jornal Economia e Finanças

21 De Junho de 2019

Texto: Vânia Inácio

O Governo angolano prevê arrecadar, pelo menos 111 milhões de dólares com a venda de activos de 4 fazendas agro-industriais nas diversas regiões do país.

De acordo com o administrador do Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE), Gilberto Luther, o concurso público, que teve início a 16 de Junho último, tem como objectivo, além de arrecadar receitas, garantir que as

privatizações dessas fazendas consigam atingir a sua produção máxima e garantir empregos directos.

"O que nós procuramos, são candidatos com competências, não somente financeiras, mas sobretudo, que tenham capacidade técnica e de reinvestimento para atingir a produção máxima destas fazendas", informou.

O responsável que falava na conferência de imprensa para apresentação do concurso público das fazendas agro-industriais, disse na ocasião que embora as fazendas tenham produzido já alguns cereais, sobretudo em 2014, encontram-se paralisadas há já alguns anos, mas em bom estado de conservação.

"Já temos sinais de interesse de alguns investidores nacionais e internacionais. O que se espera é que esses interesses se materializem e que correspondam as expectativas.

De acordo com os dados do IGAPE a fazenda Sanza Pombo (Uíge), tem o preço inicial de referência de 23 milhões de dólares, Camaiangala (Moxico), 29 para a fazenda do Longa (Cuando Cubango) e 3S para a fazenda do Cuimba (Zaire).

A fazenda do Cuimba, segundo o representante do Ministério da Agricultura, ... tem uma área bruta de 9.433 hectares, cujo valor total do investimento ronda os 81 milhões de dólares.

"A fazenda do Cuimba, ao contrário das outras, tem praticamente zero quilómetro e curiosamente, acabaram de ser apetrechadas recentemente", afirmou.

No que diz respeito a capacidade produtiva, das fazendas de Camaiangala, Sanza Pombo, bem como a do Longa estas ocupam uma área total de 18 mil, 9 mil 418 e 5 mil hectares, respectivamente.

O concurso público, se estenderá até Setembro, altura em que se efectuará análise das ofertas finais, e a entrega das respectivas fazendas aos investidores vencedores.

Quanto aos requisitos, os candidatos deverão ter a situação fiscal regularização, contabilidade organizada e para os candidatos estrangeiros, deve-se adicional o registo criminal actualizado.

Intenção

Em declarações ao JE, o secretário de Estado da Agricultura e Pecuária, José Carlos Bettencourt disse que o Executivo pretendia submeter a concurso público seis fazendas, com vista a relançar a actividade produtiva.

Na altura o governante tinha dito que os operadores que venceriam o concurso deveriam produzir, com o objectivo de se recuperar os mais de 10 bilhões de dólares que o Estado alocou.

7.6 Edifícios degradados estão a ser cadastrados

Jornal de Angola
24 de Junho, 2019

Texto: António Gonçalves

O Governo de Benguela está a efectuar o cadastramento dos edifícios da província em estado avançado de degradação, para serem reabilitados ou demolidos, segundo o chefe de Departamento de Promoção e Reabilitação Imobiliária do Gabinete Provincial de Infra-Estruturas e Serviços Técnicos, Fernando Ekuma.

De acordo com o responsável, já estão cadastrados mais de 100 edifícios. “A prioridade do processo de intervenção recai para os edifícios públicos/institucionais, tarefa para a qual está a ser desenvolvido um processo de identificação e catalogação e cada município forneceu uma lista de edifícios em avançado estado de degradação”.

Segundo o engenheiro José Vieira, chefe da repartição municipal dos Serviços Técnicos, uma comissão multisectorial está a ser criada para intervir nos edifícios degradados no município sede da província, da qual deverão fazer parte técnicos ligados ao Laboratório de Engenharia de Angola, aos bombeiros, à Ordem de Engenheiros, ao Gabinete de Infra-Estruturas e as associações técnicas.

A referida comissão deverá elaborar um relatório conjunto sobre o estado dos edifícios, para permitir a reabilitação ou a demolição, em caso de não ser possível qualquer recuperação.

Para Ricardo Coelho, da Ordem dos Engenheiros de Angola, é igualmente necessária a responsabilização, nos casos de construções que apresentam dados de falta de qualidade e falhas técnicas.

“Quando uma construção apresenta danos logo à nascença as próprias entidades construtoras devem ser responsabilizadas, o que não acontece neste momento”, sublinhou o engenheiro.

7.7 Denunciada burocracia na legalização de terras

Jornal de Angola
25 de Junho, 2019

Texto: Venâncio Victor

O processo de legalização de terras comunitárias para fins agrícolas é feito com muita burocracia, o que constitui actualmente uma das preocupações mais prementes dos camponeses, que clamam por apoios para a obtenção de títulos de propriedade.

A preocupação foi manifestada no último fim-de-semana, pelo director da unidade de projectos e desenvolvimento da Organização Não Governamental Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Carlos Cambuta, quando fazia o balanço do XX encontro de formação em desenvolvimento comunitário, dirigido aos quadros da ONG, das províncias de Malanje, Luanda, Cunene e Huíla.

Carlos Cambuta disse que a ADRA continua empenhada no apoio aos pequenos agricultores, no que diz respeito à necessidade de terem as terras legalizadas, já que, como acrescentou, continua a ser uma preocupação premente dos camponeses. “Este processo continua ainda a ser burocrático e procuraremos intensificar acções de advocacia junto das instituições competentes do Estado, para que os camponeses se sintam cada vez mais protegidos”, declarou.

No entender de Carlos Cambuta, as administrações municipais devem ser as principais instituições interessadas na defesa das terras dos camponeses, se for tido em conta que actualmente as terras constituem as principais fontes de riqueza de muitas famílias, sobretudo aquelas que vivem no meio rural.

Mitigação da estiagem

Carlos Cambuta disse que a ADRA desenvolve acções para ajudar a mitigar o impacto da seca no Sul do país, com a instalação de sistemas de retenção de água para o consumo e actividades agrícolas, que têm estado a beneficiar várias famílias.

A Organização Não Governamental Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, acrescentou, está a implementar cerca de 20 projectos em todo o

país, apoiando 300 organizações locais, entre associações, cooperativas agrícolas e mais de trinta mil pequenos agricultores.

Segundo Carlos Cambuta, estão também a ser implementados projectos que têm a ver com a criação de caixas comunitárias, em várias províncias, que permitem aos pequenos agricultores ter acesso e adquirir bens para desenvolver as suas actividades produtivas.

A acção formativa visou contribuir para o aumento da capacidade dos quadros, tendo em vista a prática da intervenção social, bem como as questões técnicas e metodológicas do desenvolvimento comunitário.

7.8 Governo de Luanda engaveta requalificação do histórico B.O

O PAÍS

28 De Junho de 2019

Texto: Ernesto Gouveia

Grande parte das ruas do Bairro operário, no distrito urbano do Sambizanga, em Luanda, apresenta um cenário que contrasta com a imagem que a história regista daquele emblemático ponto da capital do país.

As ruas e travessas continuam com muitas residências não demolidas, que não chegaram a ser abrangidas na primeira fase da requalificação.

A descaracterização do famoso «B.O.» é agravada pelo facto de muitas casas demolidas darem espaço a terrenos que agora servem de lugar de concentração de delinquentes, que, segundo os moradores, praticam actos de vandalismo, consumo e tráfico de drogas. A lavagem de carros é outra da actividade ali desenvolvida, para além das pessoas fazerem daquilo um balneário público, atentando a saúde dos moradores que vivem nas casas circundantes.

Fruto desse processo, que ficou apenas pelo começo, algumas famílias chegaram a ser realojadas noutras residências no Zango, município de Viana, e numa nova estrutura constituída por três novos edifícios, cada uma com cinquenta apartamentos, localizada no mesmo Bairro operário.

Alguns moradores que falaram à nossa reportagem apontam que o referido prédio, de 150 apartamentos, não serviu apenas para alojar os antigos moradores do bairro, coisa que para eles denunciou alguma falta de transparência no processo de entrega dos imóveis, uma vez que o referido edifício já fazia parte do projecto de requalificação urbana.

Adriano Zanga Mbongo, um dos mais antigos moradores do bairro, explicou que as únicas coisas que puderam ver foram o cadastramento e a demolição.

"Estamos em crer que esse processo não passou da segunda fase", revelou o munícipe.

Aquele morador explicou ainda que alguns vizinhos que foram removidos estão a reaver os respectivos terrenos até que haja algum pronunciamento das autoridades, na intenção de prevenir a usurpação.

Menezes, outro morador que beneficiou de um apartamento no único edifício moderno do bairro, acredita que a solução pode ser mais complexa.

"Diante dessa situação, o normal seria dar um esclarecimento aos órgãos associativos do bairro, concretamente a AMABO (Associação dos Naturais e Amigos do Bairro Operário), embora seja um dossier que está a ser tratado a nas instâncias superiores", conclui.

CACL «engaveta» requalificação Falta de dinheiro é a resposta dada pelas pessoas ligadas à administração do distrito urbano do Sambizanga para justificar a paragem desse projecto, que, pelo que se sabe, "não tem dia para retomar", tendo em conta os custos que envolvem este investimento.

Apesar desta informação, outra fonte ligada àquela repartição administrativa revela que o dossier está sob gestão da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) e consta também do programa de requalificação do Sambizanga e Cazenga.

8. SERVOÇOS BÁSICOS

8.1 Empreitada JLO «devolve» à Soares da Costa obras retiradas por JES

Novo Jornal

07 De Junho de 2019

Texto: NJ/ AGÊNCIA

A construtora Soares da Costa vai retomar a sua participação num consórcio responsável pelas obras de alargamento da rede de abastecimento de água em Luanda, projecto avaliado em 324,3 milhões de dólares, segundo um Despacho Presidencial de 3 de Junho.

No despacho, o Presidente João Lourenço revoga, "com efeitos repristinatórios", os despachos assinados em Julho de 2017 pelo seu antecessor, José Eduardo dos Santos (JES), que aprovaram a "cessão da posição contratual e respectivas responsabilidades" por parte da Soares da Costa nas obras a uma outra empresa de origem portuguesa.

João Lourenço justificou essa decisão com o facto de a construtora portuguesa estar "em condições de assumir as suas obrigações" decorrentes dos dois contratos anunciados no início de 2016, avaliados em 324,3 milhões de dólares.

O Presidente angolano referiu também que "a cessão da posição contratual" - decisão de 2017- para a construtora Centro Cerro "não foi concluída e formalizada". Estes contratos referem-se às intervenções nos lotes B1 e B7 que seriam realizadas por um consórcio constituído pelas empresas Degremont, Mota-Engil e Soares da Costa.

O primeiro contrato envolvendo as duas portuguesas prevê a realização de estudos, projecto e construção de captação, estação de bombagem de água bruta, conduta elevatória e estação de tratamento para o denominado Sistema 4 (B1-TA), em Luanda, por 313,8 milhões de dólares. Já o segundo envolve a realização de estudos e construção de uma estação de tratamento de água de processo, no mesmo sistema, por 10,3 milhões.

Fonte oficial da Soares da Costa explicou à agência Lusa que as obras ainda não começaram e assinalou, além desses dois lotes, também o lote B3 será intervencionado pelo consórcio.

Segundo a mesma fonte, as três intervenções estão avaliadas em 320 milhões de euros, sendo que a

Soares da Costa receberá 90 milhões de euros, e que o financiamento está assegurado pelo Banco Mundial, com o Banco Millenium Atlântico a prestar garantias bancárias.

324,3 Milhões é em quanto estão avaliadas as obras que foram restituídas à construtora portuguesa Soares da Costa.

8.2 Escassez de Água gera especulação no Cunene

Jornal Economia e Finanças

07 De Junho de 2019

O governador do Cunene, Virgílio Tyova, denunciou, terça-feira, em Ondjiva, haver populares a realizarem cobranças para cederem espaços com água

e pastos aos animais em transurnência devido à seca que assola à província desde Outubro de 2018.

O governante que falava num encontro de auscultação com as autoridades tradicionais oriundas dos seis municípios, disse que essas acções de aproveitamento por parte de cidadãos devem ser reprimidas e condenadas, pois a situação actual exige partilha de recursos (água e pastos) para sobrevivência dos animais.

Virgílio Tyova sublinhou que o assunto deve ser resolvido imediatamente com as administrações municipais para se travar essa prática que afecta os animais em transurnância, Garantiu que esforços continuam a ser envidados para se reverter a actual situação que afecta também a população. Actualmente estão no processo de transurnância 179 mil animais no Cunene.

Por falta de pasto e água no Cunene já morreram 26 mil, 267 animais a nível dos seis municípios, uma realidade triste e a única salda para os criadores é a transurnância procurando zonas de pasto.

Em Abril último uma equipa do Núcleo de Águas Subterrâneas (NAS) do Ministério da Energia e Águas (MINEA), munida de meios, trabalhou na província, para abertura de novos furos de água e a reabilitação dos actuais no âmbito das acções para mitigar os efeitos da seca nessa região Sul do país.

Os novos furos estão a servir para aumentar a capacidade de captação e disponibilização de água, quer para consumo humano, quer para abeberamento do gado, em tempo seco ou de escassez pela seca.

8.3 Instituto vai melhorar serviços de electricidade e água no país

Jornal Economia & Finanças

07 DE Junho de 2019

O Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e de Água (IRSEA) passará a utilizar um software de gestão denominado KPI's, com vista a maximizar e melhorar os serviços de electricidade e água em Angola, anunciou o chefe de Departamento de Fiscalização Técnica e Qualidade de Serviço de Electricidade, Adérito Manico.

Em declarações à Angop, o responsável frisou que com o respectivo projecto espera-se mais monitorização e fiscalização das actividades do sector eléctrico, com foco para uma maior qualidade dos serviços prestados pelas empresas do sector.

Segundo o responsável, que falava à margem do workshop sobre "Indicadores Chave de Desempenho KPI's", no actual contexto, marcado pela competitividade, a adopção do sistema de medidas KPI's visam administrar e melhorar os resultados das empresas em Angola.

O referido projecto servirá também para medir o desempenho de cada organização e comparar os resultados obtidos com os planeados, visando a maximização na melhoria dos serviços nas áreas de finanças, número de atendimento, tempo de resposta às reclamações, eficiência, entre outras.

De acordo com Adérito Manico, o programa vai contar com um sistema automatizado que permitirá ainda aos colaboradores captar, informar e partilhar as informações de forma ágil e transparente. O workshop contou com a participação de entidades públicas e privadas, abordou temas como visão geral do projecto dos indicadores KPI's, introdução do processo KPI's planificação de projecto, entre outros.

8.4 Saúde e segurança «afundadas» nas águas do canal do Kikuxi

Novo Jornal

07 De Junho de 2019

Texto: Dulcineia Lafua

Apesar dos riscos de afogamento que o canal de água do Kikuxi, no distrito com o mesmo nome, em Viana, apresenta, o local é disputado, por um lado, pelos moradores dos bairros adjacentes que insistem em mergulhar no canal, acarretar água, lavar louça e roupa e, por outro, por marginais que aproveitam

para perpetrar acções criminosas e afogar as Suas vítimas.

Mesmo com o alerta dos bombeiros para os perigos decorrentes da profundidade do canal, que conta com 17 km de comprimento e oito de profundidade, o Novo Jornal constatou no local que adultos, jovens e crianças mergulham naquelas águas diariamente, enfrentando todos os riscos. Durante a reportagem, vários cidadãos vergavam-se com baldes e bidões para tirar a água directamente do canal que abastece Viana, Sapú, Camama, Benfica, Talatona, Calemba 2, Nova Vida, Centralidade do Kilamba e outras zonas de Luanda.

Moradores dos bairros adjacentes confirmaram que a maior parte da população usa o canal para fins diversos.

A cidadã, que se encontrava a lavar roupa numa tábua em companhia de outras mulheres na margem do canal, contou que viver naquela zona tem sido muito difícil, uma vez que o bairro carece de vários serviços básicos.

"Não temos escolas, nem hospitais, nem luz da rede pública, tudo aqui é privado, a única coisa que temos de graça é mesmo só esta água do canal do Kikuxi", frisou.

Domingos Francisco, outro cidadão que diariamente faz uso do canal, contou que percorre aproximadamente 100 metros para conseguir água gratuita para a família. Com um carro-de-mão cheio de garrafas, Domingos denunciou igualmente que a criminalidade, protagonizada em grande parte por adolescentes, é o outro «calcanhar de Aquiles» dos moradores.

Os meliantes, de acordo com os relatos de Domingos, escondem-se nos viveiros e plantas comercializados no local e depois surpreendem as vítimas.

"Eles matam e atiram o corpo na água para darem a entender que a vítima morreu afogada. No mês passado um vizinho foi assassinado e o corpo foi encontrado no canal do Kikuxi com sinais de espancamento", revelou.

Crianças enfrentam perigos de afogamento

Enquanto decorria a ronda pelo canal do Kikuxi, a lente do repórter de imagem do Novo Jornal captou momentos em que várias crianças, no calor da inocência, davam mergulhos naquela vala, como se tratasse de uma piscina, sob o olhar despreocupado de muitos adultos.

"Os meus pais não sabem que eu estou aqui, eles foram trabalhar, então aproveitei vir dar um mergulho com os meus amigos. Vivemos aqui bem perto, no Zango [a poucos metros do canal]", disse Luizinho, de 11 anos.

Já o seu amigo Zé, de 13 anos, depois de dar um mergulho, segurando-se sobre uma corda para evitar um possível afogamento, diz ter noção da profundidade e do perigo que corre ao tomar banho no canal, mas justificou-se dizendo que "sabe nadar".

"O canal é perigoso, mas para mim não, porque sei nadar, mas só ficamos com raiva porque os polícias nos dão corrida para não tomarmos banho aqui", disse o adolescente, ignorando os riscos a que está sujeito.

Nas imediações do canal, há dois postos policiais onde se encontravam alguns agentes da ordem que, sob anonimato, confirmaram o elevado índice de criminalidade na zona.

De acordo com um dos oficiais da polícia, a zona não tem sido tranquila. Os jovens delinquentes assaltam quintas, viaturas e populares que aí transitam, sobretudo no início da noite.

"Tem sido assustador, mas temos feito tudo para inverter o quadro. Estamos aqui para garantir a segurança. Além disso, a nossa outra missão é evitar que as pessoas, sobretudo as crianças, tomem banho aqui no canal porque tem havido muitos afogamentos", contou o policial entrevistado.

EPAL promete pôr fim à vandalização do canal

Fonte da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) desaconselha a vandalização do canal do Kikuxi e pede aos populares para deixarem de utilizar o espaço como fonte de rendimento, de sobrevivência ou de lazer.

De acordo com a mesma fonte, há um projecto em curso de vedação do espaço que pretende pôr fim à vandalização do canal, assim como reduzir número de afogamentos.

O canal, recorde-se, foi construído entre o rio kwanza, em Calumbo, e a estação de tratamento do Kikuxi.

8.5 Seca provoca grande transumância do gado

Jornal de Angola

09 De Junho de 2019

Texto: Arão Martins

A entrada, em grande escala, de gado bovino no município dos Gambos fez deslocar, recentemente, o governador provincial da Huíla, Luís Inês, aos locais de maior concentração de gado, onde estima-se que mais de 60 mil cabeças estão concentradas. O número aumenta todos os dias.

Tchimuti Alfredo, em companhia dos seus irmãos, ordena a vaca que acaba de parir dois vitelos, apesar da longa caminhada. Com a falta de água e pasto, as vacas diminuíram a produção de leite, que, além de alimento, é usado também na feitura da pedra tipo, destinada ao bronzeamento do corpo feminino. "Quando não há água e pasto para o gado, as vacas também deixam de produzir leite", explicou à reportagem do Jornal de Angola Tchimuti Alfredo.

Com o cabelo repartido em duas tranças (semelhantes aos chifres do gado), Tchimuti, oriundo do município do Curoca, tem na sua posse 250 cabeças de gado e lamenta o sofrimento constante, não só das pessoas, mas também do gado que anualmente percorre longas distâncias à procura de pasto e água para beber. "Sofremos muito. Se para algumas pessoas conservar a riqueza é instalar-se em casa, para nós é percorrer longas distâncias e estar submetido ao perigo de ataques de animais ferozes e a doenças", lamentou.

Com cerca de 300 bovinos, o idoso Alfredo Muheny, na companhia de cinco irmãos, tem concentrada a manada na localidade de Mafuefue, na Cahila, Vukuhuque Tyuma, nos Gambos.

No Vale do Chimbolelo, na localidade de Cahila, mais concretamente no Mafuefue, estão concentradas mais de 3 mil cabeças de gado.

Alfredo Muheny disse que há três anos que na zona de origem do gado deixou de chover, o que fez com que os animais ficassem desprovidos de capim e água. Na caminhada que durou mais de 7 dias, informou, morreram 50 animais, com realce para os vitelos com

menos dias de vida. "Os lobos e os mabecos estão a devorar os animais, porque atravessamos matas fechadas", lamentou o idoso pastor, acrescentando: "pelos nossos animais, nos sacrificamos. Corremos o risco de perder a vida porque enfrentamos os animais ferozes".

Apesar de tudo, ele mostrou-se satisfeito pelo acolhimento do povo dos Gambos.

Sapalo Paulo veio de Otchijau, município da Cahama, província do Cunene. Instalou-se na Tunda dos Gambos há mais ou menos dois meses.

"Levamos uma semana para atingir esta localidade. Perdemos mais de 20 cabeças por causa da fome e do sacrifício da viagem. Além da fome, ao longo do trajecto os lobos e os mabecos atacaram os bois", disse, informando que trouxe consigo 210 bovinos. Morreram 11.

"Nos Gambos há capim, mas a água é insuficiente. Ao contrário da Cahama, onde existe água e falta capim", explicou. "Temos as nossas famílias, mas nos sacrificamos pelo nosso gado, que é a nossa principal riqueza. Se no mar tem peixe e nas Lundas diamantes, a nossa riqueza aqui no Sul é o gado. Por isso temos de conservar este bem", confessou Sapalo Paulo.

O regresso dos criadores de gado às suas zonas de origem no Cunene e no Namibe está dependente do início das chuvas. E como é que ficam a saber que lá já está a chover? Através de um emissário enviado pelas autoridades tradicionais, que traz a boa nova: "podem regressar com os animais, na nossa terra já está a chover".

Venda sem lucro

Os criadores de gado que imigraram das províncias do Namibe e Cunene enfrentam dificuldades de alimentação. Por isso estão a vender algumas cabeças, a preços que variam dos 10 mil aos 20 mil kwanzas.

"Por causa da seca está difícil cultivar e alimentarmos de carne. Para nos sustentarmos temos que vender alguns animais. Infelizmente, o preço do boi está entre 10 mil e 20 mil kwanzas. Assim é difícil suprir as necessidades", lamentou o criador Pedro Muthiti.

Muthiti esclareceu que está na natureza do povo muhimba alimentar-se predominantemente de carne e que os criadores vendem algumas cabeças de gado para comprar fuba de milho, massango e outros bens alimentares' e não só, para suprir as necessidades básicas.

Mas a verdade é que o preço dos animais vendidos nessas condições é muito baixo.

Movimentação do gado Mais de 30 mil bovinos provenientes da Cahama e Curoca, na província do Cunene, e Virei, no Namibe, estão concentrados nas regiões do Chimbolelo e Taka, no município dos Gambos.

"O gado está a movimentar-se de zonas distantes para os Gambos e isso é preocupante", disse a este jornal Mariana Chiloca Soma, directora provincial da Agricultura. "A água existe nos Gambos mas é insuficiente. O mesmo acontece com o pasto", acrescentou.

Mariana Soma reconheceu que o movimento transumante é milenar, mas sublinhou que actualmente, no Vale do Chimbolelo, dada a grande demanda por pastos e água, "o gado começa a ficar sufocado pela insuficiência destes recursos".

Segundo a responsável, a situação ficou agravada porque as chuvas este ano foram escassas.

Gado da Namíbia

A directora provincial da agricultura disse que decorre um estudo para identificar a existência de gado proveniente da República da Namíbia.

"Na verdade, existe gado a movimentar-se desde o Ruacaná, que é a fronteira com a Namíbia, aos Gambos, na Huíla. E há a necessidade de se promover um trabalho aturado para melhor controlo da origem dos animais que se estão deslocar para a Matala e Gambos", defendeu.

Algum gado que está em transumância para a Huíla é portador de doenças, o que faz aumentar a preocupação das autoridades governamentais. Mariana Soma informou que para contornar tal situação, o governo provincial da Huíla está a articular com o do Cunene acções coordenadas de vacinação do gado, tanto o já concentrado como o que ainda está em viagem aos locais de pasto. A vacinação será contra a peripneumonia, carbúnculos externos e internos e a dermatite nodular, por serem as doenças a que os bovinos estão mais propensos. Prevê-se ainda minimizar o impacto da seca com a oferta da água.

Cenário de fome

A seca nos Gambos afecta mais de 40 mil pessoas. O administrador municipal, Elias Sova, declarou a esta reportagem que decorre um levantamento para incorporar nas estatísticas a população que chegou com o gado em transumância, de modo a

beneficiarem do programa de emergência e de apoio aos sinistrados da seca.

"É uma população que está a chegar agora e não estava prevista. Esta população vai ser inserida nos beneficiários do programa de emergência, para terem comida", disse.

O Governo provincial da Huíla, salientou Mariana Soma esta preocupado com o gado junto ao Parque Nacional do Bicular.

"O convívio do gado na zona adjacente ao Parque Nacional do Bicular constitui preocupação. A maior parte do gado que não encontra pasto nas áreas normais de pastagem está a dirigir-se a esta zona. É preciso uma acção coordenada com o gabinete provincial do Ambiente, de forma a mitigar os efeitos da utilização parcial do parque do Bicular para o pasto", disse.

A responsável defendeu a pertinência de discutir e articular com os fazendeiros ao longo do Vale do Chimbolelo, para que tenham uma relação equilibrada com os criadores.

Famílias afectadas

Mais de 40 mil pessoas estão directamente afectadas pela seca no município dos Gambos. Com os recursos que foram disponibilizados pelo Presidente da Republica, está-se a minimizar os efeitos da seca com a abertura de furos.

"Os furos são prioridade absoluta, porque com a presença de água é mais fácil criar outros projectos, desde a pequena agricultura sustentável com sistemas de regadio e o cultivo do próprio pasto", segundo Mariana Soma.

Sanidade animal

No sector da Taka, agro-pecuário por excelência, está em curso a construção de uma unidade de formação sanitária, que vai incluir uma residência para o técnico de veterinária e a sua área de trabalho, corri mangas de vacinação para os gados bovino e caprino.

A Taka vai ser um lugar onde o gado nativo e o que vem do Virei terão apoio e acompanhamento da Veterinária. A par disso, vai continuar a sensibilização e mobilização dos criadores sobre o melhor maneio do gado com vista a evitar as doenças.

"Há comunidades que fazem a criação de gado de forma extensiva, exploram pouco as suas manadas. Temos de as mobilizar para aumentarem os níveis de extracção e as manadas serem renovadas", explicou Mariana Soma.

Seca preocupa

O Executivo liderado pelo Presidente João Lourenço gizou um programa de emergência contra a seca no Sul, para ser executado a curto prazo. Para a província da Huíla foram disponibilizados cerca de 2 mil milhões de kwanzas.

Está em curso a abertura de novos pontos de água nas localidades de Ngandji, Vukuhuque Tyuma, Mbaque Mphangui, Tyelequela, Marnbonde Kamunhino e Vimphonda Kamphanda. Na Taka estão a ser abertos pontos de água na Lupanga Ntanda, Lundo, Tyimuenha, Yecuti, Mahuarnbado, Ngueiva e Tyovisinde. Vão ainda ser reabilitados os pontos de água de Tchimbolelo e de Duvangue.

De acordo com o governador provincial da Huíla, Luís unes, já decorre a construção de 9 sistemas de água na localidade da Taka e um na Embala do Rei. Está também em curso, segundo Luís Nunes, a requalificação e ampliação da rede de distribuição de água da vila do Chiange.

os municípios da Chibia, Quipungo e Quilengues, indicou, vão ser construídos 12 sistemas de água em cada um deles. "Ainda no âmbito deste projecto e para facilitar a sua execução, serão terraplanados cerca de 75 quilómetros de estrada", salientou o governador Luís Nunes.

8.6 Governo prevê recuperar centenas de furos de água

Jornal de Angola

10 De Junho de 2019

Texto: Domingos Calucipa

A província do Cunene, no quadro do Programa de Investimentos Públicos, este ano vai dar prioridade à recuperação de furos de água, com vista a melhorar o abastecimento à população, principalmente nas regiões fortemente afectadas pela seca, afirmou o vice-governador para o sector Técnico e Infra-estruturas, Édio Sambwaco.

Em entrevista concedida à Angop e ao Jornal de Angola, Édio Gentil Sambwaco disse que está prevista a reabilitação de cerca de 320 furos inoperantes, de um total de 740 que a província possui.

O vice-governador do Cunene adiantou que o que se pretende é a recuperação, numa primeira fase, de 28 furos de água por cada um dos seis municípios e onde a reabilitação não for possível vão ser

construídos novos sistemas, no quadro das medidas de emergência contra a seca.

Nos municípios do Curoca, Cuanhama, Cahama, Ombadja e Namacunde, segundo constatações feitas pelo Jornal de Angola, boa parte dos furos de água, equipados com bombas a manivela, colocados ao longo das vias, encontram-se fora de serviço e em estado de abandono.

Por falta de sistemas de água, as populações dessas zonas, em particular do Curoca, percorrem dezenas de quilómetros para encontrar pequenos poços que ainda conservam um pouco de água, resultante das chuvas da época anterior.

Nos municípios de Ombadja, Cuanhama, Cahama e Namacunde, além do recurso a pequenos poços, muitos deles com mais lama do que água, a população socorre-se às cacimbas. Nas referidas localidades há relatos de desabamento de cacimbas mal feitas, que muitas vezes provocam vítimas mortais.

O rei de Ombala de Onaluheque, município de Ombadja, Mário Satyipamba, disse que na sua localidade o deslizamento de terras no interior das cacimbas já causou a morte de uma pessoa e o ferimento de duas outras.

Obras paradas

Várias obras de impacto social estão paralisadas na província do Cunene, devido à crise financeira que afecta o país. Na cidade de Ondjiva, por exemplo, estão paralisadas as obras de uma escola de 26 salas de aula de aula, no bairro Kashila, e outra de 24 salas no bairro Kaculuvale, desde 2016.

Ainda na cidade de Ondjiva está por concluir um edifício para albergar doze departamentos provinciais e uma quadra polidesportiva no bairro Kashila.

Está por apetrechar o Hospital Municipal do Cuanhama e a casa da cultura, esta última com múltiplas funções e obras concluídas há mais de três anos.

Na povoação de Santa Clara, município de Namacunde, não foi concluída uma escola para o ensino primário, de 24 salas, o que faz com que muitos alunos fiquem fora do sistema de ensino ou estudem ao ar livre.

Na sede municipal de Ombadja estão paralisadas as obras na repartição fiscal, assim como do palácio da justiça, que tiveram início em 2010. Uma vez concluído, o palácio contribuiria no descongestionamento da cidade capital do Cunene,

quanto aos serviços de registo civil, identificação, notariado, conservatória, tribunal e muitos outros serviços.

Estão igualmente paralisadas as obras de asfaltagem dos troços Otchindjau/Oncocua, de 66 quilómetros, Xangongo/Calueque, de 88 quilómetros, Ondjiva/Omala, de 80, bem como o de Ondjiva/Omdala-yo-Mungo, de 72 quilómetros.

Segundo o vice-governador do Cunene para o Sector Técnico e Infra-estruturas, a paralisação das obras deve-se ao incumprimento, por um lado pelo dono da obra, o Governo, por falta de cabimentação financeira, e por outro, pelos empreiteiros, devido à escassez dos materiais de construção e a consequente subida dos preços.

Édio Sambwaco disse que um dos troços que deve merecer intervenção urgente é a via Xangongo/Canganda, devido a sua degradação, o que tem criado grandes embaraços à população no escoamento de produtos cultivados na cintura verde daquela zona norte do município de Ombadja.

8.7 Água potável chega a mais bairros no Bié

Jornal de Angola

15 De Junho de 2019

Texto: Matias da Costa

Os bairros Njele, Azul, Cemitério e Militar, arredores da cidade do Cuito, na província do Bié, vão contar, a partir de Agosto próximo, com mais cinco mil ligações domiciliárias, segundo a directora do Gabinete de Comunicação e Marketing da Empresa de Água e Saneamento.

Cada Ramos acrescentou que o projecto visa reforçar o abastecimento de água na cidade do Cuito, com o novo sistema de captação e distribuição construído a partir do rio Cuquema.

O sistema comporta uma rede de distribuição com 57 quilómetros e já permitiu 2.827 ligações domiciliárias. "Pretendemos atingir, dentro dos próximos dias, os números preconizados, para levar à água aos municípios do Cuito", sublinhou Carla Ramos.

A directora do Gabinete de Comunicação e Marketing da Empresa de Água e Saneamento explicou que, no dia 30 do mês em curso, a construtora "CR20" vai efectuar, de forma experimental, a distribuição de água em residências do Cuito onde estão a ser feitas as ligações domiciliárias.

Segundo Carla Ramos, a Empresa de Água e Saneamento do Bié tem mobilizadores sociais que trabalham em bairros, para passar as informações e arrolar o maior número de clientes, tendo acrescentado que o processo de formalização de contratos decorre sem burocracias e são cobrados valores fixados em 4.800 kwanzas.

Em relação aos bairros Cambulucuto, Catemo, Cangalo e Piloto, Carla Ramos disse que os contadores colocados em várias residências foram vandalizados. Alertou aos mobilizadores no sentido de desenvolverem acções de sensibilização junto dos moradores interessados a efectuar o primeiro contrato, para permitir as ligações domiciliárias empresa de Água e Saneamento do Bié controla 14.14 ligações domiciliárias no Cuito, 8.977 clientes cadastrados, de um universo de mais de 40 mil pessoas que beneficiam de água potável.

8.8 EPAL, faz limpeza no canal de Kikuxi

Jornal de Angola
17 De Junho de 2019

A Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL) realiza trabalhos de limpeza no canal do Kassaqui (Calumbo), no sentido de melhorar os níveis de distribuição no sistema três no Kikuxi (Viana).

A informação foi avançada na sexta-feira pelo director de Produção, Albano Neca, que sublinhou que a manutenção do canal do Kassaqui vai permitir que a água nas estações de bombagem atinja os níveis desejados.

Albano Neca informou que os trabalhos de limpeza no canal, que vão durar oito dias, consistem em retirar matérias orgânicas vindas do rio kwanza.

Albano Neca afirmou que devido à manutenção feita no canal, reduziu-se a distribuição no sistema três (Kikuxi) que alimenta as Estações de Tratamento da Águas (ETA) de Luanda Sudeste, Kikuxi 1 e 2 e a de Luanda-Sul.

Albano Neca esclareceu que as restrições têm afectado, nos últimos dias, a distribuição no município de Belas, Kilamba Kiaxi, Viana, Talatona e o no município de Luanda a zona da Maianga.

Segundo o director de Produção da EPAL, estão em actividade no local, 12 máquinas e 20 trabalhadores.

Este trabalho, disse Albano Neca, é feito anualmente no tempo seco, o que explica a quebra dos níveis de produção e a consequente baixa na distribuição.

Albano Neca informou que está a ser construindo no local um novo canal, revestido com cimento, que permitirá manter os níveis de captação.

Localizado no rio kwanza, o canal de captação de águas do Kassaqui alimenta o sistema três, na zona do Kikuxi (Viana), que por sua vez abastece cinco dos nove municípios de Luanda.

8.9 Abastecimento de água volta à normalidade

Jornal de Angola
20 de Junho, 2019
Texto: Helma Reis

O abastecimento regular de água potável aos municípios de Luanda, Belas, Viana, Kilamba Kiaxi e Talatona regressa à normalidade ainda esta semana, garantiu, ontem, o porta-voz da Empresa Pública de Águas (EPAL), Vladimir Bernardo.

O porta-voz da EPAL foi contactado por telefone pelo Jornal de Angola para fazer o ponto da situação dos trabalhos de manutenção no canal inferior de Cassaque, que estão na origem das restrições no abastecimento de água potável desde o dia 10 do corrente mês.

Vladimir Bernardo preferiu não mencionar o dia em que o abastecimento de água àqueles cinco municípios da província de Luanda vai voltar à normalidade, embora os trabalhos de manutenção já estejam na fase conclusiva.

“Os níveis de produção de água já estão a ser repostos, o que vai permitir às estações de tratamento de água de Luanda Sudeste, Kikuxi e Luanda Sul captarem maior volume de água para melhor distribuírem”, acentuou o porta-voz da empresa pública.

Devido aos trabalhos de manutenção, ficaram reduzidos os grupos de electrobombas na estação de bombagem de Cassaque, uma situação que origina a redução do volume de água que chega às estações de tratamento de água de Luanda Sudeste, Kikuxi 1 e 2 e Luanda Sul.

Localizado no rio Kwanza, o canal de captação de águas do Cassaque alimenta o sistema três, na zona do Kikuxi, em Viana, que, por sua vez, abastece cinco dos nove municípios da província de Luanda.

Na sexta-feira, o director para a área de Produção da Epal, Albano Neca, disse à imprensa que a

manutenção do canal do Cassaque vai permitir que a água nas estações de bombagem atinja os níveis desejados.

Albano Neca informou que os trabalhos de limpeza no canal, que estavam para ser feitos inicialmente em oito dias, consistem na retirada de matérias orgânicas provenientes do rio Kwanza.

A Epal colocou no local 12 máquinas e 20 trabalhadores. Os trabalhos de manutenção no canal de Cassaque são feitos anualmente e no tempo seco, explicou Albano Neca.

A Empresa Pública de Águas explora três sistemas, nomeadamente I e II, em Kifangondo, cuja água é captada no rio Bengo, e III, com captação feita a partir do rio Kwanza.

O sistema III abrange principalmente a parte sul de Luanda e foi construído com o objectivo de reforçar o fornecimento de água à cidade de Luanda.

8.10 Distribuição de água sem data para voltar ao normal

Novo Jornal
21 De Junho de 2019

Há mais de dez dias que alguns municípios da província de Luanda deixaram de beneficiar do abastecimento de água potável devido aos trabalhos de manutenção no canal inferior de Cassaque, em Viana, uma situação que deixa agastados milhares de luandenses.

Em declarações ao IA, Vladimir Bernardo, porta-voz da EPAL, explicou que os trabalhos de manutenção no canal em causajá estão em fase conclusiva. Entretanto, não mencionou o dia em que o abastecimento de água volta à normalidade.

"Os níveis de produção de água já estão a ser repostos, o que vai permitir às estações de tratamento de água de Luanda Sudeste, Kikuxi e Luanda Sul captarem maior volume de água para melhor distribuírem", acentuou o porta-voz da empresa pública.

Devido aos trabalhos de manutenção, ficaram reduzidos os grupos de electrobombas na estação de bombagem de Cassaque, uma situação que origina a redução do volume de água que chega às estações de tratamento de água de Luanda Sudeste, Kikuxi 1 e 2 e Luanda Sul.

Localizado no rio Kwanza, o canal de captação de águas do Cassaque alimenta o sistema três, na zona

do Kikuxi, em Viana, que, por sua vez, abastece cinco dos nove municípios da província de Luanda.

Em, declarações à imprensa, a EPAL assegurou que a manutenção do canal do Cassaque vai permitir que a água nas estações de bombagem atinja os níveis desejados. Para isso, a empresa colocou no local 12 máquinas e 20 trabalhadores.

8.11 Novos equipamentos comunitários apoiam cerca de seis mil habitantes

Jornal Economia e Finanças
28 De Junho de 2019

Cerca de seis mil habitantes do bairro Bita Tanque, no município de Belas, em Luanda, beneficiaram, recentemente, de novos equipamentos comunitários disponibilizados pelo Governo.

A iniciativa é do Ministério da Energia e Água (MINEA) e decorre no quadro de uma parceria que desenvolve com a empresa Mitreli.

O secretário de Estado das Águas, Lucrecio Costa, procedeu a entrega simbólica das respectivas infra-estruturas às populações beneficiárias, visando melhorar as condições de vida das famílias.

De acordo com uma nota do MINEA, o projecto no seu todo compreende a instalação da rede adutora em PEAD/AÇO de 2.400 ml, rede de distribuição PEAD - 3.600 ml, estação de tratamento compacto 30 my/h, reservatório de água tratada de 654 m3, fontenários, torneiras, lavandarias com torneiras.

EPAL aumenta níveis

A Empresa Provincial de Águas (de Luanda (EPAL) vai aumentar os níveis de captação de água bruta a partir do canal de Kassaqui, no rio Kwanza, passando de 4,6 metros cúbicos por segundo para 9,2, com a entrada em funcionamento de um segundo canal.

O director do "Projecto de Adição de Água Bruta para ETA Luanda Sudeste-Kassaquí", Feliciano Catiolo, em entrevista à Angop, disse que o segundo canal deverá entrar em funcionamento no primeiro trimestre de 2020.

Feliciano Catiolo deu a conhecer que o segundo canal, com a capacidade de 4,6 metros cúbicos por segundo, em execução na zona de Capiapia, também no rio Kwanza, encontra-se em fase de finalização.

O responsável esclareceu que com a entrada em funcionamento dos dois canais, ficam disponíveis

para a estação de bombagem de Kassaqui os 9,2 metros cúbicos de água por segundo.

Feliciano Catiolo disse também, que os canais têm uma distância de 5,6 quilómetros e a água é conduzida por gravidade.

De acordo com o director de projecto, está em curso a construção de uma nova estação de bombagem no local.

O engenheiro esclareceu que a nova estação será composta por oito bombas verticais, cada uma com um caudal de 770 litros por segundo, enquanto as seis bombas em funcionamento têm um poder de bombagem de 4,6 metros cúbicos por segundo.

Segundo o responsável, encontra-se também em construção um tanque de equilíbrio com uma capacidade de 420 metros cúbicos, e uma bacia de retenção que permitirá fazer a manutenção dos canais sem parar o fornecimento para as ETAS.

O projecto conta com um reservatório de entrega terminal, de onde será feita a distribuição para todas as ETAS existentes no Kikuxi, passando a partir daquele local a ser feito o controlo do caudal das reais necessidades de cada Estação de Tratamento.

Melhorias

Feliciano Catiolo deu a conhecer que as obras têm como objectivo final aumentar a capacidade diária de produção de água bruta para 400 mil metros cúbicos dia contra os 307 actuais.

O projecto de Reforço de Adição de Água Bruta para a ETA Luanda Sudeste- Kassaqui vai permitir o aumento da capacidade de entrega ao sistema 3, no Kikuxi, município de Viana, onde se encontram as Estações de Tratamento de Água de Luanda Sudeste, Luanda Sul e Kikuxi.

O director lembrou que 60 por cento da água distribuída à cidade de Luanda sai do sistema 3, que beneficia os habitantes dos municípios de Viana, Belas, Talatona, Kilamba Kiaxi e parte de Luanda (Maianga).

O Projecto de Reforço de Adição de Água Bruta para ETA Luanda Sudeste-Kassaqui começou a ser construído em 2017 pela empresa chinesa CTCE.

8.12 Mais água potável para a sede municipal

Jornal de Angola

30 de Junho, 2019

TEXTO: Venâncio Victor

Pelo menos 1.220 habitantes do município de Massango, a 210 quilómetros a norte da cidade de Malanje, vão contar em breve com mais água potável, com a conclusão das obras de um sistema de captação, tratamento e distribuição de água, a partir do rio Loma.

De acordo com um comunicado de imprensa, saído da 14ª reunião da Comissão Executiva do Comité Provincial do MPLA, realizada segunda-feira, naquele município, as obras conhecem um grau de execução na ordem dos 79 por cento.

No domínio da Educação, o município conta com uma rede escolar composta por 12 escolas, com 5.698 alunos no presente ano lectivo, enquanto que 2.351 crianças estão fora do sistema de ensino, por falta de salas de aula e professores.

À Administração Municipal foi recomendada a necessidade de trabalhar com mais afinco, construindo escolas, para inverter o actual quadro, dentro das possibilidades financeiras, refere a mesma nota.

Em relação ao sector da Saúde, Massango conta com uma rede sanitária constituída por um hospital municipal, um centro materno- infantil e nove postos médicos. A malária lidera a lista de enfermidades mais frequentes naquele município fronteiriço com a RDC.

Atendendo a extensão territorial do município de Massango, a Comissão Executiva constatou que a rede sanitária não satisfaz a demanda e recomendou à Administração Municipal a envidar esforços para a construção de mais centros de saúde, principalmente onde existe maior aglomeração populacional.

No que diz respeito aos sectores do Comércio, Agricultura, Energia Eléctrica e Águas, os participantes ao encontro, orientado pelo 1º secretário do partido dos camaradas, Norberto dos Santos “ Kwata Kanawa”, concluíram haver evolução, apesar de lenta, fruto da situação

económica que o país vive. Para além da sede municipal, Massango é constituído ainda pelas comunas de Quihuho e Quinguengue, com uma população maioritariamente camponesa, que se dedica, fundamentalmente ao cultivo de ginguba, mandioca, café, inhame, batata-doce, entre outras culturas.

8.13 Municípios vão pagar taxa de recolha de resíduos

Jornal de Angola

09 De Junho de 2019

Texto: Delfina Victorino

A elevada quantidade de lixo em várias áreas da zona urbana e periférica do município do Cuito, província do Bié, está a preocupar as entidades locais, que pretendem fazer com que os municípios passem a participar na recolha e tratamento de resíduos sólidos, mediante o pagamento de uma taxa.

Quem o diz é o director do Gabinete Provincial de Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários, Jonatão Cassapi, acrescentando: "visando a solução do problema do lixo o sector do Ambiente realizou quinta-feira um workshop, para que a preservação do ambiente seja abordada com mais frequência nas escolas e na comunidade."

Segundo Jonatão Cassapi, na cidade do Cuito e em outros municípios do interior do Bié produz-se muito lixo, facto que leva a traçar-se novas estratégias para a melhoria do saneamento básico. Em relação à taxa a ser implementada, Jonatão Cassapi explicou que "há a necessidade de um trabalho de sensibilização, durante um período significativo, para depois começar a cobrança."

O director do Gabinete Provincial do Bié de Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários assegurou que estão programadas várias acções para se recuperar a imagem do Cuito, que já foi considerada a cidade mais limpa do país.

O trabalho de sensibilização, disse, vai realizar-se porta-a-porta, bem como nas paragens de táxi, mercados, escolas e igrejas.

Na primeira fase, acrescentou, municípios do Cuito, Andulo e Camacupa vão beneficiar de acções formativas sobre ambiente, visando a melhoria do saneamento básico.

8.14 Alerta centros da periferia não são eficientes na gestão do lixo hospitalar

Novo Jornal

14 De Junho de 2019

Texto: Ernesto Gouveia

O Presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional de Resíduos afirma que a situação está controlada mas a intenção é fazer mais para melhorar a situação. Monteiro Lumbo garante que, na gestão dos resíduos hospitalares, os centros médicos da periferia apresentam uma gestão pouco eficiente.

Visitas de fiscalização, regulares, têm sido desenvolvidas pela instituição que dirige e, em função disso, tem verificado que os postos médicos norteiam são os mais preocupantes no capítulo da gestão do lixo hospitalar.

"A perigosidade que este tipo de resíduos representa não nos deixa descansar", revelou.

Para o responsável, que falava depois da realização de um encontro multisectorial sobre o lixo hospitalar, decorrido recentemente na capital, a gestão desses resíduos não é má, tendo ainda destacado a existência de uma área reservada à biossegurança em cada hospital.

Quanto às empresas que fazem a recolha, o PCA da ANR esclareceu que, para que uma empresa possa efectuar este tipo de operações, a mesma tem de reunir algumas condições, e uma delas passa pela certificação da instituição pela qual responde.

Sobre a inexistência de aterros nas demais províncias, Monteiro Lumbo avançou que estão a ser construídos aterros na província de Benguela.

A criação de aterros tem respaldo numa orientação do plano Estratégico de Gestão de Resíduos Urbanos (PRESGRU), aprovado por Decreto presidencial n. o 196/12, de 30 de Agosto, que estabelece que cada uma das capitais das províncias do país deve ter estas infra-estruturas até 2025.

O secretário de Estado do Ambiente, Joaquim Manuel, diz que o quadro não é preocupante, mas carece de maior actuação, sendo que o problema reside na falta de informação por parte de gestores internos das unidades hospitalares, dificuldades internas de orçamentos e contratação de empresas capacitadas.

"O lixo hospitalar requer uma abordagem oportuna e desafiadora devido a algumas denúncias feitas ao Ministério do Ambiente, que pretende reduzir a produção de resíduos e proporcionar um destino seguro de forma eficiente, com base nas operações de deposição, recolha, transporte, armazenamento, tratamento, valorização e a sua eliminação", concluiu.

Já o secretário de Estado da Saúde para a Área Hospitalar, Leonardo Inocêncio, destacou o facto de permitir identificar o diagnóstico, sobretudo a nível dos hospitais municipais e centros que se debatem ainda com o problema.

O governante esclareceu que a questão do lixo hospitalar, sobretudo das peças que constituem perigo, não é alarmante no país, mas referiu que está a ser estudada a melhor tática com empresas especializadas, principalmente para os centros hospitalares.

Apesar dos esforços que os membros do Executivo e responsáveis das instituições e hospitais dizem estar a ser feitos, é ainda notável o modo preocupante como o lixo é recolhido em algumas unidades de referência.

Os mesmos não são depositados nos recipientes para os quais são destinados e, misturados com o lixo comum em contentores normais, são recolhidos sem qualquer atenção ou tratamento específico e transportados por viaturas não apropriadas para o efeito.

8.15 Hospitais juntam lixo hospitalar ao lixo comum e deixam perigo à solta

Novo Jornal

14 De Junho de 2019

Texto: Ernesto Gouveia

O risco de contaminação é só um dos problemas que o lixo hospitalar pode causar. Em alguns hospitais, regista-se a deposição destes resíduos nos contentores para os quais não são destinados, que ainda são transformados em urinóis. A fraca sensibilização e a negligência coabitam com o perigo e a morte.

Os resíduos sólidos que provêm dos hospitais, por serem restos produzidos diariamente durante as actividades nas unidades sanitárias, carecem de um tratamento especial, tendo em conta as suas características.

O lixo hospitalar que constitui maior perigo provém dos centros de hemodiálise, maternidades ou requisitados nas áreas onde há permanência de doenças como a Hepatite e o HIV /SIDA.

Dados do plano Estratégico de Gestão de Resíduos Sólidos "Angola Hamset Project" revelam que a nível mundial a contaminação do HIV /SIDA por via de manipulação dos resíduos hospitalares contaminados representa perto de 0,2%.

Alguns hospitais, independentemente de procurarem cumprir os elementos normativos em relação à gestão do lixo, registam ainda episódios em que o depósito não separa o lixo hospitalar do lixo comum, colocados inclusive no mesmo contentor, quando este tipo de resíduos deve ser depositado em recipientes apropriados.

De modo normal e alegadamente negligente, a população acaba por entrar em contacto directo com estes produtos, colocando em risco a saúde.

Na maior parte das unidades de saúde, os resíduos são colocados em contentores públicos, ao ar livre ou mesmo em lixeiras, nas traseiras das unidades de saúde, não ensacados, de fácil acesso a pessoas e animais. Os resíduos nem sempre são recolhidos atempadamente, o que dá origem a um cenário preocupante. Assim é no Hospital Josina Machel, no município de Luanda, e nos Cajueiros, no Cazenga.

Nos últimos anos, fruto da necessidade de inversão do quadro, foi possível notar mudanças em vários aspectos, também impulsionadas pelo surgimento de novos hospitais de referência, facto que acabou por exigir o redobrar de esforços das autoridades na facilitação para a criação de novas operadoras de limpeza.

Nalguns hospitais da capital, tais como o Hospital Geral Especializado, no Golfe 1, e o Hospital Geral de Luanda (no Camama), a operadora Sambiente é responsável pela recolha dos resíduos produzidos nestas unidades, ao passo que as concorrentes têm apenas a missão da recolha do lixo comum.

Em média, cerca de uma tonelada por mês é a quantidade recolhida. A incineração e a deposição no aterro sanitário é o destino final destes produtos, proibidos de serem reutilizados, tendo em conta o risco de infecção ou contágio que podem causar ao ser humano.

O director do Hospital Geral de Luanda, questionado sobre o risco de contaminação, explicou que nunca foram registados casos de contaminação de populares devidos ao contacto com os resíduos depositados nos contentores. Carlos Zeca fala, sim, de melhorias na gestão do lixo hospitalar, mas alerta para o risco que representa o lixo hospitalar a que os populares são expostos.

O Decreto Presidencial n.º 160/14, de 18 de Junho, é o instrumento que regula e orienta a gestão dos resíduos hospitalares e serviços de saúde, desde o tratamento, armazenamento, acondicionamento e deposição final, sendo "um imperativo a que todos os organismos do sector devem obedecer".

8.16 Incineradoras queimam num turno até 500 quilogramas de lixo

Novo Jornal

14 De Junho de 2019

Até 2009, segundo o projecto Hamset, a estimativa da produção total de resíduos hospitalares em Angola era de cerca de 5.495.951 kg/ano, dos quais 20% a 30% representam resíduos hospitalares contaminados, ou seja, cerca de 1.373.988 kg/ano.

Nos dias que correm, os técnicos de recolha de lixo ousam afirmar que na realidade esses números crescem em função da densidade populacional de Luanda, que se vai tornando cada vez maior.

Luanda tem três incineradoras que se destacam, sendo que a mais antiga pertence à operadora Recolix. Para além desta, existe ainda a incineradora do Governo provincial de Luanda, que está localizada no Mulenvos, município de Viana. Esta máquina foi entregue pelo GPL à Elisal, empresa que terceirizou os serviços de gestão do aterro sanitário a uma empresa denominada Crescer.

Cada uma dessas incineradoras pode queimar pouco mais de 500 kg de lixo hospitalar em apenas um turno que, segundo informações, vai das 7h00 às 15h.

Entre as empresas da capital que operam na recolha de lixo produzido nos hospitais, estão a Elisal, Recolix e a Sambiente. Esta última faz a gestão de um aterro localizado no município de Catete, arredores de Luanda.

"O custo de vida, com a recessão económica, obriga a contenções na procura de serviços saúde nas unidades hospitalares públicas em detrimento das privadas, onde os preços não são para qualquer

bolso", afirma Mauro Manaças, técnico com vasta experiência em montagem de incineradoras.

No caso particular de Luanda, actualmente uma unidade com a dimensão do Hospital Geral de Luanda é capaz de produzir mensalmente pouco mais de uma tonelada por mês, de um modo geral.

Segundo o director daquela unidade de serviço público, a realidade daquela instituição, comparada com os anos anteriores, é completamente diferente. "Melhorou bastante depois de 2017", afirmou, convicto, o médico.

Mauro Manaças, por sua vez, já não concorda com esta realidade e olha numa perspectiva mais alargada em que inclui as unidades hospitalares de referência onde, segundo as autoridades, o risco de contaminação é menor, em função dos cuidados que existem no tratamento do lixo hospitalar, que é completamente diferente do comum. O profissional conclui que a actual realidade faz pensar que "já tivemos dias muito melhores nas operações de recolha de lixo hospitalar".

8.17 Lojistas devem constituir comissão

Jornal de Angola

15 De Junho de 2019

Texto: pereira Dinis

A administradora adjunta do Distrito Urbano do Sequele, Níria Marques, apelou ontem, durante um encontro que se realizou na referida administração, aos lojistas para se organizarem numa comissão, com vista a desenvolverem a actividade com dignidade.

Depois da última reunião com os lojistas, Níria Marques lamentou que continua a verificar-se a falta de cumprimento de várias normas administrativas.

"O que se vê defronte e na traseira das lojas é lamentável. Lixo amontoado. Isto não pode acontecer. Queremos a vossa colaboração para manter a boa imagem da Centralidade Urbana do Sequele", pediu a governante.

Níria Marques apelou aos lojistas para assinarem contratos com as empresas de recolha de lixo porque "os contentores que se encontram junto aos edifícios são, apenas, para depósito de lixo domiciliário e não o proveniente de lojas, conforme o regulamento da centralidade."

Níria Marques disse também, que a constituição da comissão de lojistas vai permitir resolver muitos dos problemas que se têm vivido nos blocos.

"Temos conhecimento de que os banheiros foram 'privatizados'. Isto não pode ser. Fere as normas administrativas. O que aconselho é que, em cada ala onde existam banheiros, as pessoas que estão a explorar os espaços ou os proprietários das lojas encontrem uma forma de os utilizar de forma digna, contribuindo com uma certa quantia para o pagamento do salário de quem vai se responsabilizar pela limpeza.

O mesmo deve acontecer com os jardineiros", precisou. Durante a sessão de perguntas e respostas, o representante de uma loja que presta serviços de hotelaria e turismo, questionou a administradora adjunta sobre a instalação de geradores nas agências bancárias' enquanto os outros utilizadores foram impedidos de o fazer.

Níria Marques explicou que os serviços públicos têm prioridade. A administração deu um prazo de 72 horas a todos que instalaram reservatórios de água nos jardins sob pena de serem multados.

8.18 Aterro sanitário de Luanda pode gerar energia eléctrica

Jornal de Angola
16 De Junho de 2019
Texto: Cândido

Um projecto avaliado em 200 milhões de dólares vai transformar o actual aterro sanitário de Luanda numa higiénica unidade de transformação de lixo em energia.

Licínio Contreiras disse, em Lisboa, que o projecto é um investimento privado turco e está a ser acompanhado pela AIPEX. Outro projecto, também na área de energia e avaliado em mais de 200 milhões de dólares, de origem chinesa, prevê a instalação de nervos solares em três zonas do país.

Licínio Contreiras afirmou que ainda são reduzidos os projectos na área da energia que chegam a AIPEX, instituição que tem a missão de assegurar uma recepção e acompanhamento das propostas de investimento privado em Angola, além de promover uma captação de investimentos directos para o sectores estratégicos da economia nacional.

Entre as principais preocupações apresentadas pelos potenciais investidores e financia dores do sector da energia, Licínio Contreiras mencionou a indexação do preço da energia que o produtor vai vender ao comprador único, que é a Rede Nacional de Transporte de Electricidade (RNT) , e a criação de

um fundo de garantia que cubra, no mínimo, seis meses, no caso de incumprimento do comprador.

8.19 “O problema da drenagem e dos mangais é mais complexo do que parece”

Jornal de Angola
17 De Junho de 2019

Vão continuar os aterros dos mangais?

Neste particular impõe-se desmentir a informação que relaciona as mortes no Lobito e na Catumbela com qualquer tipo de aterro. Não há registo de ocorrências de mortes na zona Baixa do Lobito, onde fisicamente podem ocorrer aterros de mangais. As mortes têm-se verificado com o desabamento de casas ou arrastamento de pessoas que vivem na zona alta e em zonas de risco. A relação entre as mortes e os canais de drenagem e aterros é uma falsidade e uma blasfémia. É um acto de irresponsabilidade e de ofensa à memória dos mortos e de quem perde os ente queridos. É uma forma fácil de não enfrentar a causa que provoca mortes todos os anos.

É preciso encontrar uma solução técnica robusta para este problema. Não basta, na minha opinião, reabilitar e manter os canais. É preciso evitar que as torrentes de água que descem os morros formando fluidos densos, atinjam a Baixa com tanta energia de escoamento. Foi por isso que, depois da tragédia de 1971, o Governo Geral de Angola e a Câmara Municipal começaram a construir as chamadas barreiras de contenção ao longo das linhas de água que transportam as torrentes do início dos morros para a Baía e para os mangais, através dos canais de drenagem, a fim de dissipar, atenuar a energia de tais fluidos e decantar a água.

Mas antigamente o sistema de escoamento funcionava...

O problema da drenagem da Baixa do Lobito e a saúde dos mangais é bem mais complexo do que possa parecer, porquanto está directamente relacionado com a inoperância de todo o sistema de rega dos antigos campos do Vale da Catumbela, com os sistemas de compensação das marés na Cabaia e Praia Bebé, com o escoamento de águas negras das habitações na baixa do Lobito, com os dejectos oriundos de toda a zona Alta do Lobito e com a Baía do Lobito. Depois da tragédia de 1971 as autoridades elaboraram o Programa de Fomento da Habitação e Reordenamento Urbano, aprovado pela Câmara Municipal nos mandatos de António de Oliveira Trindade e Orlando Pedrosa Costa. Este programa

projectou o reordenamento dos bairros da Bela Vista, Esperança, Vale do Liro, Morros da Catumbela e Alto Liro.

O programa, elaborado por Castro Rodrigues, seguiu o anterior Plano Director de novas zonas populares, nos morros, tendo sido aprovado em 27/03/1969. A base do plano, apelidado "Operação Alto Liro", defendia a implantação de um bairro municipal de auto-construção do Alto Liro para 7.500 fogos. O plano foi edificado em dois anos. A este projecto, em 1972, o engenheiro Canhão Bernardes apelidou "Milagre do Alto Liro". O objectivo era albergar a população que abandonou a Canata pelas péssimas condições de salubridade. A Câmara fazia as fundações, as principais infra-estruturas e oferecia os restantes materiais como cimento, tijolos e chapas de cobertura.

Em 1973 calculou-se que para completar a Operação Alto Liro seriam necessários, entre outros materiais, 150.000 tijolos ou blocos, 400 quilos de explosivos, 2.640 metros cúbicos de pedra e 1.300 metros cúbicos de areias. Fixou-se uma meta de construção de quatro casas por dia, com as respectivas estruturas urbanas, energia eléctrica, água, sanitária, arruamentos, arborização etc.

O projecto do Alto Liro mereceu as visitas do então Governador-geral de Angola, Santos e Castro, do Almirante Rosa Coutinho e do Presidente Agostinho Neto, em 1978. O que fizemos depois disso tudo? O que fizemos depois das calamidades de 2015?

Por que motivo se está a entulhar grande parte dos mangais na cidade do Lobito, descaracterizando uma paisagem maravilhosa?

Este assunto é bem mais complexo do que se faz entender. Note que os bairros da Caponte, Comercial, parte do actual Com pão, Cabaia, Cassai, Canata, Liro e Lobito Velho são coloniais e surgiram de aterros, como bem disse Castro Rodrigues. Logo, é preciso falar-se disso com muito cuidado e justiça. No final do dia cabe perguntar: quem entulhou o quê e quando?

O debate ao redor dos aterros das salinas e zonas alagadas da Baixa da cidade do Lobito leva perto de 60 anos. Em 1961, o Governo-Geral de Angola, por exigência do Plano de Urbanização da cidade do Lobito, através da Portaria n.º 11826, de 30 de Agosto, reservou para o Estado um terreno de 108 hectares, situado na baixa do rio Seco da Cabota entre Benguela e o sul da Baía Farta, afim e transferir a indústria salineira o Lobito e assim dar novo destino urbanístico às salinas. O facto é que os terrenos das ex-salinas dos bairros da Caponte, Cassai

e São João foram redimensionados a favor de empresas privadas através de Autos de Adjudicação do Gabinete Provincial do Redimensionamento Empresarial do Estado.

Em meu entender, a conversão de terrenos agrícolas da antiga açucareira da Catumbela em industriais, com a implantação do Pólo de Desenvolvimento Industrial da Catumbela (PDIC), -Resoluções n.º 03/98, de 14 de Julho do Governo Provincial de Benguela e n.º 1/98, de 10 de Março da Comissão Permanente do Conselho de Ministros -, por força das necessidades de desenvolvimento do país, teve grandes implicações na drenagem de águas provenientes dos morros, num perímetro de cerca de 20 km paralelo ao sopé dos morros desde o Lobito até aos bairros da Taka e Gama na Catumbela, na fronteira com o município de Benguela. Foram convertidos perto de 3500 hectares de terrenos agrícolas entre o Lobito e Benguela. Este processo é discutível, como é óbvio, mas, na minha opinião, a transformação dos lotes agrícolas em industriais não foi seguida pela infra-estrutura viária e de drenagem necessária e suficiente.

Está a falar da paralisação da Açucareira da Catumbela?

Convém também fazer lembrar que a paralisação da Açucareira da Catumbela trouxe como consequência o "abandono" de todos os canais das águas de rega do vale, incluindo as comportas anti-maré da Praia do Bebé e da Cabaia, que fazem a ligação sistémica (estilo vasos comunicantes) com os canais de drenagem do Lobito, com os mangais da Caponte e com a Baía.

8.20 Cidade do Lubango ganha 40 quilómetros de estrada

Jornal Economia e Finanças

21 De Junho de 2019

Texto: Arão Martins

A falta de cadastramento da rede de abastecimento de água, telecomunicações e electricidade, que constituíam factores de constrangimento na execução normal das obras das infra-estruturas integradas da cidade do Lubango, província da Huíla, que terminam em Setembro M 2020, está a ser solucionado.

Segundo o coordenador das obras, João Dinheiro, o projecto permitiu já a construção de mais 40 quilómetros de estrada, que liga a periferia e o casco urbano da cidade.

Informou que as infra-estruturas não cadastradas, redes de água, electricidade e telecomunicações, constituem factores de constrangimentos, que estão a ser dirimidos, a medida em que as obras decorrem.

"Os constrangimentos são de vária ordem, como os casos das infra-estruturas não cadastradas, redes de abastecimento de água, telecomunicações, electricidade, mas graças a intervenção das entidades locais e dos órgãos afectos as áreas em causa e da administração municipal, estamos a ultrapassar esses constrangimentos todos", informou.

Explicou que o projecto das obras das infra-estruturas integradas da cidade do Lubango não está a ser feito de forma isolada e há uma comissão multisectorial que está a acompanhar esta acção.

O projecto está a ser executado com a integração de uma comissão multisectorial, o que está a permitir com que os constrangimentos sejam ultrapassados.

Recordou que as obras integradas do Lubango terminam em Setembro de 2020, "e pelo ritmo que os trabalhos ganharam, tudo indica que o empreiteiro vai cumprir com os prazos".

Nesta altura, as obras cingem-se no prolongamento do rio Mukufi, que sai do Pavilhão do Benfica até a Avenida 4 de Fevereiro, no Laureano. .

Ainda este mês, serão abertos ao público os troços centro da cidade/Mapunda de baixo, Machiqueira/Laboratório Veterinário, no bairro Benfica. Em conclusão está ainda as ruas do bairro Minhota.

"Já temos concluída a estrada da Mapunda, bem como a estrada Avenida 4 de Fevereiro/Centralidade da Eywa/Mercado do Mutundo, sendo que actualmente decorrem trabalhos de sinalização horizontal, para no final do mês, se fazer a ventrega das estradas aos utentes.

Decorre, também, a aplicação da última camada na estrada Cine Arco-íris/Casa Pato.

Mais infra-estruturas

O jardim do centro da cidade do Lubango, localizado junto à Sé Catedral, onde são realizados vários tipos de negócio, vai beneficiar de obras de requalificação, no quadro das obras das infra-estruturas integradas em curso, garantiu o coordenador da empreitada.

Com as obras de requalificação, vai-se devolver a beleza estrutural do espaço público e resgatar a hegemonia do Lubango, voltar a ocupar o estatuto de "Cidade Jardim de Angola".

O responsável disse que há um grande interesse do Governo da província em ver a cidade melhorada, com espaços de lazer mais acolhedores e que proporcionem aos cidadãos momentos de repouso e distração.

Frisou que as obras integradas do Lubango estão a proporcionar ganhos e contribuir na melhoria da qualidade de vida das populações.

"Até Setembro de 2020 os trabalhos terminam e os ganhos já são visíveis, porque actualmente o bairro Machiqueira-Benfica ganhou uma estrada asfaltada de raiz, Maconje-Mitchia, que é a continuidade da Avenida 4 de Fevereiro ou Laureano também", indicou.

Disse que actualmente decorre obras de colocação do novo tapete asfáltico na cidade do Lubango e arranjos dos respectivos passeios.

8.21 ENDE desactiva postos de transformação privados

Jornal de Angola

12 De Junho de 2019

Mais de 50 postos de transformação (PT) de energia eléctrica, geridos por privados, serão desactivados no município de Belas e substituídos por outros da ENDE, com a entrada em funcionamento de duas subestações, em Julho, no âmbito do projecto de electrificação domiciliar em Luanda.

O porta-voz da Empresa de Distribuição de Electricidade (ENDE), Pedro Bila, em declarações à Angop, disse que a gestão pública dos PT vai permitir que os novos clientes paguem o consumo a preços razoáveis, através do sistema pré ou pós-pago.

As duas subestações, cujas obras devem ser concluídas em breve, vão beneficiar mais de 25 mil famílias dos distritos da Vila Verde e Morro n dos Veados, com realce para os bairros Zona Verde, Salinas, Tendas e Mundial.

Cidadãos residentes nos bairros Zona Verde e Tendas afirmam que, pelo contrato com os PT privados, pagavam 150 a 200 mil kwanzas e por mês o valor de quatro a cinco mil, para além dos gastos com o combustível para os geradores, já que o fornecimento era irregular.

O projecto, financiado pela Linha de Crédito da China, repartido pelos municípios de Luanda, Viana, Belas, Kilamba Kiayi, Talatona, Cazenga, Icolo e Bengo e Cacucaco, tem como objectivo elevar a taxa

de electrificação, mediante o fornecimento e construção de novas infra-estruturas.

Orçado em mais de 600 milhões de dólares norte-americanos, o projecto foi consignado em 2016 e tem o seu término previsto para Agosto próximo. Durante este período, serão montadas nove subestações eléctricas de 60/15kv e 60/30 kV, mil postos de transformação, construção de linhas de alta tensão e montagem de contadores pré-pagos mono e trifásicos.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Se a Polícia está dotada de meios e técnicas para acudir a população, o que falta então?

Jornal Manchete

06 De Junho de 2019

Texto: Mário Cassanda

O comandante de Divisão da Polícia Nacional, no município do Cazenga, superintendente Joaquim da Conceição, garantiu recentemente, que a corporação está dotada de meios e técnicas para acudir a população que vive em zonas de difícil acesso, mesmo quando chove, posição contrariada pelos munícipes.

De acordo com alguns munícipes que falara ao *Manchete*, o grau de violência em muitos bairros do Cazenga tomou níveis assustadores, de tal forma que algumas famílias têm estado a abandonar as residências a procura de zonas mais pacíficas. Moradores dos bairros Malueca e Papa Simão, onde no ano passado ocorreram alguns casos de homicídios em simultâneo, também lamentam o facto de até agora não fazer-se sentir o policiamento, apesar de a corpo razão ter garantido reforçar a vigilância e implementar o policiamento de proximidade depois dos infaustos acontecimentos. Já os moradores do bairro Petrangol, no distrito urbano 11 de Novembro, zona da Frescura, queixam-se do aumento de assaltos a mão armada em residências e cantinas, sobretudo no período nocturno.

Tal como contou o jovem Paulo que mora na rua da Sacola, recentemente foi vítima de um assalto a mão armada na sua residência. Os bandidos levaram consigo um televisor plasma de 32 polegadas, uma botija de gás e uma quantia no valor de 35 mil kwanzas.

Ao dirigir-se a uma das esquadras mais próxima para participar o caso, os agentes em serviço manifestaram indisponibilidade para se deslocarem no local por falta de meio.

"Isso é inadmissível para uma polícia que se diz dotada de meios suficiente para garantir a ordem e a tranquilidade da população!": lamentou o mesmo visivelmente desapontado.

Quem também se mostram preocupados com o nível de insegurança são funcionários de escolas e alunos.

Os nossos interlocutores entendem que prevenir das acções dos marginais, a solução passa por um maior policiamento junto dos estabelecimentos de ensino.

9.2 Marginais continuam a «infernizar» bairro Malweka

NOVA JORNAL

14 De Junho de 2019

Moradores do Malweka, no município do Cazenga, em Luanda, um dos bairros mais inseguros da capital, de acordo com relatos da Polícia Nacional, continuam agastados com o elevado índice de criminalidade. Assaltos a residências e cantinas são frequentes. À mão armada, delinquentes transformam o bairro num lugar de «terror» e de sobrevivência. Esta semana, o NJ deslocou uma equipa de reportagem naquele bairro e colheu revelações assustadoras dos moradores.

José Alfredo, um dos nossos primeiros interlocutores, contou que testemunhou, há alguns dias, vários assaltos perpetrados por marginais a diversas cantinas.

"Esses dias estão a assaltar muito as cantinas. Quase todos os dias recebemos notícias do género. Assaltaram a cantina de um vizinho e levaram quase toda a mercadoria e ainda ameaçaram a família com arma de fogo", disse.

O morador, residente há mais de 20 anos no bairro, confidenciou que muitos assaltos e lutas entre gangues acontecem à luz do dia, sendo os seus protagonistas, na sua maioria, adolescentes e jovens com idades compreendidas entre 15 e 28 anos.

"Muitos desses jovens [delinquentes] residem em outros bairros. Como têm alguns amigos aqui, as coisas ficam facilitadas para eles, roubam, violam e matam", detalhou.

Anita Francisco, outra moradora, afirmou já ter presenciado inúmeros assaltos à mão armada bem junto da sua residência. A cidadã, que se encontrava sentada junto à porta de casa, com o filho ao colo, disse ainda que os moradores se sentem «forçados» a permanecer dentro das residências antes das 21 horas, devido ao medo da acção dos meliantes.

"Neste tempo de frio, tudo piora. A zona fica isolada. Com a falta de iluminação, quase já não se vê nenhuma movimentação de pessoas a partir das 18 horas e os bandidos aproveitam para fazer das suas", contou.

Com o medo de possíveis retaliações, muitos moradores preferiram falar sob anonimato.

"Já estamos cansados com essa situação, não temos uma esquadra de polícia na zona. Dificilmente vemos patrulheiros no bairro, o que precisamos com urgência", disse um morador.

Além da falta de segurança, o bairro enfrenta outros desafios, como a falta de escolas, de água, energia eléctrica e saneamento básico.

Um relatório da Polícia Nacional, que aborda, de forma geral, a situação da criminalidade no país, avança que em 2018 foram registados um total de 72.174 crimes comuns, observando um aumento de 26.301 casos. A Polícia reporta ainda no relatório que diariamente foram registados 198 crimes. O documento do corpo ração castrense sublinha ainda que as acções resultaram na apreensão de 49.453 presumíveis autores dos crimes, sendo Luanda uma das províncias com maior índice de criminalidade.

9.3 Ministro defende urgência na criação de conselhos de vigilância comunitária

Jornal de Angola
23 de Junho de 2019
Texto: João Dias

O ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, Pedro Sebastião, defendeu ontem, em Luanda, ser urgente a aprovação e materialização do regulamento sobre os conselhos de vigilância comunitária.

Para o ministro, que falava na cerimónia comemorativa do 40º aniversário do Ministério do Interior em representação do Chefe de Estado, os conselhos e serviços de vigilância, previstos na Lei 15/16, de 12 de Setembro, Lei Orgânica dos Órgãos da Administração Local do Estado, e na Lei 7/16, de 1 de Julho, Lei das Comissões de Moradores, respectivamente, são instrumentos que contribuirão para debelar as causas da criminalidade.

No discurso, Pedro Sebastião falou do novo Estatuto Orgânico da Polícia Nacional e da construção de centros integrados de segurança pública, visando a melhoria da eficácia, mas apelou à urbanidade e respeito pelo cidadão na actuação dos órgãos do MININT.

Do SIC, o ministro disse esperar um combate cerrado à corrupção, branqueamento de capitais, ao terrorismo, tráfico de drogas, de seres e órgãos

humanos e outras práticas relacionadas com o crime violento, organizado e transnacional, lembrando que a recente aprovação de um pacote legislativo permitirá que actue em alinhamento com os preceitos constitucionais vigentes.

“Deste serviço esperamos firmeza, coragem. É imperioso que haja maior e melhor coordenação entre os órgãos que intervêm na administração da Justiça para que facilmente sejam superados os constrangimentos e insuficiências”, disse o ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança. Em relação ao controlo das fronteiras, o ministro chamou atenção para os riscos que fenómenos migratórios provocam.

“Angola partilha extensas fronteiras geográficas com outros países. Nalguns casos, tal facto tem-se constituído um factor de risco, gerando relações de vulnerabilidade social e de insegurança nacional, porque muitos cidadãos são atraídos para a imigração ilegal, intolerância e extremismo religioso, terrorismo, tráfico de drogas e de seres humanos”, realçou.

Pedro Sebastião, lembrou o caso do Golfo da Guiné, onde a pirataria, o tráfico de combustíveis colocam a região numa situação de instabilidade.

Por entender que a mobilidade é hoje um dado real e inevitável e que o país não está imune, o chefe da Casa de Segurança do Presidente da República apelou à Polícia Nacional e ao Serviço de Migração e Estrangeiros, em coordenação com as Forças Armadas Angolanas e os Serviços de Informação e Inteligência, a manterem-se em prontidão permanente em máxima vigilância.

Facilitação da mobilidade Neste planeta, cada vez mais global, a mobilidade dos povos é uma realidade, disse o ministro de Estado, afirmando que o país não está imune ao fenómeno. “O Estado angolano fez uma série de aberturas com vista à facilitação do movimento para investidores e turistas e deve continuar”, esclareceu o ministro de Estado, mas recomendou maior capacitação técnica para lidar com o fenómeno, principalmente no domínio das Tecnologias de Informação e Telecomunicações, uma forma de assegurar melhor protecção e segurança aos dados das diferentes estruturas do Estado.

Num discurso de quase meia hora, Pedro Sebastião fez apelos a cada órgão do MININT. Sobre o Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros pediu maior capacidade para lidar com problemas, como seca e chuvas, medidas preventivas para minimizar situações de calamidades e assegurar que as administrações e comunidades sejam resilientes.

Aos Serviços Penitenciário pediu que evidem esforços para a conclusão das obras de unidades penitenciárias, o que vai garantir condições de habitabilidade dos reclusos e evitar a sobrelotação. Pediu também que sejam gizados, numa coordenação com vários Ministérios, programas para aproveitar a força de trabalho prisional para a produção agrícola, formação profissional e criação de trabalho remunerado.

O objectivo é a ressocialização com trabalho socialmente útil, segundo o ministro. No contexto da nova Angola, disse, o Ministério do Interior e todos seus órgãos são chamados a assumir e contribuir decisivamente no combate à corrupção.

Papel do Presidente Ângelo da Veiga Tavares lembrou que o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas conferiu celeridade ao projecto integrado de segurança pública, ao sistema de protecção civil e bombeiros e emergência, bem como aprovou operações que permitiram restabelecer ordem e tranquilidade pública, com destaque para os diamantes, tráfico de combustíveis, em terra e no mar, pesca ilegal, roubo de cabos eléctricos, vandalização de bens públicos e desordem pública.

Além disso, o ministro indicou o facto de o Chefe de Estado ter instituído o programa de resgate de valores morais e cívicos e ter normalizado o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional, o reforço do controlo das fronteiras do país com a restauração da frota de helicópteros da Polícia Nacional, com a aquisição de meios não letais e uniformes.

9.4 Vaga de assaltos alarma moradores

Jornal de Angola

23 de Junho de 2019

Texto: Roque Silva

Moradores da cidade do Sequele, sede do distrito urbano com o mesmo nome, no município de Cacuaco, província de Luanda, estão preocupados com os constantes assaltos a moradias, nos últimos dias.

Segundo relatos de moradores, contactados pelo Jornal de Angola, os ladrões escalam os edifícios e penetram nos apartamentos pelas varandas, cujas portas são arrombadas ou destrancadas de forma engenhosa.

Muitas vezes, chegam às varandas pelas janelas dos corredores e pelas escadas, comentam os moradores.

O interior dos apartamentos, os ladrões levam o que podem, desde carteiras de documentos, electrodomésticos, telemóveis, roupas a calçado.

Os casos são registados com frequência de madrugada, quando os proprietários dos apartamentos estão a dormir. Os relatos de assaltos vêm dos 12 blocos que integram a cidade do Sequele, por isso merecem, de acordo com os moradores, uma atenção especial por parte da Polícia Nacional. -

Um ladrão morreu em Abril depois de ter entrado para um apartamento, onde se deparou com o proprietário, que ainda estava acordado. O morador, que preferiu falar sob anonimato, disse ao Jornal de Angola que o assaltante quando o viu assustou-se, numa altura em que o televisor já estava desprendido da parede. "Pus-me a gritar por socorro, o que levou o ladrão a regressar por onde entrou, tendo acontecido o pior. Morreu quando chegou ao chão", conta o morador do bloco s.

Por sua vez, o coordenador do bloco 5, Januário Marcos, informou que os assaltos a apartamentos estão a liderar o gráfico da criminalidade na cidade do Sequele nos últimos tempos. A título de exemplo, Januário Marcos, que também é administrador de um grupo no WhatsApp,

em cujo espaço são abordados problemas sociais da cidade do Sequele, refere que, só no bloco 5, foram registados 12 assaltos no mês de Maio e pelo menos sete este mês.

Januário Marcos disse que as comissões de moradores devem continuar a participar os casos à polícia e contratar empresas de segurança para a protecção dos edifícios. No seu entender, a participação à Polícia Nacional ajuda a inibir roubos e outros tipos de crimes.

Carlos Albano Femando, do bloco 8, disse que são registados uma média de dois assaltos a apartamentos por semana, informação que a Polícia não confirma nem desmente.

Vídeo difundido

O estado da segurança pública na cidade do Sequele foi motivo de tertúlia nas redes sociais depois de um morador ter publicado, no dia 2 deste mês, um vídeo, que se tornou viral, sobre um assalto a um apartamento. O vídeo mostra a forma como os ladrões assaltam os apartamentos. Nas imagens, aparece um jovem, no interior de um apartamento' a desmontar um TV

Plasma. As imagens foram captadas por uma câmara de videovigilância instalada na sala pelo proprietário do imóvel assaltado.

O Jornal de Angola tentou contactá-lo, mas sem sucesso, por via telefone, cujo número obtive de uma fonte, que não foi mais útil ainda por não saber a localização do apartamento assaltado pelo indivíduo que teve o rosto gravado, uma informação electrónica que está a ser trabalhada com vista à sua detenção.

Uma fonte do Serviço de Investigação Criminal (SIC) disse que o proprietário do apartamento cometeu um erro ao tornar público o vídeo, atitude que facilitou a fuga do indivíduo, até hoje a monte.

"O principal elemento de prova foi exposto e comprometeu as nossas acções", disse a fonte do SIC, que garantiu haver diligências para a detenção do assaltante e a recuperação dos bens furtados.

"Tivemos acesso às imagens depois de o senhor ter participado o assalto antes da publicação do vídeo nas redes sociais", acrescentou a fonte do SIC, que disse ter sido o proprietário imprudente, uma vez que lhe foi pedido para não colocar as imagens em nenhuma rede social.

A fonte que temos estado a citar assegurou haver crimes' ocorridos no Sequele, que não chegam ao conhecimento da Polícia nem do SIC por nunca terem sido participados.

"As alegadas vítimas preferem divulgar nas redes sociais, quando deviam procurar as autoridades policiais", argumenta a fonte, tendo, por esta razão, posto em dúvida a veracidade das informações que são divulgadas nas redes sociais sobre a segurança pública.

Sobre o marginal que saltou de um apartamento, a fonte confirmou a veracidade da informação e disse tratar-se de um rapaz de 16 anos, com cadastro criminal.

9.5 30 Minutos debaixo de fogo intenso

Jornal O PAÍS

28 De Junho de 2019

Texto: Álvaro victória e Lúcia Onde

O som de balas reais era de perto ouvido. Passavam a uma altura que não escondia o risco de vida que corríamos. De um lado estava um arsenal policial. Do outro, jovens destemidos, que, movidos por um sentimento de revolta e ânsia de justiça, enfrentavam um batalhão policial em que se destacavam vários

agentes da PIR (Polícia de Intervenção Rápida) que haviam sido chamados de emergência para conter a fúria popular.

Estamos na famosa rua 12 de Julho, no coração do Sambizanga. São 12h33. Acabávamos de ouvir um familiar de Manucho, este jovem de 23 anos, que, depois de passar, acusa a família, por uma sessão de tortura policial, morrera três dias depois. Foi esta, aliás, a razão da revolta popular que «parou» o Sambizanga e zonas circunvizinhas, na manhã e início de tarde de quinta-feira, 27.

Era a segunda sessão de uma intensa desavença que expôs a 9.^a Esquadra, vista bem defronte ao antigo mercado Roque Santeiro, à beira de uma verdadeira invasão popular.

Debaixo de um intenso sol em tarde de cacimbo, a segunda vaga do tumulto aconteceu de forma repentina. O frente-a-frente entre polícias e populares colocou transeuntes, moradores em debandada. Estávamos lá nós também.

A surpreendente reviravolta num dossier que já parecia controlado não deu tempo de todos subirmos na viatura e posicionarmo-nos num local seguro. A equipa de reportagem do NJ ficou, por isso, dividida.

O som de disparos de gás lacrimogéneo era ouvido num intervalo de segundos. Nem mesmo o efeito do referido gás freava a fúria da população sambila, comandada por familiares, amigos e vizinhos de Manucho. Pedras, garrafas e paus eram as armas mais usadas deste lado.

O enfrentamento popular ao arsenal policial é inacreditável, de arrepiar. Uma coragem suicida. "Queremos justiça!", declaravam em coro.

A população reforça a aproximação ao cordão policial. Começam a ouvir-se tiros de balas reais. Vêm do lado da polícia. Há gente a correr de um lado para o outro. Mulheres, crianças e outros transeuntes.

O repórter e o motorista do NJ «caem» no lado dos mais revoltados. O perigo é iminente. O refúgio são as casas mais próximas do invadido tapete asfáltico da 12 de Julho, transformado, nesta altura, num ambiente «infernal». As portas das casas estão fechadas. Não há quase alternativas para refúgio. Recorremos ao carro que abandonáramos minutos antes. Continuámos expostos àquele perigo. A repórter fotográfica consegue encontrar um cantinho meio seguro. De lá, disparava para o registo fotográfico que se impunha. Mas sempre num ambiente de tremenda intranquilidade.

A polícia escolta a caravana fúnebre. Uma ambulância policial, já com vestígios de algum «cansaço», transporta o caixão contendo o corpo de Manucho. A caravana avança à medida que o cordão policial tenta afugentar a população. Mas esta não cede.

Os disparos de balas reais começam a fazer as primeiras vítimas. Há um jovem transeunte atingido no braço, clamando por ajuda. É socorrido por um automobilista voluntário. Há uma outra pessoa deitada no chão, com sangue a escorrer-lhe nas calças.

A polícia não tem alternativa. Recebe ordem para a retirada do local. Nessa altura, um agente da PIR descuida-se e vê o rádio de comunicação nas mãos da população. Um outro efectivo deixa escapar o escudo antitumulto. A euforia toma conta dos populares. São agora 13h03. A polícia consegue retirar-se do local sem grandes baixas do seu lado.

10. AMBIENTE

10.1 Governo Provincial revela investimento

Jornal de Angola

01 De Junho de 2019

Texto: Eduardo Pedro

O Governo Provincial de Cabinda prevê empregar cerca de 10,5 milhões de euros na recuperação da indústria madeireira, com incidência para o complexo Pau - Rosa, ex-Madeiras de Belize (Mabel), paralisado há cerca de 20 anos, noticiou a Angop.

O secretário da Indústria de Cabinda, Geraldo Paulo, advertiu que o valor previsto deverá ser reajustado, tendo em conta que a empresa à qual foi adjudicada a obra, em 2006, tarda em iniciar os trabalhos, apesar de ter recebido um pagamento adiantado.

De acordo com Geraldo Paulo, com a recuperação do Complexo Industrial Pau-Rosa, património do Governo Provincial, pretende-se revitalizar o sector madeireiro em Cabinda, contribuindo dessa forma para a diversificação da economia.

"São várias as razões que se colocam para a sua recuperação, tendo em conta a actual crise financeira que o país atravessa, assim como a requalificação da cidade de Cabinda, que prevê transferir todas as unidades industriais do centro urbano para a zona do futuro Parque Industrial do Fútila, com vista a proporcionar maior desenvolvimento à indústria na província" disse.

O Complexo Industrial Pau-Rosa é uma unidade fabril conhecida no estrangeiro devido à produção de prensados (contraplacados e laminados) e madeira serrada de alta qualidade, como kambala, livuite, longui, pau-rosa, pau-preto e ndia-nuno, que eram exportadas para Portugal, França, Espanha e Itália.

A Pau - Rosa, na era colonial pertencente ao grupo industrial Jomar África Limitada, foi confiscada no pós Independência e integrada na Panga-Panga-UEE, a empresa estatal que detinha o monopólio da actividade de exploração e produção da madeira e seus derivados ao nível do país.

10.2 Feira da madeira junta mais de 50 expositores

Jornal de Angola

04 De Junho de 2019

Texto: Helma Reis/ Pereira Dinis

Mais de cinquenta expositores ligados ao ramo da madeira, mobiliária e decoração vão estar presentes na Iª feira das Indústrias do Mobiliário e Madeira de Angola (Fimma), que abre amanhã, às 10h00, e decorre até sábado na Zona Económica Especial (ZEE) Luanda - Bengo.

O evento vai contar, apenas, com expositores das províncias de Luanda, Huíla e de Benguela, que no total vão ocupar um espaço de dois mil metros quadrados, como assegurou ao Jornal de Angola o coordenador comercial de Feira da empresa Eventos Arena, organizadora da Fimma, Francisco Sousa.

A feira, realçou Francisco de Sousa, tem como objectivo dar oportunidade aos empresários ligados à exploração de madeira, e não só, de mostrarem os seus produtos aos visitantes e dar a conhecer a realidade do sector no país, para que se torne também uma potencialidade dentro do sector da economia.

"A diversificação da economia hoje, começa a dar os seus passos de materialização e a primeira edição da Fimma vai permitir reunir no mesmo espaço o sector da madeira e do mobiliário, decoração e prestadores de serviço de venda de madeira", disse.

Francisco Sousa disse, também, que a Fimma marca o arranque da congregação do sector madeireiro em Angola. "Desta forma vai ser possível fazer-se uma avaliação daquilo que poderá ser os próximos passos a ser dado neste sector que muito tem a contribuir no desenvolvimento socioeconómico do país", precisou. Ontem, até ao meio da tarde, vários expositores estavam a montar os seus pavilhões e, frisou o coordenador comercial de Feira, até às 18h00 de hoje (terça-feira), tudo vai ser feito para garantir a abertura do evento sem quaisquer constrangimentos.

O ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, por altura da sua visita ao Entrepósito de Madeira de Luanda, localizado na comuna de Calomboloca, município de Icolo e Bengo, afirmou que "por haver no país

madeira em abundância, é importante que se cuide da organização da produção e comercialização do produto para que se possa tirar o máximo rendimento, não só em valores financeiros, mas também no que diz respeito à criação de empregos".

Manuel Nunes Júnior lembrou, na época, que, embora o Entrepósito de Madeira de Luanda tivesse conseguido, em três meses, "alcançar alguns feitos importantes do ponto de vista de recursos financeiros para o país, através dos empresários do ramo madeireiro que exportaram, em três meses, madeira avaliada em 19 milhões de dólares".

Emprego eventual

O Jornal de Angola constatou ontem dezenas de jovens desempregados defronte às instalações onde vai decorrer a Fimma à procura de um trabalho eventual.

Manuel José que sobrevive de biscates decidiu tentar a sorte: "Tomei conhecimento dessa actividade e como vivo de biscates estou aqui a ver se consigo um emprego provisório. Quem sabe se o patrão gostar do meu trabalho me torne efectivo", disse o jovem de 30 anos, que referiu ter a frequência do 4º ano do ensino superior na especialidade de Engenharia Informática.

Ana de Jesus pratica a actividade de zungueira (vendedora ambulante), na zona do Sequele. Disse que tem o curso básico de culinária e sabe que muitos responsáveis de restaurantes abrem espaços de comer e beber. "Por isso cá estou, apesar de não se ganhar muito, mas posso fazer amizade, o meu desempenho ser apto e ser agraciada com um contrato de trabalho, até porque tenho experiência no ramo".

10.3 Guerra aos plásticos mobiliza o Mundo

Jornal de Angola

05 De Junho de 2019

Texto: Osvaldo Gonçalves

Supermercados em todo o Mundo dão passos em frente na luta contra os plásticos, considerados pelas Nações Unidas como o maior desafio ambiental do século XXI. Criado no fim do século XIX, para substituir produtos feitos a partir do marfim dos elefantes, o plástico, que começou a ser feito com celulose, passou a ser produzido a partir do petróleo, tornando-se mais barato e de melhor qualidade e durabilidade.

Contudo, esse material, que foi criado para salvar vidas animais, é hoje responsável pela morte de 100 mil de criaturas marinhas todos os anos. Os números são alarmantes: anualmente, entre 8 e 1.3 toneladas de plástico chegam aos oceanos e mais de 40 por cento de todo o material produzido durante os últimos 150 anos foi usado uma única vez antes de ser descartado, menos de um quinto foi reaproveitado e apenas nove por cento reciclado.

Entre o lixo encontrado nos oceanos, estão sacos plásticos, redes de pesca, palhinhas, tampinhas, camisinhas de vênus, fraldas descartáveis, beatas de cigarro, lentes de contacto e, claro, garrafas de plástico, que, de acordo com as estimativas, são produzidas à razão de um milhão por minuto. Caso a tendência mantenha os níveis actuais, em 2050, a produção de plásticos será de 33 mil milhões de toneladas, pelo que se calcula que haverá mais plástico que peixes nos oceanos.

Como principais factores que contribuem para a situação em que se vive hoje, são apontados, em primeiro lugar, o consumidor e, a seguir, o sector pesqueiro. São também referidas a fragilidade da legislação e a gestão inadequada dos resíduos sólidos e das empresas do sector.

Importância da reciclagem A substituição dos sacos de plástico por outro tipo de embalagens prossegue de acordo com o clima e os materiais disponíveis em cada país e em cada região. Os super-mercados asiáticos vão à frente nessa luta e são usadas, sobretudo, folhas de bananeira para embrulhar frutas e vegetais.

Esses eram até agora os produtos que mais dificuldades apresentavam para ser embalados, pois os invólucros usados não eram bem recebidos pelos clientes. Muitas dúvidas ainda se colocam em relação às opções dos estabelecimentos noutros países, nomeadamente da Europa, frente à lei comunitária, aprovada em Março, que proíbe a venda de produtos de plástico de uso único na União Europeia a partir de 2021.

Os maiores produtores mundiais de lixo do mundo são os Estados Unidos (70.7 milhões de toneladas/ano), a China (54.7 milhões), a Índia (9.3 milhões) e o Brasil (11.3 milhões). Os especialistas apontam como mais alarmante o facto de apenas 1.2 por cento do plástico ser reciclado e os grandes produtores de resíduos sólidos não se mostrarem minimamente preocupados com a situação, porque a reciclagem do plástico ainda não é rentável, ao contrário do que já acontece com os produtos orgânicos. Diante dessa

situação, o esperado é que sejam os estados a adotarem políticas de reciclagem e, no caso dos países subdesenvolvidos, a reverem as normas para a aprovação de investimentos.

A data

O Dia Mundial do Ambiente é celebrado todos os anos a 5 de Junho. A data tem o objectivo de assinalar acções positivas de protecção e preservação do ambiente e alertar as populações e os governos para a necessidade de se salvar o ambiente. O Dia Mundial do Ambiente começou a ser celebrado em 1972 e a data de 5 de Junho foi escolhida para assinalar o dia em que teve início a Conferência das acções Unidas sobre o Ambiente.

10.4 Cabinda recupera indústria madeireira

Jornal Economia e Finanças
07 De Junho de 2019

O governo provincial de Cabinda prevê investir cerca de 10,5 milhões de euros na recuperação da indústria madeireira, com incidência para o complexo Pau-Rosa, ex-Mabel (Madeiras de Belize), paralisado há cerca de 20 anos.

Segundo o secretário da província de Cabinda para a Indústria, Geraldo Ndubo Paulo, o valor previsto deverá ser reajustado, tendo em conta que a empresa a quem foi adjudicada a obra, em 2006, tarda em iniciar os trabalhos, apesar de ter recebido um pagamento adiantado.

A madeira é tida como um dos recursos mais valiosos e dos mais importantes na economia da província, em particular, e do país, em geral. A

No quadro do Programa Nacional de Desenvolvimento, o governo provincial está empenhado em recuperar e renovar o parque industrial de transformação de madeira, a sua segunda maior fonte de receitas depois do petróleo.

Num passado recente, o sector madeireiro alavancou a economia local com a produção de laminados e prensados (contraplacados), através das variadas espécies caras e raras que a floresta do Maiombe possui.

O complexo Pau-Rosa, ex- Mabel (Madeiras de Belize), foi a principal unidade de transformação de madeira na província, com uma produção anual estimada em 15 mil metros cúbicos de contraplacados e laminados e sete mil e 500 de madeira serrada,

Em 1994, uma avaria da sua caldeira, principal equipamento na produção de prensados (laminados e contraplacados), provocou a paralisação do complexo Pau-Rosa.

10.5 Empresas garantem mobiliário

Jornal Economia e Finanças
07 De Junho de 2019
Texto: António Eugénio

Os empresários angolanos ligados ao ramo mobiliário que participaram na 1ª Edição da Feira das Indústrias do Mobiliário e Madeira de Angola (FIM MA), estão apostados em valorizar a matéria-prima, contribuir para o desenvolvimento económico, fuga de capital e ajudar no fim do negócio "escuro" da madeira.

A informação foi prestada esta semana, em Luanda, pelo empresário Felisberto Capamba que representou a firma "ALTURAC", que participou no evento e mobilizou 32 empresários ligados ao ramo com actuação em todas províncias.

Na esteira do melhor aproveitamento da madeira nacional Felisberto Capamba, investiu mais de quatro milhões de dólares para o fabrico de carteiras escolares, e mobília diversa comercializada no mercado interno e externo.

Para materializar a sua actividade, usa a madeira adquirida a partir da madeira denominada "eucalipto", que compra na província do Huambo, onde conta com a cooperação de 32 agentes exploradores.

Com uma capacidade diária de produzir 350 unidades diversas por dia, a "ALTURA" gerou 120 postos de trabalho, e comercializa carteiras e mobília em toda a extensão angolana e tem um volume de negócio avaliado em mais de 4 milhões de dólares.

"Os agentes da indústria madeireira devem promover a diversificação da economia, combater a pobreza através da criação de postos de trabalho e consequentemente redução do desemprego", afirmou.

A firma "Capirpinangola" que participou na transformação da madeira em cama, mobília, portas, janelas e outros esteve também no evento, onde mostrou o seu potencial para evitar que a matéria-prima possa ser levado ao mercado externo ilegalmente e sem ser transformada.

O director de negócios da empresa Carlos Leite revelou que, na perspectiva de melhorar o aproveitamento eficaz da madeira, investiu mais de 4 milhões de dólares para construir uma nova fábrica no município de Viana, num espaço de 600 metros quadrados.

A unidade a ser inaugurada em Dezembro deste ano, visa duplicar a produção actual que está estimada em 135 unidades diversas entre portas, janelas, mobílias. Assim abranger um maior universo das solicitações que são feitas todos os dias pelos clientes. E gerar mais 50 postos de trabalho.

Fez parte do certame a "NGOVEIT" envolvida no negócio da madeira, com nota de participação na construção de casas de madeira, e vários outros negócios nas províncias do Uíge, Cuanza Norte e Sul, e Malanje.

A proprietária Ana.Nguyen está apostar na injeção no mercado de tacos usados nos piso de casas ou escritórios. "Quero ajudar a recuperar o material antigo e de muito valor, duradouro, e seguro que é o uso de tacos", disse.

A primeira edição da feira das indústrias do mobiliário e madeira de Angola (FIMMA), teve lugar de 5 a 8 de Junho, promovido pelo Ministério da Indústria em parceria com a eventos Arena.

Segundo o Executivo, o objectivo destes eventos é melhorar o ambiente de negócios, fomentar a cooperação entre os industriais, criando relações para o conseqüente crescimento comum e estabelecimento das relações de confiança entre os empresários.

Dados disponíveis apontam que, o Estado angolano perde anualmente em média, 60 por cento da madeira comercial como corte, serração e pirataria e importação ilegal. E continente africano perde anualmente entre 70 a 213 biliões de dólares norte-americanos com actividades ilícitas ligadas ao sector dos recursos naturais.

10.6 Escassez de Água gera especulação no Cunene

Jornal Economia e Finanças
07 De Junho de 2019

O governador do Cunene, Virgílio Tyova, denunciou, terça-feira, em Ondjiva, haver populares a realizarem cobranças para cederem espaços com água

e pastos aos animais em transumância devido à seca que assola à província desde Outubro de 2018.

O governante que falava num encontro de auscultação com as autoridades tradicionais oriundas dos seis municípios, disse que essas acções de aproveitamento por parte de cidadãos devem ser reprimidas e condenadas, pois a situação actual exige partilha de recursos (água e pastos) para sobrevivência dos animais.

Virgílio Tyova sublinhou que o assunto deve ser resolvido imediatamente com as administrações municipais para se travar essa prática que afecta os animais em transumância, Garantiu que esforços continuam a ser envidados para se reverter a actual situação que afecta também a população. Actualmente estão no processo de transumância 179 mil animais no Cunene.

Por falta de pasto e água no Cunene já morreram 26 mil, 267 animais a nível dos seis municípios, uma realidade triste e a única salda para os criadores é a transumância procurando zonas de pasto.

Em Abril último uma equipa do Núcleo de Águas Subterrâneas (NAS) do Ministério da Energia e Águas (MINEA), munida de meios, trabalhou na província, para abertura de novos furos de água e a reabilitação dos actuaes no âmbito das acções para mitigar os efeitos da seca nessa região Sul do país.

Os novos furos estão a servir para aumentar a capacidade de captação e disponibilização de água, quer para consumo humano, quer para abeberamento do gado, em tempo seco ou de escassez pela seca.

10.7 Madeira mobiliza feira de produtores

Jornal Economia e Finanças
07 De Junho de 2019

O potencial do sector madeireiro e do ramo mobiliário constitui uma cadeia produtiva com elevado potencial suficiente para ajudar a alavancar a economia nacional, apenas como a utilização da madeira como matéria prima nacional.

Esta afirmação foi feita pelo ministro de Estado para o Desenvolvimento Económico, Manuel Nunes Júnior, durante a cerimónia de abertura da primeira Edição da Feira das Indústrias do Mobiliário de Madeira de Angola, que teve início no dia 6 e termina a 8 do corrente mês, na Zona Económica Especial (ZEE).

Por outro, o Ministro de Estado reconheceu, que actualmente, esta indústria apresenta baixos níveis de integração vertical e horizontal, que precisam ser resolvidos para dar um outro impulso ao sector, uma

vez que a promoção do seu adensamento pode ser feito através do desenvolvimento de produtos mais baratos, como os laminados, os aglomerados de madeira e pelo desenvolvimento de outras indústrias a montante, como o caso das ferragens, acessórios de plástico, colas, vernizes, tintas e outros.

Para a sua resolução, disse, o Governo vai reforçar esta cadeia produtiva e torná-la mais competitiva, sobretudo, no fornecimento de produtos para a construção civil, acrescentando ser importante levar a cabo uma política coerente e sistemática de plantação de madeira que não seja onerosa, em particular pinheiros e eucaliptos, para permitir o aumento, diversificação de laminados e aglomerados de madeira.

"Temos que apostar na produção de mobiliário a partir da madeira tropical, já que este tipo de madeira tem um elevado preço nos mercados internacionais e a sua mobiliário ser de alta qualidade", referiu.

Alianças estratégicas

No que diz respeito à progressão do sector madeireiro, o responsável considera ser importante, que os produtores nacionais façam alianças estratégicas com parceiros internacionais de modo a adquirir "Know-how" necessário para realização de actividades produtivas neste domínio com uma maior eficiência e competitividade possíveis.

Acesso ao crédito

Manuel Nunes Júnior aproveitou igualmente a ocasião para anunciar o arranque do "Programa de Financiamento", nos próximos dias através do qual, os Bancos Comerciais vão aumentar o crédito para os investimentos, com vista ao aumento da produção nacional.

Em relação as taxas de juro e custos associados ao crédito para alguns destes produtos, o ministro de Estado assegurou, que estes não excederão a taxa anual de 7,5 por cento. As compras do Estado, com destaque para o abastecimento das Forças Armadas e da Polícia Nacional vão priorizar a aquisição da produção nacional sobretudo para os 54 bens da cesta básica.

10.8 Técnicos defendem gestão florestal

Jornal Economia e Finanças

07 De Junho de 2019

Os participante ao I Conselho Consultivo Alargado do Ministério do Ambiente defenderam na terça-feira, em Luanda, a necessidade da realização de um fórum nacional sobre gestão das florestas, para resolver as questões ligadas às queimadas, a fauna selvagem, bem como o conflito homem-animal.

O interesse consta do comunicado final do referido evento que decorreu de 3 a 4 deste mês, sob o lema "A integração ambiental e desenvolvimento sustentável na municipalização",

De igual modo, o conselho defendeu também a realização do Fórum Nacional sobre

Desenvolvimento Sustentável, para o alinhamento das directrizes sectoriais e medidas concretas para os principais problemas ambientais, como a seca, desertificação entre outros, no quadro dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)_

A criação de mecanismos de rentabilidade dos parques nacionais, no âmbito da política do Executivo para promoção da actividade de desenvolvimento do eco-turismo, como fontes de arrecadação de receitas foi outro ponto saído deste encontro que foi orientado pela titular da pasta, Paula Francisco.

Os participantes querem ainda que seja reformulada a legislação ambiental, sobretudo em matéria de estudo de impacte e avaliação ambiental], assim como do licenciamento, para que responda aos novos desafios que o país enfrenta em todas as suas vertentes.

Ainda neste capítulo, para o aumento de licenças ambientais a emitir, os quadros ambientais, através da categorização dos projectos tendo em conta a sua complexidade.

Para o financiamento dos projectos ligados às alterações climáticas, o conselho diz ser Necessário o reforço dos mecanismos de angariação de fundos internacionais, para que se alcance as metas preconizadas.

Na ocasião, a ministra do Ambiente, Paula Francisco, referiu ser necessário o reforço da agenda da União Africana 20/63 numa perspectiva a longo prazo.

Os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), assumidos por Angola, enquanto membro das Nações Unidas, foi outro assunto.

10.9 Factores ambientais contribuem para escassez do pescado no país

Jornal de Angola

08 De Junho de 2019

Texto: Edivaldo Cristóvão

Os fenómenos ambientais e as transgressões marítimas concorrem para a escassez do pescado, particularmente o carapau, mas a sardinha está equilibrada, afirmou ontem, em Luanda, o secretário de Estado das Pescas e do Mar.

Carlos Cordeiro, que falava num seminário sobre "Géneros e Oceanos", no quadro do Dia dos Oceanos, que hoje se assinala, esclareceu que o aumento da temperatura, o nível dos mares e a acidificação dos oceanos provocados pelas alterações climáticas constituem ameaças à vida marinha, comunidades das zonas costeiras e das ilhas e às economias nacionais.

Referiu que os oceanos são também afectados pelas actividades criminosas. A pirataria e assaltos armados a navios ameaçam as vidas dos marinheiros e a segurança dos transportes marítimos internacionais, que garantem a distribuição de 90 por cento das mercadorias mundiais.

Apontou o tráfico de drogas e o de pessoas por mar como outros exemplos de ameaça que as actividades criminosas representam para a vida humana, para a paz e segurança dos oceanos.

Para inverter o quadro, o Ministério das Pescas e do Mar está a elaborar uma estratégia nacional assente em três eixos fundamentais, concretamente o aumento do conhecimento do mar, (que tem como base a formação de quadros especializados e a investigação científica), a exploração sustentável dos recursos e a preservação do ecossistema.

Estes espaços, frisou, estão traduzidos em documentos importantes, como a adopção de uma nova lei sobre os recursos biológicos aquáticos e de pescas, Plano de Ordenamento de Pesca e Aquicultura e os programas de acção para a implementação do código de conduta de pesca.

O secretário de Estado lembrou que o oceano é um dos pilares de maior importância estratégica para a sustentabilidade da civilização. "Consequentemente, a partilha de conhecimentos sobre o oceano torna-se fundamental para o desenvolvimento de estratégias comuns e desafia os Estados a definirem permanentemente soluções de governação globais, garantindo uma Economia Azul Sustentável", referiu.

Carlos Cordeiro lembrou que a costa angolana tem uma extensão de 1.650 quilómetros, caracterizada por um regime sub-tropical na Região Norte e Centro e mais temperado na Região Sul. "Angola tem na exploração dos recursos do Mar, vivos e não vivos, um importante contributo para o desenvolvimento no âmbito da segurança alimentar e do alívio da pobreza", enfatizou.

Referiu que a pesca ilegal é também um factor que concorre para liquidação dos peixes' que tem afectado territórios vizinhos da região, como a África do Sul e a Namíbia.

Mercado pesqueiro

O mercado pesqueiro angolano registou no mês passado uma redução na captura de pescado em mais de 30 por cento, numa altura que decorria em toda a orla marítima a Operação Transparência no Mar.

O Ministério das Pescas e do Mar prevê que as espécies como cachucho, corvina e garopa serão proibidas entre Maio e Julho, medida já aplicada de Janeiro a Fevereiro deste ano, em relação ao camarão de superfície (gamba costeira).

Para o pleno exercido da actividade pesqueira, foram licenciadas este ano 499 empresas e 80 embarcações industriais e semi-industriais.

Desde Fevereiro último, vários armadores e empresas de pesca recusaram-se a legalizar-se e ficara mimpedidas de operar, no quadro da Operação Transparência no Mar, provocando a escassez de peixe e o encarecimento do produto. •

Segundo as autoridades, havia pessoas sem embarcação que conseguiam obter licenças e passavam cópia dos documentos, em regime de aluguer, a terceiros.

Para evitar novas fraudes, o Ministério das Pescas e do Mar adverte que, no quadro da Operação Transparência, a embarcação apanhada com cópia de certificado alheio será apreendida e confiscada.

10.10 Executivo garante apoio às vítimas da estiagem

Jornal de Angola

9 De Junho de 2019

Texto: Lourenço Bule

O secretário de Estado da Acção Social, Lúcio do Amaral, mostrou-se satisfeito com o grau de cumprimento da assistência alimentar, por parte do Executivo, às 70 mil famílias afectadas pela estiagem na província do Cuando Cubango.

Lúcio do Amaral falava sexta-feira, em Menongue, no final da visita de trabalho de cinco dias à província do Cuando Cubango, com realce à região da orla fronteiriça com a vizinha República da Namíbia, mormente Calai, Cuangar e Dirico, com o intuito de avaliar o impacto da assistência que as 350 mil pessoas afectadas pela estiagem estão a receber para mitigar a penúria alimentar em consequência deste fenómeno natural.

Apesar do número reduzido de bens alimentares para acudir a penúria das pessoas afectadas pela estiagem no Cuando Cubango, Lúcio do Amaral sublinhou que o Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Promoção da Mulher tudo está a fazer para que as ajudas cheguem à população vulnerável, como idosos e portadores de deficiência.

Nos próximos dias, anunciou Lúcio do Amaral, o Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Promoção da Mulher vai receber mais 90 toneladas de bens diversos, sobretudo alimentares, para a distribuição nas famílias afectadas pela seca.

Até agora, revelou Lúcio do Amaral, a província do Cuando Cubango já recebeu ajuda de 191 toneladas de produtos alimentares e não alimentares que estão a ser distribuídos às 350 mil pessoas vítimas da estiagem nos nove municípios que compõem a província do Cuando Cubango. Lúcio do Amaral disse que durante a visita que efectuou aos municípios da orla fronteiriça constatou, com muito agrado, o apoio que as populações estão a receber por parte do Executivo angolano, apesar que não seja definitivo e a quantidade disponibilizada até ao momento ser bastante ínfima em relação ao número de pessoas carenciadas a nível da província.

Ainda este ano, garantiu Lúcio do Amaral, as populações afectadas pela estiagem no Cuando Cubango, para além de beneficiarem de ajuda alimentar, vão receber meios de trabalho, inputs agrícolas e sementes para que possam preparar a terra para as próximas culturas.

Lúcio do Amaral afirmou que o Presidente da República, João Lourenço, está bastante preocupado com a situação da seca que assola sobretudo as províncias do Cuando Cubango, Namibe, Huíla e Cunene. O Titular do Poder Executivo, disse, está a envidar esforços para que todas as pessoas afectadas por este fenómeno natural recebam todo o apoio necessário.

Escolas de campo

O Cuando Cubango será a primeira província a ser contemplada com o projecto de: criação de escolas de campo para a formação das famílias camponesas que desenvolvem agricultura sustentável nas zonas da região afectadas pela seca.

A informação foi avançada pelo secretário de Estado para a Acção Social. Lúcio do Amaral salientou que, para alcançar este desiderato, o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, em parceria com o Ministério da Agricultura, vai no decurso deste ano, promover programas de formação técnica às famílias camponesas para a sua subsistência.

Sem avançar a data para a implementação do projecto, Lúcio do Amaral garantiu que o Ministério da Agricultura, antes do início da próxima época chuvosa, vai executar o projecto de criação de escolas de campo na região.

"A situação da província do Cunene é bastante diferente da região do Cuando Cubango, visto que a última é bastante rica em recursos híbridos. Nesta senda, é necessário aproveitar-se esta riqueza para a implementação da agricultura de desenvolvimento", disse.

A construção de centros de acolhimento e outras estruturas sociais é da responsabilidade das administrações municipais, cabendo ao Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher a missão de advogar, junto das instituições afins, a implementação dos mesmos.

Pessoas beneficiadas

O chefe do Departamento da Acção Social do Cuando Cubango, Pedro Diniz, disse que a nível da província, numa primeira fase, foram distribuídas as 191 toneladas em todos os municípios da região.

Pedro Diniz esclareceu que, a nível do município de Menongue, foram distribuídas 21 toneladas, Cuito Cuanavale 17, Cuchi 15, Cuangar 14, Maviriga 13, igual número para o Rivungo, Calai 10 e Nancova 9 toneladas que beneficiou cerca de 350 mil pessoas afectadas pela estiagem.

Pedro Diniz informou que estão a ser desenvolvidos vários programas para a mobilização das populações camponesas, para que possam desenvolver agricultura nas zonas próximo dos rios.

10.11 Feira da Madeira recebe 14 mil em quatro dias

Jornal de Angola

09 De Junho de 2019

*Texto: Pereira Dinis, Helena Reis e
Manuela Mateus*

A 1ª Feira das Indústrias de Mobiliário e Madeira de Angola (FIMMA), que encerrou ontem, revelou-se um certame acima das expectativas, principalmente pela capacidade de atrair produtores, investidores e o público, de acordo com a organização que anunciou terem passado pela exposição mais de 14 mil visitantes.

O número é mais alto do que o esperado e envolve representantes institucionais, como o Vice-presidente da República, Bornito de Sousa, os ministros de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes, das Finanças, Archer Mangureira, da Agricultura e Florestas, Marcos Nhunga, e da indústria, Bernarda Martins, bem como a vice-presidente do MPLA, Luísa Damião.

Os expositores interpretaram as visitas significativas de representantes institucionais como um engajamento do Estado angolano na elevação e viabilização da indústria da madeira e do sector industrial em geral.

O Jornal de Angola constatou, durante os quatro dias da feira, o interesse das partes envolvidas em remover os obstáculos ao crescimento deste sector, como Bornito de Sousa, que defendeu a necessidade de se "prestar mais atenção ao sector industrial" ou expositores que se queixaram da carga fiscal que impende sobre a produção.

O ministro das Finanças disse, quando ontem esteve na feira, que a utilização de matérias-primas nacionais reduz a pressão sobre a balança de pagamentos e ajuda o país a acumular divisas, revelando, dessa forma, a estratégia do Governo sobre o sector.

Gil Benga, director da empresa do ramo do mobiliário Inducarpim, que esteve entre os mais de 70 expositores que participaram na 1ª FIMMA, considerou em declarações ao Jornal de Angola que o interesse da exposição reside "na oportunidade de reunir, quantificar e qualificar os operadores do

mercado madeireiro, por forma a formular uma ideia de como vai a `saúde das emresas do ramo”.

Mas do que fazer negócios, prosseguiu, importa discutir os problemas que o sector enfrenta, como os elevados custos dos factores de produção, preços, procura e o crescimento acelerado do mercado do mobiliário e da madeira.

A produção nacional, durante muitos anos esquecida, está a ganhar terreno em resultado da crise financeira que conduziu à escassez de divisas para importação, levando os consumidores a virarem para a oferta interna de mobiliário e outros produtos de carpintaria. " Actualmente, produzimos, geram os empregos e fundamentalmente riqueza, que é o objectivo final das empresas" , disse .

Apesar do sucesso da produção nacional, industriais como Gil Benga têm noção de que ainda é necessária matéria-prima • importada para introduzir no produto final traços de qualidade que permitam concorrer com a oferta externa.

A Inducarpim trabalha com a madeira melamina, que é um produto importado, e a maciça que é nacional. "Temos encontrado constrangimentos criados pela exploração indevida da madeira natural, que' criou variações nos preços do mercado".

O preço de um metro cúbico de madeira passou de 183 mil kwanzas, em Junho de 2018, para 250 mil kwanzas, quatro meses depois, "uma diferença que acaba por pesar ao bolso do consumidor final, mas o nosso objectivo não é esse porque a nossa ideia fundamental é produzir artigos que possam ser consumidos por todas as classes sociais", disse.

O gerente da rede de lojas Las Kasas, Célio Plácido, considerou no início da exposição que a FIMMA tem potencial para "conciliar" todos os empresários ligados à áreas para que se podem fazer bons negócios.

10.12 Seca e fome estão entre as principais preocupações

Jornal de Angola

09 De Junho de 2019

Texto: Adelaide Mualimusi

Autoridades tradicionais dos e municípios da província do Cunene apresentaram quinta-feira, na cidade de Ondjiva, as principais preocupações da que afectam as comunidades locais, com realce para a seca e a fome, durante o encontro rei do Conselho

Provincial de Auscultação das Comunidades, orientado pelo governador Vigilio Tyova.

Segundo as autoridades de tradicionais, a população está sem capacidade para suportar as dificuldades causadas pela seca que assola a região.

Os sobas defendem a construção e melhoria das condições dos postos de saúde, escolas, vias de acesso e de comunicação. Clamaram ainda pela admissão de professores e enfermeiros e manifestaram o seu total apoio à construção de infra-estruturas, com materiais locais.

O governador do Cunene, Vigilio Tyova, disse que os problemas apresentados serão resolvidos paulatinamente, visando a melhoria da qualidade de vida das populações.

Segundo Virgílio Tyova, o Governo provincial vai dar atenção especial à distribuição de água às populações e ao gado, bem como à reabilitação e abertura de furos de água e distribuição de alimentos.

10.13 Seca provoca grande transumância do gado

Jornal de Angola

09 De Junho de 2019

Texto: Arão Martins

A entrada, em grande escala, de gado bovino no município dos Gambos fez deslocar, recentemente, o governador provincial da Huíla, Luís unes, aos locais de maior concentração de gado, onde estima-se que mais de 60 mil cabeças estão concentradas. O número aumenta todos os dias.

Tchimuti Alfredo, em companhia dos seus irmãos, ordenha a vaca que acaba de parir dois vitelos, apesar da longa caminhada. Com a falta de água e pasto, as vacas diminuíram a produção de leite, que, além de alimento, é usado também na feitura da pedra ttype, destinada ao bronzeamento do corpo feminino. "Quando não há água e pasto para o gado, as vacas também deixam de produzir leite", explicou à reportagem do Jornal de Angola Tchimuti Alfredo.

Com o cabelo repartido em duas tranças (semelhantes aos chifres do gado), Tchimuti, oriundo do município do Curoca, tem na sua posse 250 cabeças de gado e lamenta o sofrimento constante, não só das pessoas, mas também do gado que anualmente percorre longas distâncias à procura de pasto e água para beber. "Sofremos muito. Se para algumas pessoas conservar a riqueza é instalar-se em

casa, para nós é percorrer longas distâncias e estar submetido ao perigo de ataques de animais ferozes e a doenças", lamentou.

Com cerca de 300 bovinos, o idoso Altredo Muhenye, na companhia de cinco irmãos, tem concentrada a manada na localidade de Mafuefue, na Cahila, Vukuhuque Tyuma, nos Gambos.

No Vale do Chimbolelo, na localidade de Cahila, mais concretamente no Mafuefue, estão concentradas mais de 3 mil cabeças de gado.

Alfredo Muhenye disse que há três anos que na zona de origem do gado deixou de chover, o que fez com que os animais ficassem desprovidos de capim e água. Na caminhada que durou mais de 7 dias, informou, morreram 50 animais, com realce para os vitelos com menos dias de vida. "Os lobos e os mabecos estão a devorar os animais, porque atravessa-mos matas fechadas", lamentou o idoso pastor, acrescentando: "pelos nossos animais, nos sacrificamos. Corremos o risco de perder a vida porque enfrentamos os animais ferozes".

Apesar de tudo, ele mostrou-se satisfeito pelo acolhimento do povo dos Gambos.

Sapalo Paulo veio de Otchijau, município da Cahama, província do Cunene. Instalou-se na Tunda dos Gambos há mais ou menos dois meses.

"Levamos uma semana para atingir esta localidade. Perdemos mais de 20 cabeças por causa da fome e do sacrifício da viagem. Além da fome, ao longo do trajecto os lobos e os mabecos atacaram os bois", disse, informando que trouxe consigo 210 bovinos. Morreram 11.

"Nos Gambos há capim, mas a água é insuficiente. Ao contrário da Cahama, onde existe água e falta capim", explicou. "Temos as nossas famílias, mas nos saai ficamos pelo nosso gado, que é a nossa principal riqueza. Se no mar tem peixe e nas Lundas diamantes, a nossa riqueza aqui no Sul é o gado. Por isso temos de conservar este bem", confessou Sapalo Paulo.

O regresso dos criadores de gado às suas zonas de origem no Cunene e no Namibe está dependente do início das chuvas. E como é que ficam a saber que lá já está a chover? Através de um emissário enviado pelas autoridades tradicionais, que traz a boa nova: "podem regressar com os animais, na nossa terra já está a chover".

Venda sem lucro

Os criadores de gado que imigraram das províncias do Namibe e Cunene enfrentam dificuldades de alimentação. Por isso estão a vender algumas cabeças, a preços que variam dos 10 mil aos 20 mil kwanzas.

"Por causa da seca está difícil cultivar e alimentarmos de carne. Para nos sustentarmos temos que vender alguns animais. Infelizmente, o preço do boi está entre 10 mil e 20 mil kwanzas. Assim é difícil suprir as necessidades", lamentou o criador Pedro Muthiti.

Muthiti esclareceu que está na natureza do povo muhimba alimentar -se predominantemente de carne e que os criadores vendem algumas cabeças de gado para comprar fuba de milho, massango e outros bens alimentares' e não só, para suprir as necessidades básicas.

Mas a verdade é que o preço . dos animais vendidos nessas condições é muito baixo.

Movimentação do gado Mais de 30 mil bovinos provenientes da Cahama e Curoca, na província do Cunene, e Virei, no Namibe, estão concentrados nas regiões do Chimbolelo e Taka, no município dos Gambos.

"O gado está a movimentar-se de zonas distantes para os Gambos e isso é preocupante", disse a este jornal Mariana Chiloca Soma, directora provincial da Agricultura. "A água existe nos Gambos mas é insuficiente. O mesmo acontece com o pasto", acrescentou.

Mariana Soma reconheceu que o movimento transumante é milenar, mas sublinhou que actualmente, no Vale do Chimbolelo, dada a grande demanda por pastos e água, "o gado começa a ficar sufocado pela insuficiência destes recursos".

Segundo a responsável, a situação ficou agravada porque as chuvas este ano foram escassas.

Gado da Namíbia

A directora provincial da agricultura disse que decorre um estudo para identificar a existência de gado proveniente da República da Namíbia.

"Na verdade, existe gado a movimentar - se desde o Ruacaná, que é a fronteira com a Namíbia, aos Gambos, na Huíla. E há a necessidade de se promover um trabalho aturado para melhor controlo da origem dos animais que se estão deslocar para a Matala e Gambos", defendeu.

Alguns gados que estão em transumância para a Huíla são portadores de doenças, o que faz aumentar a preocupação das autoridades governamentais. Mariana Soma informou que para contornar tal situação, o governo provincial da Huíla está a articular com o do Cunene acções coordenadas de vacinação do gado, tanto o já concentrado como o que ainda está em viagem aos locais de pasto. A vacinação será contra a peripneumonia, carbúnculos externos e internos e a dermatite nodular, por serem as doenças a que os bovinos estão mais propensos. Prevê - se ainda minimizar o impacto da seca com a oferta de água.

Cenário de fome

A seca nos Gambos afecta mais de 40 mil pessoas. O administrador municipal, Elias Sova, declarou a esta reportagem que decorre um levantamento para incorporar nas estatísticas a população que chegou com o gado em transumância, de modo a beneficiarem do programa de emergência e de apoio aos sinistrados da seca.

"É uma população que está a chegar agora e não estava prevista. Esta população vai ser inserida nos beneficiários do programa de emergência, para terem comida", disse.

O Governo provincial da Huíla, salientou Mariana Soma esta preocupado com o gado junto ao Parque Nacional do Bicuar.

"O convívio do gado na zona adjacente ao Parque Nacional do Bicuar constitui preocupação. A maior parte do gado que não encontra pasto nas áreas normais de pastagem está a dirigir-se a esta zona. É preciso uma acção coordenada com o gabinete provincial do Ambiente, de forma a mitigar os efeitos da utilização parcial do parque do Bicuar para o pasto", disse.

A responsável defendeu a pertinência de discutir e articular com os fazendeiros ao longo do Vale do Chimbolelo, para que tenham uma relação equilibrada com os criadores.

Famílias afectadas

Mais de 40 mil pessoas estão directamente afectadas pela seca no município dos Gambos. Com os recursos que foram disponibilizados pelo Presidente da República, está-se a minimizar os efeitos da seca com a abertura de furos.

"Os furos são prioridade absoluta, porque com a presença de água é mais fácil criar outros projectos, desde a pequena agricultura sustentável com sistemas

de regadio e o cultivo do próprio pasto", segundo Mariana Soma.

Sanidade animal

No sector da Taka, agro-pecuário por excelência, está em curso a construção de uma unidade de formação sanitária, que vai incluir uma residência para o técnico de veterinária e a sua área de trabalho, corri mangas de vacinação para os gados bovino e caprino.

A Taka vai ser um lugar onde o gado nativo e o que vem do Virei terão apoio e acompanhamento da Veterinária. A par disso, vai continuar a sensibilização e mobilização dos criadores sobre o melhor maneio do gado com vista a evitar as doenças.

"Há comunidades que fazem a criação de gado de forma extensiva, exploram pouco as suas manadas. Temos de as mobilizar para aumentarem os níveis de extracção e as manadas serem renovadas", explicou Mariana Soma.

Seca preocupa

O Executivo liderado pelo Presidente João Lourenço gizou um programa de emergência contra a seca no Sul, para ser executado a curto prazo. Para a província da Huíla foram disponibilizados cerca de 2 mil milhões de kwanzas.

Está em curso a abertura de novos pontos de água nas localidades de Ngandji, Vukuhuque Tyuma, Mbaque Mphangui, Tyelequela, Marnbonde Kamunhino e Vimphonda Kamphanda. Na Taka estão a ser abertos pontos de água na Lupanga Ntanda, Lundo, Tyimuenha, Yecuti, Mahuarnbado, Ngueiva e Tyovisinde. Vão ainda ser reabilitados os pontos de água de Tchimbolelo e de Duvangue.

De acordo com o governador provincial da Huíla, Luís unes, já decorre a construção de 9 sistemas de água na localidade da Taka e um na Embala do Rei. Está também em curso, segundo Luís Nunes, a requalificação e ampliação da rede de distribuição de água da vila do Chiange.

os municípios da Chibia, Quipungo e Quilengues, indicou, vão ser construídos 12 sistemas de água em cada um deles. "Ainda no âmbito deste projecto e para facilitar a sua execução, serão terraplanados cerca de 75 quilómetros de estrada", salientou o governador Luís Nunes.

10.14 Toneladas de milho à disposição de famílias afectadas pela seca

Jornal de Angola

17 De Junho de 2019

Texto: Estanislau Costa

Dois mil e 400 toneladas de milho estão a ser colhidas, no município do Cuvango, situado a 430 quilómetros do Lubango, pelo complexo agro-industrial Agrikuvango, instalada há três anos, num dos espaços das terras aráveis das margens do Rio Cuvango.

O administrador do complexo, Rui Kaposse, que prestou informações ao Jornal de Angola, disse que a safra iniciada no princípio do mês em curso, com o término previsto para Julho, esta a atingir oito toneladas por hectare das 300 culturas de milho.

Participam nesta primeira colheita, desde a criação do complexo 2017, 158 funcionários, que trabalham com diversos equipamentos modernos, que tornam célere o processo produtivo, consubstanciado na separação do caroço e carregamento da mercadoria em veículos apropriados.

O responsável fez saber que o milho está a ser armazenado nos silos com capacidade de três mil toneladas, cujas infra-estruturas estão equipadas com sistemas favoráveis a conservação do cereal por longo período, evitando-se, deste modo, riscos de deterioração até à fase de escoamento.

Rui Kaposse argumentou que o propósito da produção é de corresponder com as necessidades das populações das zonas afectadas pela seca nas províncias da Huíla, Namibe, Cunene e Cuando Cubango. "Já temos quantidades consideráveis para fazer face à fome que grassa no seio de várias famílias da Região Sul", assegurou. "A intenção", explicou, "é de iniciar já o processo de escoamento do cereal para os mercados mais necessitados, com vista a transformá-los em farinha, para servir às populações residentes em zonas longínquas, onde os principais produtos da cesta básica escasseiam".

Anunciou que os técnicos nacionais e expatriados estão empenhados na montagem da unidade de

transformação de cereais, com capacidade para 36 toneladas por dia, um empreendimento que vai permitir os agentes económicos e consumidores terem opção de adquirir o milho ou seu derivado.

O administrador do complexo informou que actividade produtiva é auxiliada por 12 sistema de rega implantados num espaço correspondente a 600 hectares, que protejam a lavoura de vários produtos das chuvas.

“Os produtores agrícolas devem estar mais unidos, para encontrarem outras estratégias para a produção agro-pecuária em fase da seca que se verifica no país”, disse, para sugerir: “exploração de rios e dos aquíferos subterrâneos deve ser um dos caminhos a adoptar.

Os pivots instalados, referiu, vão ajudar o cultivo na próxima campanha agrícola, que abrange os meses de Setembro à Dezembro.

“Projectamos, através do actual sistema de rega, desenvolver o cultivo de sementes de milho para o fomento da produção em vários pontos do país”, informou.

Rui Kaposse fez saber que estão criadas as condições para o cultivo, em grandes quantidades, de arroz, trigo, ginguba e hortofrutícolas.

10.15 Seca está a impedir o retorno à vida normal

Jornal de Angola

06 De Junho de 2019

Autoridades tradicionais de seis municípios da província do Cunene informaram, ontem, em Ondjiva, que a seca continua a impedir o retorno à vida normal da população afectada, devido à escassez de alimento, água e pastos.

Durante um encontro de auscultação mantido com o governador local, Vigílio Tyova, as autoridades tradicionais consideraram que a população está cada vez mais enfraquecida, em termos de capacidade para suportar as dificuldades do quotidiano, face à seca que assola a região desde Outubro de 2018.

As autoridades tradicionais apontam, entre as várias necessidades, a reabilitação das vias de acesso, o aumento do número de escolas e postos de saúde nas zonas rurais. O governador Vigílio Tyova, em resposta às preocupações levantadas, disse que os problemas apresentados serão resolvidos gradualmente, de modos a melhorar a qualidade de vida das populações.

A prioridade do Governo, acrescentou, recai na assistência alimentar e distribuição de água às populações que estão afectadas pela seca, realçando a reabilitação e abertura dos furos, bem como a aquisição de meios rolantes e reservatórios de água potável. Vigílio Tyova garantiu a revisão da Programação da Distribuição Alimentar aos municípios, do Cuvelai, Cabama e Ombadja, com vista a atender toda a população afectada pela estiagem. A seca no Cunene afectou 857 mil e 443 pessoas e um milhão e 100 cabeças de gado bovino, com o registo já de 26 mil e 267 mortes de animais.

11. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 Estudo aponta à China rumos da cooperação

Jornal de Angola
02 De Junho 2019

Um estudo encomendado pelo Governo de Macau aconselha a China a investir nos países lusófonos nas áreas das telecomunicações, transportes e energia, pelo potencial de crescimento populacional e desenvolvimento económico.

"Com o crescimento populacional e desenvolvimento económico dos países de língua portuguesa, existe um enorme potencial para as empresas chinesas em participar na infra-estrutura da indústria de telecomunicações nos países de língua portuguesa", pode ler-se num relatório apresentado, encomendado à Associação Internacional de Construtores da China.

O documento, elaborado em conjunto com a Beijing SunRisk Information Technology, visa ajudar o Governo chinês e às autoridades da Região Autónoma de Macau a definirem "políticas de promoção da cooperação em investimentos nos países de língua portuguesa", bem como "orientações para as empresas chinesas envolvidas em projectos relacionados com investimento, construção e operação de infra-estruturas".

"Com mais de 40 por cento de participação no mercado brasileiro de equipamentos de telecomunicações, a companhia tecnológica internacional Huawei, considerada representante da indústria de telecomunicações chinesa, ganhou vários grandes projectos de mais de mil milhões de dólares nos últimos anos", assinala-se no documento.

Sustenta-se que a cooperação na construção de infra-estruturas entre a China e os países lusófono "deve centrar-se principalmente nas áreas de transporte e energia (electricidade)", conclui o estudo, apresentado na inauguração do 102 Fórum de Investimento e Construção de Infra-estruturas (IIICF, na sigla em inglês) que terminou sexta-feira em Macau.

A edição deste ano do fórum contou com mais de dois mil empresários, académicos e políticos, mais de 50 dos quais eram governantes oriundos de 40 países e territórios económicos, num evento cujo orçamento está estimado em 4,3 milhões de euros e que é promovido sob a orientação do Ministério do

Comércio da República Popular da China e do Governo de Macau.

O IIICF inclui 36 fóruns paralelos, exposições, seminários de promoção de projectos e bolsas de contacto, entre outras actividades de negociação comercial, para operacionalizar a cooperação entre os países envolvidos na estratégia adoptada pelo Governo chinês denominada "Uma Faixa, Uma Rota", que visa o desenvolvimento de infra-estruturas e investimentos em países europeus, asiáticos e africanos: Angola esteve representada pelo secretário de Estado da Economia, Sérgio Santos.

13.2 China aposta na mudança da imagem em países africanos

Jornal de Angola
04 De Junho de 2019
Texto: Gabriel Bunga

A directora do Centro de Estudos Africanos da Universidade de Comunicação da China, Zhang Yanqiu, disse, em Beijing, que a China está preocupada: com a sua imagem nos países africanos.

Zhang Yanqiu falava sobre "A cooperação entre os media chineses e africanos: conquistas, caminhos e expectativas", na conferência internacional sobre a Nova Rota da Seda dirigida a académicos e jornalistas de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Segundo Zhang Yanqiu, as relações entre a China e os países africanos têm sido marcadas por bons momentos entre os políticos, mas que a nível dos cidadãos existem vários preconceitos e até mau entendimento da política externa do gigante asiático.

A académica exibiu várias imagens publicadas por alguns órgãos de comunicação social e partilhadas nas redes sociais em África e que prejudicam a imagem da China.

Por exemplo, Zhang Yanqiu falou de carne supostamente de pessoa, que alguns afirmam que os chineses comem.

Zhang Yanqiu desmentiu esta e outras ideias negativas contra os chineses no continente africano, mas reconheceu que em algumas regiões da China come-se carne de cão, referindo tratar-se de uma cultura chinesa.

A directora do Centro de Estudos Africanos da Universidade de Comunicação da China disse que existe a ideia generalizada de que os produtos chineses não prestam, salientando que não é verdade

e que existem produtos de boa qualidade fabricados por chineses.

Zhang Yanqiu desmentiu que os operários chineses que trabalham em obras espalhadas por vários países africanos sejam prisioneiros, tal como alguns africanos afirmam,

"É verdade também que alguns chineses têm alguns comportamentos negativos e preconceitos contra africanos", disse.

Zhang Yanqiu disse que estas situações de incompreensão entre povos de Estados com boas relações podem ser resolvidas por conhecimento de uns aos outros. Defendeu que é preciso melhorar a comunicação entre africanos e chineses.

A China, disse, está aberta a cooperação com os media dos países africanos, que possam trabalhar juntos na elaboração conjunta de reportagens que tratem das realidades dos povos chinês e africanos.

A China neste momento tem nalguns países africanos representantes da agência de notícias Xinhua, Rádio Internacional da China, a CGTN (canal da televisão CCTV de notícias em inglês) e o jornal Chiana Daily e empresas de telecomunicações e tecnologia de informação como a Huawei, ZTE, TECNO Mobile e Startimes.

A Universidade de Comunicação da China, disse, está disposta a colaborar com os investigadores africanos que se dediquem aos temas sobre as relações entre a China e os respectivos países.

"Existe dinheiro para financiar este tipo de projectos", disse .

A China oferece aos países africanos 2.000 vagas para graduação em várias áreas do conhecimento, 30.000 bolsas de estudo, 200 convites de visitantes africanos anualmente à China, 500 vagas para jovens africanos estudarem no país e mil jornalistas africanos visitam o gigante asiático e também recebem formação.

13.3 Defesa do património entre as prioridades

Jornal de Angola

11 De Junho 2019

Os representantes dos países africanos e chineses, que participaram no Fórum UNESCO África-China, realizado em Paris, concordaram em implementar, rapidamente, mais projectos conjuntos de conservação do seu património histórico e cultural,

de forma a garantirem a sua salvaguarda para as gerações vindouras.

Durante o encontro, realizado na semana passada, os participantes decidiram também desenvolver directrizes e padrões de melhores práticas destinadas a monitorar os locais do património mundial africano e do da China, através do uso de tecnologia digital.

Angola, que também participou no fórum com uma delegação do Ministério da Cultura, aceitou também o compromisso de desenvolver mais acções conjuntas para melhorar a qualidade dos ficheiros de consultas e aumentar o número de sítios na lista do património mundial.

A chefe da delegação angolana, Carolina Cerquem, reafirmou o compromisso de Angola pela protecção do seu património e elevação de outros, já seleccionados, assim como chamou atenção dos participantes para gestão do Sítio Histórico de Mbanza Kongo e anunciou realização da Bienal de Luanda da Cultura de Paz.

Os participantes recomendaram também, no final, que se desenvolva mais pesquisas e treinamento conjunto multidisciplinar entre os quadros e especialistas africanos e chineses quanto ao desenvolvimento sustentável e ao intercâmbio de ideias, para aumentar, desta forma, a consciencialização pública sobre o património mundial e o seu papel, assim como incentivar a formação de futuros técnicos na área.

O Fórum UNESCO África-China sobre construção e cooperação da capacidade do património mundial, realizado em França, foi organizado numa colaboração entre o Centro do Património Mundial, o Fundo do Património Mundial Africano e a Comissão da República da China para a UNESCO.

Ao longo da actividade, estiveram em debate questões relacionadas com os instrumentos e os mecanismos para a protecção do património mundial, a situação destes junto das comunidades, assim como os esforços comuns para a sua conservação em África e na China. No final, foi ainda assinado um memorando de colaboração de cinco anos entre os participantes para melhorar a gestão do património mundial nas regiões de África e da Ásia.

13.4 Angola doa mais que a china ao fundo africano

Novo Jornal

14 De Junho de 2019

O Governo angolano vai doar 10 milhões de dólares para o Fundo Fiduciário de Solidariedade Africana, que se juntam aos dois milhões de dólares da Guiné Equatorial para reforçar a segurança alimentar e combater a pobreza.

Estas doações somam-se aos 2,6 milhões de dólares (2,3 milhões de euros) disponibilizados pela China e aos dois milhões de euros da França, totalizando 17 milhões de dólares (cerca de 15 milhões de euros), que serão usados para recapitalizar a capacidade financeira deste Fundo, gerido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

"Estas doações mostram o sucesso do Fundo [ASTF, na sigla em inglês]. Os excelentes resultados nos últimos cinco anos são a prova viva disso e a generosidade dos doadores é um exemplo único da forte solidariedade que existe entre os países africanos", disse Maria Heleno Semedo, vice-directora geral da FAO, no final de uma reunião que decorreu no âmbito dos Encontros Anuais do Banco Africano de Desenvolvimento, que decorrem até esta sexta-feira em Malabo, capital da Guiné Equatorial.

Este fundo fiduciário, que já financiou 41 projectos em 18 países, é liderado por países africanos e destina-se a "apoiar iniciativas locais de desenvolvimento e tem como principal objectivo o fortalecimento da segurança alimentar em todo o continente, ajudando os países e as suas organizações regionais a erradicar a fome e a desnutrição, eliminar a pobreza rural" e administrar "os recursos naturais de maneira sustentável", segundo a FAO.

13.5 China reafirma o reforço da cooperação com Angola

Jornal de Angola

17 De Junho de 2019

Texto: Fonseca Bengui

A China manifestou ontem, em Luanda, a vontade de continuar a fortalecer a cooperação com Angola, que considera "parceiro estratégico."

A intenção foi manifestada pelo vice - presidente da Assembleia Popular da China, Wang Chen, que foi recebido, em audiência, pelo Presidente da República, João Lourenço.

"O vice-presidente da Assembleia Popular manifestou a vontade chinesa de continuar de mãos dadas com o nosso parceiro estratégico, que é Angola, para fortalecer ainda mais as nossas relações, apoiar as grandes empresas de uma e outra parte", disse à imprensa, no final da audiência, o embaixador da China em Angola, Gong Tao.

O líder parlamentar chinês' que apresentou cumprimentos de Xi Jinping ao seu homologo angolano, manifestou igualmente a vontade de continuar a cooperar com Angola nas áreas económica, trocas comerciais e na execução de projectos no domínio de créditos.

Segundo o diplomata, a parte chinesa está também determinada a reforçar o investimento bilateral acompanhando a diversificação económica do país, a fim de promover ainda mais as relações económicas para um novo patamar.

Questionado sobre quanto a China iria investir em novos projectos em Angola, o diplomata disse que os investimentos dependiam da iniciativa das empresas, de acordo com as regras do mercado. "Eu, enquanto embaixador, vou fazer o melhor possível para divulgar as oportunidades de investimento em Angola", sublinhou o diplomata, adiantando que, de igual modo, o Governo angolano está a incrementar as acções para atracção de investimentos.

A este propósito, o diplomata anunciou a participação, na China, ainda este mês, de uma delegação angolana, a nível de ministros, na primeira edição da Exposição de Comércio e Investimento chinês-africano.

O Presidente João Lourenço e o líder chinês, Xi Jinping, reuniram - se em duas ocasiões, no ano passado, na China, uma durante o Fórum China - África, e outra por altura da visita de Estado que João Lourenço efectuou àquele país.

"Os dois líderes tiveram ocasião para trocar impressões sobre as relações bilaterais' que são tradicionais, excelentes e encontram - se numa boa fase de desenvolvimento", lembrou o diplomata chinês .

Na audiência de ontem, segundo Gong Tao, as duas partes manifestaram apoio ao multilateralismo, globalização, ao livre comércio e a oposição ao unilateralismo e ao protecçãoismo.

Cooperação parlamentar Na terça - feira, o Vice-presidente da Assembleia Popular da China foi recebido no Parlamento pela primeira vice-presidente da Assembleia Nacional, Emília Carlota Dias.

O líder parlamentar chinês disse que "desde o estabelecimento das relações diplomáticas, as duas partes têm persistido na sinceridade e amizade, especialmente a partir da criação da Parceria Estratégica, em 2010."

"Ao longo dos anos, a China já ofereceu a Angola recursos financeiros num valor superior a 50 mil milhões de dólares, apoiando na implementação de projectos (mais de 340) e na construção de infra-estruturas", avançou o parlamentar.

De acordo com Wang Chen, citado pelo site da Assembleia Nacional, Angola é o segundo destino de investimento da China em África. As empresas chinesas, acrescentou, já investiram mais de 12 mil milhões de dólares norte-americanos.

Quanto ao intercâmbio parlamentar entre os dois países, o vice-presidente da Assembleia do Povo disse que as relações são satisfatórias, mas podem ser melhoradas, afirmando que o Comité Permanente da Assembleia Popular da China está disposto a reforçar a cooperação com o Parlamento angolano, em diversos domínios.

"O primeiro aspecto prende-se com o aprofundamento da confiança política mútua. Em seguida, criar um bom ambiente legislativo para uma relação com benefícios comuns e reforçar as trocas de experiências de governação", disse Wang Chen.

A primeira vice-presidente da Assembleia Nacional, Emília Carlota Dias, disse que a visita do líder parlamentar chinês vem reforçar e relembrar o valor dos memorandos sobre o estado da cooperação entre os dois países e povos.

No mesmo dia, a delegação chinesa efectuou uma visita guiada às instalações da Assembleia Nacional.

13.6 “É importante que os projectos combinem bem com os fundos”

Jornal Expansão
21 De Junho de 2019

Angola e a China assinaram, no ano passado, um acordo para o desenvolvimento do projecto "Uma faixa, uma rota". Em que é que isso se traduz concretamente?

A iniciativa "Uma faixa, uma rota" inclui cinco pontos: combinação de políticas, conectividade de infra-estruturas, comércio livre, oferta de recursos financeiros e intercâmbio entre as populações. São estes pontos que vão ajudar as diferentes partes que participam nesta iniciativa a ter maior cooperação. E

também vão ajudar a reforçar a cooperação entre a China e Angola. E este o espírito da iniciativa "Uma faixa, uma rota" e, por isso, a cooperação sino-angolana vai continuar a seguir este espírito e vai também aproveitar o palco desta iniciativa para trazer mais e melhores resultados.

Como é que Angola pode aproveitar esta iniciativa?

Angola e a China podem aproveitar as oportunidades que esta iniciativa traz para elevar e melhorar a qualidade da nossa cooperação. E especialmente aproveitar bem os bons resultados das infra-estruturas para ajudar o desenvolvimento da indústria, agricultura, turismo, exploração das minas e, assim, conseguir a diversificação da economia angolana.

A iniciativa "Uma faixa, uma rota" tem o Fundo "da Seda para financiar projectos. Angola já apresentou algum projecto a solicitar financiamento a este fundo?

É preciso maior conectividade das políticas e do intercâmbio das pessoas para se ter melhores conhecimentos sobre os recursos disponíveis e depois procurar utilizá-los o melhor possível. Existe o Fundo da Seda. E preciso maior divulgação de "Uma faixa, uma rota" para as sociedades angolana e chinesa, na base de projectos que apresentem, procurarem recursos. Mas é importante que os projectos de cooperação combinem bem com os fundos.

Qual é o valor disponível no Fundo da Seda e de onde vêm?

O Fundo da Seda tem recursos financeiros que vieram de diferentes partes da China. Parte é em reserva de moeda internacional e também capital das instituições bancárias da China, como o Banco de Desenvolvimento Nacional e o Banco de Importação e Exportação da China. E também uma empresa limitada de investimento da China. São várias as fontes de recursos para a criação deste fundo. O fundo foi estabelecido no final de 2014 e, em 2017, durante a primeira edição do "Fórum Faixa e Rota", a China fez uma nova injeção de recursos com o valor de 100 mil milhões de yuan. Actualmente, a dimensão deste fundo é de 40 mil milhões USD e 100 mil milhões de yuan. É um fundo que vai ajudar as partes que participam nesta iniciativa "Uma faixa, uma rota".

Qual é o interesse da China em desenvolver esta iniciativa?

Estamos a viver numa era de globalização. Tanto a China, como os países da Ásia, África, Europa e até da América Latina estão cada vez mais interligados e

muitos países destas regiões têm uma grande necessidade de melhorar as suas infra-estruturas, além de uma maior procura de trocas comerciais com o exterior e atracção de mais investimento.

E esta a ideia da iniciativa "Uma faixa, uma rota". Tirarmos proveito das diferentes vantagens de cada um. Todos nós fazemos parte do planeta. É uma casa onde todos vivemos juntos e temos de ter cooperação.

Há um período definido para a implementação do projecto? Não vemos as coisas desta maneira. É uma iniciativa chinesa, mas que pertence a todo o mundo. Precisamos que, passo a passo, todos os países consigam ter mais conhecimento sobre esta iniciativa e, assim, vamos ter mais cooperação entre uns e outros, fazendo com que esta iniciativa ande para a frente e traga mais benefícios para todos.

Qual é o futuro das relações entre Angola e a China?

Vamos ter um futuro brilhante. São dois países amigos, irmãos. São parceiros naturais, porque, apesar de estarmos distantes, temos vantagens que têm um carácter complementar. Angola encontra-se numa fase muito importante do seu desenvolvimento. A China vai acompanhar e trabalhar em conjunto com o governo e parceiros empresariais. Temos um grande potencial que vale a pena explorar. A China tem muita vontade de trabalhar com Angola. Um País rico com potencial, mas precisamos de trabalhar tanto da parte chinesa como a angolana para procurar soluções para uma cooperação que contribua para o desenvolvimento dos dois países, com benefício para os dois povos.

13.7 “O mercado chinês vai ficar mais aberto e vamos investir mais no estrangeiro”

Jornal Expansão

21 De Junho de 2019

Texto: Faustino Diogo

A China continua a ser o principal parceiro comercial de Angola. Como estão as relações entre os dois países?

A China e Angola são países que fazem parte da Ásia e África, mas, apesar de separados por uma longa distância geográfica, temos relações muito fortes pela amizade e também pela cooperação. Em 1983, os dois países estabeleceram relações diplomáticas e, desde aquele momento, as relações oficiais desenvolveram-se sem entraves e levaram a bons resultados que trouxeram benefícios para ambas as

partes. Em 2010, Angola e China estabeleceram uma relação de parceria estratégica, elevando as relações para um novo patamar.

Em que é que isso se traduziu?

A cooperação e benefícios múltiplos deram um grande salto e ficaram na primeira fila das relações entre a China e os países de África. Neste momento, a China é o primeiro parceiro comercial de Angola e Angola ~ o segundo parceiro da China em África, em termos de comércio. No ano passado, o Presidente João Lourenço foi à China duas vezes, uma para participar, em Pequim, na Cimeira de FOCAC, e outra foi por ocasião da visita de Estado. Os dois chefes de Estado encontraram-se várias vezes e deram um rumo às nossas relações para o futuro. Abriram uma nova página nas nossas parcerias.

O que caracteriza essa nova página?

É um novo capítulo de cooperação, baseado no espírito de igualdade, benefício mútuo e desenvolvimento comum. Angola e China estão a fazer esforços conjuntos para promover os resultados da cimeira de FOCAC, promover a iniciativa de "Uma faixa, uma Rota" e a política angolana de diversificação económica. Os dois países estão a explorar as novas oportunidades da cooperação, para que tenham mais qualidade e eficácia. Um novo modelo para levar melhores resultados e benefícios para os dois povos.

Qual é a diferença, nesta nova fase de cooperação entre Angola e China, em relação ao modelo anterior?

Esta fase é diferente. Tanto a China como a Angola encontram-se em novas fases do seu desenvolvimento. Hoje, a economia chinesa já não cresce aos níveis do passado, o nosso objectivo é transformar o modelo de desenvolvimento de forma a tornar-se mais qualitativo. Para além de promover as exportações vamos também procurar ter um maior consumo no nosso mercado interno. Ou seja, ter mais importações e uma economia com maior renovação. O mercado chinês vai ficar mais aberto e faremos mais investimentos no estrangeiro, estreitaremos contactos com o resto do mundo.

É por isso que surge a iniciativa "Uma Faixa Uma Rota"?

Sim. O objectivo é ter uma maior conectividade entre a China e os países da Ásia, África e Europa. Actualmente, o Governo angolano está a promover políticas de diversificação da economia, para melhorar o ambiente e atrair mais investimento, de forma a transformar, de maneira mais eficaz, os importantes recursos naturais e a riqueza e, assim,

oferecer mais emprego à população. Face a estas mudanças entre os dois países e à conjuntura internacional, a cooperação entre Angola e a China vai encontrar novas oportunidades para além das já existentes. Vamos procurar ter novos investimentos e iniciativas privadas e, assim, os dois países podem aproveitar as suas vantagens e trabalhar em conjunto. Faz sentido uma nova fase nas nossas relações bilaterais.

A China está satisfeita com a forma como Angola geriu ou gere os financiamentos vindos do seu país?

A cooperação na área de financiamentos é muito importante para a nossa cooperação. Desde 2002, ano em que Angola começou a reconstrução do País, Angola e a China estabeleceram um mecanismo de cooperação de financiamento, assente na oferta de linhas de crédito para a execução de obras de infra-estruturas, muitas delas danificadas durante a guerra civil, mas que precisavam de ser recuperadas para a revitalização da economia e da sociedade. Dentro deste mecanismo de cooperação, as empresas chinesas vieram a Angola para participar na reconstrução.

Tem ideia onde é que esse dinheiro foi aplicado?

Por exemplo, no caso dos caminhos-de-ferro, segundo as nossas estatísticas, foram recuperados e construídos 2.800 quilómetros. Fizemos 20 mil quilómetros de estrada e construímos, mais ou menos, 100 mil apartamentos, mais de 100 escolas e mais de 50 hospitais. Nesta cooperação financeira, as instituições da China tiveram uma boa cooperação com a parte angolana. Esta cooperação sempre seguiu o princípio do mercado, as normas é práticas internacionais. É uma cooperação financeira de carácter comercial.

o que quer dizer com isso?

As condições de oferta de crédito, a maneira de crédito e as garantias de crédito são tomadas em conjunto entre as instituições bancárias da China e a parte angolana. O Governo de Angola, de acordo com as necessidades do País, investimento e desenvolvimento nacional define os projectos e a sua dimensão.

Haverá áreas privilegiadas?

A China vai continuar a desenvolver a cooperação de financiamento com a parte angolana e vamos dar maior ênfase aos projectos com mais capacidade de retorno, que têm maior capacidade de trazer eficácia e eficiência económica para um desenvolvimento persistente. Os órgãos responsáveis dos dois países vão trabalhar, em conjunto, nos estudos, análise e

diálogo para a acessibilidade e eficácia económica dos projectos.

Os novos financiamentos vão estar virados para projectos com rentabilidade?

Sim. Estes financiamentos são um bom recurso e têm de ser bem aproveitados para trazer benefícios maiores. Ou seja, para criarem mais-valias.

A China disponibilizou um financiamento de 2 mil milhões de USD, assinado no ano passado, aquando da visita de Estado do Presidente da República João Lourenço. Esse dinheiro já começou a ser disponibilizado?

Por parte da embaixada, temos contactos com o Governo de Angola e instituições bancárias da China. São as instituições bancárias da China e a parte angolana os actores desta cooperação. 'Se eles tiverem esta informação a embaixada também vai ter.

O seu país está em condições de sair destas linhas de crédito Estado a Estado e passar para financiamentos entre investidores privados?

As linhas de crédito funcionam num mecanismo entre as instituições bancárias da China e a parte angolana, que definem as suas condições e depois procuram os projectos. Este mecanismo é funcional. Mas, evidentemente, os dois governos vão dar uma orientação política e prestar apoio.

O Presidente João Lourenço anunciou que pretende acabar com os financiamentos pagos com petróleo. Algum do crédito que vem do seu país é nestas condições. Como é que a China olha para esta orientação do Governo angolano?

Não consigo avaliar as políticas do Governo angolano. Serão as instituições bancárias da China e a parte angolana a - definir as condições, porque esta cooperação segue o princípio de mercado. Se o mercado permite o funcionamento dos meios, as linhas de crédito vão funcionar.

À luz das linhas de crédito existe algum valor pré-definido a disponibilizar a Angola?

Valor definido é já uma coisa de planificação. Mas estes financiamentos funcionam com as regras do mercado. Como já referi, as duas partes vão trabalhar de acordo com as necessidades, olhando para aqueles projectos que promovem mais-valias.

Quanto é que a China já emprestou a Angola?

Não tenho o número exacto. Mas são aqueles projectos de financiamento que ocorreram ao

longo dos 15 anos. Acho que o mais importante são os resultados. E vamos continuar a trabalhar para dar maior eficácia a esta cooperação financeira.

13.8 Angola e China falam da indústria militar

Jornal de Angola

25 De Junho, 2019

Texto: Garrido Fragoso

Os Governos de Angola e da China avaliam desde ontem, em Luanda, a intenção do reforço, nos próximos tempos, da execução dos projectos relacionados com o fornecimento e manutenção dos produtos da indústria militar e assistência técnica, formação de especialistas e construção de infra-estruturas para as Forças Armadas Angolanas

Segundo o ministro da Defesa Nacional, Salviano de Jesus Sequeira, na abertura da reunião do Comité Conjunto de Cooperação, Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa Nacional Angola-China, que decorreu em Luanda, vários projectos têm sido identificados, mas a sua implementação tem sido em número reduzido, devido às dificuldades financeiras do país.

Salviano de Jesus Sequeira, que chefiou a delegação angolana, considerou “estáveis” as relações bilaterais. “Estamos satisfeitos com o estado actual da cooperação marcada, nos últimos tempos, pelo crescimento institucional e empresarial, respeito mútuo e solidariedade”, afirmou.

A visita ao país do coronel-general Xu Qiliang, vice-presidente da Comissão Central de Defesa, segundo o ministro, acontece numa altura em que o Executivo continua a desenvolver esforços para combater a corrupção, nepotismo, impunidade e todas as práticas lesivas ao interesse nacional.

O ministro da Defesa Nacional lembrou à delegação visitante sobre as duas operações em curso no país, “Transparência” e “Resgate”, indicando que as mesmas visam, sobretudo, o reforço da autoridade do Estado e manutenção da ordem social, moral e os bons costumes.

Em relação à situação política e militar do país, o ministro Salviano Sequeira considerou-a estável, atendendo às “boas relações” com os países vizinhos. Falou ainda do processo, em curso, de reestruturação e redimensionamento nas Forças Armadas Angolanas, acrescentando que os efectivos militares desenvolvem actividades de rotina, consubstanciadas no aperfeiçoamento da preparação, visando garantir a

manutenção das capacidades necessárias para o cumprimento das missões.

O vice-presidente da Co-missão Central de Defesa da China, coronel-general Xu Qiliang, disse que a visita a Angola visa, sobretudo, consolidar os laços de cooperação militar bilateral. Xu Qiliang visitou ontem a Base Naval e o Museu de História Militar.

13.9 Empresários procuram novos parceiros na China

Jornal de Angola

Natacha Roberto | em Changsha

26 De Junho, 2019

Empresários angolanos pretendem captar novos investimentos e fortalecer as parcerias na primeira Exposição Económica e Comercial China - África que a cidade de Changsha acolhe de amanhã até sábado.

No Centro de Conferência de Hunan, mais de 100 empresas nacionais têm os olhos postos na diversificação da economia. Para tal, põem à mostra o potencial e o que está disponível em cada um dos respectivos sectores para atrair maior interesse externo.

De acordo com o administrador da Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX), José Chinjamba, pretende aproveitar a ocasião para informar aos empresários africanos e chineses sobre o quadro legal e o actual ambiente de investimentos em Angola.

“Estão a ser adoptadas medidas para reduzir alguns constrangimentos nos negócios, pois o país precisa de muitos investidores para ajudar a diversificar a economia”, disse. O Grupo Refriango, por exemplo, quer exportar bebidas de Angola para a China.

De acordo com o administrador, José Daniel, a exposição comercial reúne várias empresas africanas e chinesas, pelo que vai impulsionar os negócios e alargar o portfólio do mercado de consumo das mais de 15 marcas de bebidas produzidas em Angola. “A nossa grande expectativa é conseguir o mercado chinês e outros africanos através da criação de parcerias de negócios. A comunidade chinesa em Angola tem grande preferência pelos nossos produtos”, disse. Já o director comercial das Salinas de Calombolo, José Carneiro, quer firmar contratos de negócios e garantir o aumento da sua área de produção de sal na província de Benguela.

“A China é um forte parceiro económico por possuir milhões de consumidores que esperamos conquistar com esta exposição comercial. Esta feira, na verdade, vai gerar maior proximidade nas relações de negócio entre os dois países”, manifesta. José Carneiro prevê para este ano uma produção de 100 mil toneladas de sal. Com as obras de construção a decorrerem numa área de 2500 hectares, a produção pode ascender a 200 mil toneladas nos próximos anos.

O director da empresa MC Construção, Marisio da Costa, carrega o sonho de conquistar o mercado asiático nesta primeira edição que junta empresários angolanos e chineses, além de outros africanos.

“A China domina o mercado da construção e isso facilita o acesso dos clientes e parceiros a uma vasta gama de materiais a preços acessíveis. Por este motivo, acredito conseguir uma parceria nestes três dias de exposição”, contou.

O empresário, de 40 anos de idade, desenvolve o negócio de acabamentos de habitações no ramo da construção civil desde 2013, ano em que deu início a actividade onde emprega 30 funcionários.

Acredita, por isso, que os encontros com os empresários chineses vão ajudar a adquirir mais conhecimento em tecnologia habitacional e melhorar a sua actuação no mercado angolano. O jovem licenciado em Arquitectura desenvolve, neste momento, os acabamentos das habitações dos Condomínios do Grupo Boa Vida.

O impacto na economia real

O Ministério das Pescas desenvolve um projecto de construção de infra-estruturas para garantir um melhor manuseio do pescado nacional. O consultor da ministra das Pescas, Avelino Quarenta, acredita serem fundamentais o investimento e o conhecimento das empresas chinesas para desenvolver o projecto piscatório. “Temos enfrentado algumas dificuldades para a construção das infra-estruturas e, por isso, consideramos ser prioritário encontrar parceiros chineses para concretizar a transformação do pescado nacional em todas as províncias do país”, acentuou.

Avelino Quarenta explicou que a maior parte do pescado nacional é processado e embalado dentro do navio, uma prática que dificulta o controlo do peixe. Para o consultor, a criação de infra-estruturas ajuda a reduzir o nível de desemprego, com a admissão de mais técnicos que vão trabalhar no processamento e embalagem do pescado.

A presidente da Associação das Mulheres Empresárias de Malanje, Ana José, na mesma senda,

quer apoio na transformação de produtos do campo e levou à China o potencial agrícola.

13.10 Angola presente na feira da China

Economia & Finanças
28 De Junho de 2019

Angola foi convidada, por intermédio da embaixada da China, a participar na 1ª edição da Feira de Exposição Económica e Comercial CHINA - ÁFRICA, que decorre desde hoje, 27, até amanhã sábado, na cidade de Changsha na província de Hunan, China.

Segundo uma nota de imprensa do Ministério do Comércio que o JE teve acesso, como convidada de honra, Angola está representada com uma delegação multisectorial chefiada pelo Ministro do Comércio, Joffre Van-Dunem Júnior, que integra 41 pessoas de diversos departamentos ministeriais, órgãos de promoção do comércio, instituições financeiras, câmara de comércio Angola-China e empresários.

A Exposição Económica e Comercial China - África é um certame patrocinado juntamente pelo Ministério do Comércio da China (MOFCOM) e o Governo província de Hunan.

A Exposição Económica e Comercial China - África é um certame patrocinado juntamente pelo Ministério do Comércio da China (MOFCOM) e o Governo província de Hunan.

O certame realiza-se sob o lema "Cooperação win-win para uma parceria económica e comercial China-África" e está centrada em áreas chaves, incluindo a promoção do comércio e investimento, tecnologia agrícola, energia, parques industriais, infra-estrutura e cooperação financeira.

Foi atribuído a Angola um pavilhão de 250 metros quadrados para uso gratuito nos três dias de certame, dada a qualidade de convidado de honra. Fazem parte igualmente como convidados de honra, para Expo em Hunan 2019, o Egipto, Costa do Marfim, Senegal, Tanzânia e Uganda.

13.11 Ajuda financeira chinesa ascende a 57 mil milhões

Jornal de Angola

29 De Junho, 2019

Texto: Natacha Roberto

O valor do capital chinês empregado em Angola atingiu 57 mil milhões de dólares ao longo do tempo, declarou o ministro do Comércio, Joffre Van-Dúnem, numa conferência realizada ontem na Exposição Económica e Comercial China-África, em Changsha, na província de Hunan.

O valor avançado pelo ministro quase coincide com o divulgado pelo embaixador da China que cessou o mandato em Luanda em Fevereiro, Cui Aimin, que num artigo publicado no Jornal de Angola, em Janeiro, declarou que desde que os dois países estabeleceram relações diplomáticas, em Janeiro de 1983, os fluxos de capitais chineses ascenderam a 60 mil milhões de dólares.

O ministro angolano também revelou números que apontam para negócios propostos por outros países a Angola que, só de Janeiro a Maio, somam 683 milhões dólares, embora tenha recebido efectivamente 223 milhões, empregados em projectos dos sectores da electricidade, saúde, educação, turismo, serviços, pescas, agricultura e indústria.

O responsável considerou crucial, para Angola, superar as actuais restrições da economia como o acesso ao dólar, a moeda norte-americana, algo que considerou poder ser feito com apoio da China, da mesma forma que pode acontecer no domínio da obtenção de tecnologia e conhecimentos.

As declarações de Joffre Van-Dúnem foram proferidas num seminário sobre o “Desenvolvimento da Zona de Cooperação Económica e Comercial China-África”, no qual considerou que o país asiático pode ajudar Angola a edificar um clima de negócios mais atractivo, algo para o qual os Governos dos dois países já trabalham.

Em Outubro, os Presidentes dos dois países, João Lourenço e Xi Jinping, assinaram um acordo para a eliminação da dupla tributação e também está na fase final de discussão um acordo de protecção recíproca de investimentos. “A relação com a China cresceu muito nos últimos anos, mas ainda tem que amadurecer de forma a tornar-se mais vantajosa para os dois países”, disse.

O ministro explicou aos empresários africanos e chineses que o lema do Executivo “Melhorar o que

está bem e corrigir o que está mal” tem impulsionado grandes reformas para consolidar o crescimento, em parceria com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O responsável lembrou que o Executivo adoptou novas leis do Investimento Privado e da Concorrência, considerando que a combinação do crescimento com um bom ambiente regulatório e a disponibilidade de recursos faz de Angola um parceiro viável.

O ministro do Comércio explicou aos empresários africanos e chineses que foram realizadas melhorias no ambiente de negócios e instituídos incentivos ao investimento através do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi), que pretende elevar a competitividade das empresas, sobretudo para as ligadas aos produtos da cesta básica.

Todos estes objectivos criam oportunidades de investimento em Angola nos domínios da produção agropecuária, agro-indústria, indústriatransformadora, actividades geológico minerais e consolidação das fileiras do petróleo e gás.

O responsável considerou crucial construir um destino comum entre a China e África, onde as boas intenções se traduzam em acções concretas que vão conduzir ao desenvolvimento dos povos.

Facilitação do investimento

O administrador da Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (Aipex), José Chinjamba, que participou no encontro, anunciou as facilidades com que os investidores podem contar em Angola, como uma plataforma digital que permite a apresentação de propostas de investimento e o seu registo em apenas cinco dias, apoio do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) para obter o visto privilegiado de permanência e a prerrogativa de poder-se criar uma empresa em apenas dois dias.

“Existe um clima bom para o investimento e terras aráveis para a construção de unidades de produção”, indicou. O responsável da Aipex apontou os sectores da agro-indústria, minas, metais, indústria florestal e vestuário como favoráveis ao investimento.

13.12 China anuncia fundos adicionais para abertura de linhas de crédito

Jornal de Angola
30 de Junho, 2019
Natacha Roberto

O Governo chinês vai injectar dinheiro no Fundo de Desenvolvimento China-África, para alargar a linha de financiamento disponível para as companhias que investem em mercados africanos e, dessa forma, estimular o crescimento do sector privado, anunciou ontem o ministro do Comércio de Pequim, Quian Keming.

O Fundo de Desenvolvimento China-África é constituído por acções administradas pelo Banco de Desenvolvimento da China, que até Dezembro de 2018 disponibilizou mais de 10 mil milhões de dólares a favor de projectos no continente.

Quian Keming explicou numa conferência da 1ª Exposição Económica e Comercial China-África que as acções do fundo têm garantido a execução de vários projectos de investimento no continente, em áreas como a infra-estrutura, energia, equipamentos e agricultura. Quando foi criado, em 2007, o Fundo tinha um valor inicial de cinco mil milhões dólares para apoiar empresas chinesas em África.

“A China vai continuar a promover a cooperação sino-africana e estamos dispostos a assinar acordos para a eliminação da dupla tributação, promovendo seminários, rondas de negócios e a concessão de incentivos às empresas chinesas”, disse o ministro, para revelar a oferta chinesa de cooperação.

Os fluxos de capitais chineses vão servir para apoiar as companhias daquele país a implantarem parques industriais e zonas económicas comerciais, segundo as leis e os regulamentos dos países beneficiários. “Nós queremos que as empresas chinesas aumentem os investimentos no mercado africano”, incluindo o digital, declarou o responsável.

Na sua opinião, o crescimento observado a nível das economias africanas situa-se numa média inferior a 4,0 por cento, pelo que o seu governo compromete-se a traçar estratégias para alterar o quadro do dinamismo da actividade económica destes países.

O ministro do Comércio da China reconheceu os esforços dos Governos para melhorarem o ambiente de negócios com a criação da Zona Livre de Comércio Continental, a qual estimula a integração

do continente africano e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Para o responsável do Comércio, a 1ª Exposição Económica e Comercial China-África constitui uma plataforma de negócios que vai ajudar a ampliar os laços de cooperação.

Banco da China

O presidente do Banco de Construção da China, Xu Yiming, reafirmou naquele fórum o compromisso do Governo em aumentar o volume de financiamento para as empreiteiras chinesas que desenvolvem vários projectos em países africanos.

“Temos subsidiárias e fornecemos apoio ao sector da indústria e construção, dispondo de serviços e produtos financeiros para financiar 48 países”, afirmou, acrescentado que a instituição financeira colabora com 127 bancos africanos.

“A nossa instituição, considerada como o quinto maior banco do mundo, têm a missão de construir uma comunidade de futuro compartilhado com África”, declarou.